

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
ASSOCIAÇÃO TEMPORÁRIA COM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E
POLÍTICA DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)

JÉSSICA MARIA BARROS DA SILVA

DAS ESTRATÉGIAS AOS DANOS: Estudo dos efeitos socioambientais da
instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos.

SÃO LUÍS (MA)
2016

JÉSSICA MARIA BARROS DA SILVA

DAS ESTRATÉGIAS AOS DANOS: Estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos de Novaes.

SÃO LUÍS (MA)
2016

Silva, Jessica Maria Barros da.

Das estratégias aos danos : estudos de efeitos socioambientais da instalação de gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos/ Jessica Maria Barros da Silva. – São Luís, 2017.

154 f.

Dissertação(Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Jurandir dos Santos de Novaes

1. Gasoduto. 2. Comunidade. 3.Estado . 4. Efeitos.I. Título.

CDU :711.438:504.4(812.1)

JÉSSICA MARIA BARROS DA SILVA

DAS ESTRATÉGIAS AOS DANOS: Estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

APROVADA: 15 de Outubro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos de Novaes (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Prof. Dr.^a Helciane Fátima de Abreu Araújo
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Michel Foucault

AGRADECIMENTOS

Deus em sua infinita bondade permitiu que eu chegasse até aqui neste momento, não foram fáceis todos os desafios que tive que enfrentar para que hoje fosse possível compartilhar a felicidade que é poder alcançar algo almejado durante tanto tempo, como foi o mestrado. Devo a Deus tudo que consegui, ele me deu força, e mesmo distante da minha família, me fez ser forte e perseverar.

Agradeço à minha família: Josino Barros da Silva (Pai), Maria Flor da Silva (Mãe), Ruy Henrique Barros da Silva e Josiane Barros da Silva (irmãos), por todo o apoio, meu amor por vocês sempre foi o que mais me motivou em tudo na minha vida. Reforço esse agradecimento ao meu irmão, aqui citado, que se tornou um grande parceiro durante a pesquisa, teu apoio durante as entrevistas e tua disponibilidade para ir comigo nas comunidades, foi fundamental em todas as etapas desse trabalho, Obrigada!

Aos professores Sávio José Dias Rodrigues e Hadrian Rodrigues, que em períodos distintos, incentivaram minha proposta de estudo, agradeço pela forma como ambos se disponibilizaram a ouvir-me, embora eu não possuísse um material escrito naquele período;

Ao Sr. Carlos Wellington que me informou sobre este programa de mestrado e me incentivou a inscrever-me na seleção;

Aos meus colegas de turma de mestrado, Andrea Cristina Serrão Gonçalves, Barbara de Sousa Cascaes, Antônio Henrique Costa França, Keylla Krystynna Carneiro Barros, Enoc Merino Santi, Arival Curica Fermin, Ana Carolina Mendes, Geovania Costa Aires, pelas alegrias dentro e fora da Uema, pela parceria, consideração e cumplicidade em diversos momentos do curso.

Humildemente, também reconheço e agradeço a outra família formada por laços de amizade que se construíram aqui em São Luís, ao longo dessa caminhada, cuja menção não poderia ser em hipótese alguma esquecida. Vocês também fazem parte deste trabalho, cada conversa, risada, passeio, direcionamento de como me deslocar na ilha, me deram segurança para permanecer aqui, levarei o que vocês fizeram por mim para sempre no meu coração.

À Cristina Sousa Nascimento, Thayná, Gilmário, Francisca Reis, Sonia Maria, José Benedito (Bibi), Márcia Reis, por me acolherem em suas residências, e me integrarem como parte de suas famílias, logo que cheguei a São Luís.

Aos meus amigos de São Luís, Renata Sousa Costa, Mirela Costa Alves, Alana Alves Dias, Silas Viana, Sostenes Ferreira Castro, Marco Aurélio Neri Torres, pela amizade, consideração e auxílio nos momentos que estive em São Luís. Meu especial agradecimento a minha amiga Katariny Luana de Sousa Nascimento, ela foi ela foi mais que uma amiga, foi uma irmã para mim durante esse tempo.

Agradeço a Paulo Roberto Mendes Pereira pelo apoio, pelas cobranças, paciência e carinho a minha pessoa;

A Poliana de Sousa Nascimento, pela disponibilidade em auxiliar-me e no apoio dado no laboratório de pesquisa do PNCSA.

Aos professores do PPGCSPA, Alfredo Wagner Berno Almeida, Rosa Elizabeth Marin Acevedo, Cinthya Carvalho Martins, Patrícia Nunes Portela, Bella Feldman Bianco, Lílian Cristina Bernardo Gomes, Protázio César dos Santos, Helciane Fátima Abreu Araújo, Consolação Lucinda, André Luiz Freitas Dias; pela oportunidade, por acreditarem no meu trabalho, nas minhas capacidades (mesmo aquelas que eu desconhecia), por entenderem as minhas limitações e sempre me cobrarem o meu melhor;

Ressalto que este curso foi bem mais que uma contribuição acadêmica para a minha formação, foi um enriquecimento pessoal, tive aprendizados para além da sala de aula, e isso só foi possível graças ao ambiente acolhedor transmitido pela equipe que integra o programa, desde os funcionários da secretaria aos integrantes de movimentos sociais que visitavam o projeto, meus agradecimentos também se estendem a vocês;

Ao Professor Luís Eduardo Soares, que em um ato de generosidade enviou um exemplar de seu livro, escrito em 1981 sobre a comunidade de Bom Jesus dos Pretos. A obtenção deste exemplar somado às pesquisas em campo contribuiu grandemente para o entendimento das relações desenvolvidas na comunidade.

Agradeço a Professora Orientadora, Jurandir Novaes pela parceria durante esta pesquisa, pela autonomia dada ao longo da escrita, pela confiança, pela paciência em ouvir-me e pelos direcionamentos;

A FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA- FAPEMA, pelo financiamento, que possibilitou a minha pesquisa de mestrado. Sem seu apoio eu não teria como financiar o curso e a pesquisa;

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelo apoio financeiro para a participação em eventos, que proporcionaram uma contribuição impar para a pesquisa e pesquisadora.

Agradeço ainda, aos Sr.s^a Maria José Palhano, Renê de Oliveira Salazar, Antônio Francisco, José Léles de Andrade, Antônio Derréz. Este estudo também pertence a vocês e a comunidade Bom Jesus dos Pretos, obrigada por me receberem, por se disponibilizarem para a realização das entrevistas, por me ouvirem. Espero realmente estas questões se resolvam, as apresento aqui também como uma maneira de divulga-las. Aprendi muito com todos vocês, certamente uma nova pessoa sai desta pesquisa, distinta daquela que a iniciou.

RESUMO

Este estudo apresenta a descrição de uma situação social vivenciada pela comunidade Bom Jesus dos Pretos, sede do território quilombola de mesmo nome, situada na área de afetação do gasoduto Gavião Branco. Em uma visão geral, esboço a passagem entre a chegada da empresa e suas estratégias e o discurso de Estado de maneira a promover uma abordagem que contextualize os “lexos” empresariais que reforçaram a imagem de desenvolvimento a partir das explorações de gás no território. Demonstro por meio das narrativas e de documentações, as mudanças dessa instalação sobre a realidade comunitária dos quilombolas diante do aparecimento de efeitos sociais e ambientais desencadeados pelo início das atividades da empresa Parnaíba Gás natural. Dialogando a isto, as mobilizações dos quilombolas junto à realização dos procedimentos de Avaliação de impacto Ambiental, (do qual são integrantes, os licenciamentos, as audiências Públicas, a elaboração de relatórios), às ações executadas pela empresa como forma de mitigar as consequências da passagem das tubulações em meio a área antropizada de Bom Jesus dos Pretos, o que inclui nesta perspectiva a elaboração de materiais como o Plano Básico Ambiental e a construção de uma “cartografia social”.

Palavras- Chave: Gasoduto, Comunidade, Estado, Efeitos.

ABSTRACT

This study presents the description of a social situation experienced by the community of Bom Jesus dos Pretos, seat of the quilombo territory of the same name, located in White Hawk pipeline affectation area. In an overview, outline the passage between the arrival of the company and its strategies and the state of discourse in order to promote an approach that contextualizes the "Lexos " business development which reinforced the image from gas holdings in the territory. Demonstrate through narratives and documentation, the changes that installation on the Community reality of Maroons before the emergence of social and environmental impacts from the beginning of the activities of Parnaíba Gás Natural company. Dialogue to this, the mobilizations of Quilombo with the completion of the procedures of environmental impact assessment , (which are integral , permitting the public hearings , reporting) , the actions taken by the company as a way to mitigate the consequences of passage of pipes amid anthropic area of Bom Jesus dos Pretos , which includes this perspective the preparation of materials such as Basic Environmental Plan and building a "social mapping "

Key -words: Gas pipeline, Community, State, effects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrada vicinal que dá acesso a comunidades do território Bom Jesus e a sua sede/sítio, com vista a partir da rodovia.	41
Figura 2- Área central de Bom Jesus dos Pretos, onde estão situadas a igreja e o salão de Candomblé.....	41
Figura 3- Primeiro poço perfurado pela OGX Maranhão com ocorrência de gás. Imagem fotografada verticalmente ao poço, com o auxílio de uma liderança de Bom Jesus dos Pretos.	45
Figura 4- Segundo poço perfurado pela OGX Maranhão com ocorrência de gás, área de posterior instalação da Estação de Produção e Escoamento de Gás Natural- EPGVB.	46
Figura 5- Visão parcial de uma das áreas onde foram aterrados os dutos que serão utilizados para o escoamento do gás.	52
Figura 6- Visão da mesma área apresentada pela figura 7, após 4 meses do aterramento dos dutos.	52
Figura 7- Propriedade com restrição sinalizada pela empresa Parnaíba Gás Natural, por uma placa em que adverte a respeito da passagem de uma tubulação aterrada.	54
Figura 8- “Estacas” de dorso amarelo, extremidade branca com logotipo da empresa Parnaíba Gás Natural, utilizadas para sinalizar a passagem dos dutos aterrados.	54
Figura 9- Vista parcial da Estação de Produção e Escoamento de Gás de Gavião Branco (EPGVB), situada na fazenda “poço Verde”.	55
Figura 10- Jornal O IMPARCIAL- Matéria de capa divulga a ação da PGN-2015.	67
Figura 11- Teste de formação, e queima do acendedor no terreno locado próximo 985 metros da comunidade Bom Jesus dos Pretos.	105
Figura 12- Igarapé impactado pelo entupimento de leito principal, visto da Rodovia.....	110
Figura 13- Folder de divulgação de curso ofertado no Médio Mearim, 2013.....	112
Figura 14- Convite feito à comunidade para a Audiência Pública - 2014.....	118
Figura 15- Audiência Pública na Cidade de Lima Campos, 2014.	118
Figura 16- Cartografia social elaborada pela empresa Parnaíba Gás Natural (capa) em Março 2015.	126
Figura 17- “Mapa mental” produzido pelos quilombolas da comunidade Bom Jesus dos Pretos e intermediado pela empresa Parnaíba Gás Natural.	127

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- Localização da Comunidade Bom Jesus dos Pretos.....	40
MAPA 2- Percepção de efeitos em recorte de “áreas de influencia” do território quilombola Bom Jesus.	86
MAPA 3- Localização das comunidades em relação ao gasoduto, Parnaíba Gás Natural, 2015.	87
MAPA 4- Percepção dos efeitos socioambientais (recorte) na comunidade Bom Jesus dos pretos, 2016..	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Efeitos mal previstos e suas dimensões nas áreas geograficamente afetadas direta e indiretamente. (2011-2016).	92
--	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- ATA CONSULTA PÚBLICA- GASODUTO GAVIÃO BRANCO,LIMA CAMPOS-MA.	142
Anexo 2- Nota divulgada no site da empresa Parnaíba Gás para a imprensa, onde era informado sobre o início de produção do “campo” de Gavião Branco.	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
MPF	Ministério Público Federal
PGN	Parnaíba Gás Natural
ACONERUQ	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
GASMAR	Companhia Maranhense de Gás
STTRLC	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lima Campos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ANP	Agência Nacional do Petróleo
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro AS
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPGVB	Estação de Produção e Escoamento do Gás Gavião Branco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SETA	Saúde, Educação, Transporte e Agricultura
SEDINC	Secretaria de Estado de Comércio e de Indústria no Maranhão
PROMARANHÃO	Programa de Incentivo às Atividades Industriais do Maranhão
ISPQN	Imposto Sobre Produto de Qualquer Natureza
PBA	Plano Básico Ambiental

- ADA** Área Diretamente Afetada
- AID** Área de Influência Indireta
- AII** Área de Influência Indireta
- INCRA** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- PAPQ** Programa de Apoio a População Quilombola
- CCR** Câmara de Coordenação e Revisão
- SUDENE** Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
• Direcionamentos do campo.....	18
• A experiência de campo e a posição enquanto pesquisador.	22
• Fontes secundárias de investigação e estrutura da pesquisa.	25
CAPÍTULO 1	
“O POUSO DO GAVIÃO NAS TERRAS DE BOM JESUS”	32
1.1 “As Terras de Bom Jesus”: De território à comunidade.	34
1.2 “Descobertas” de gás natural em Bom Jesus.....	42
1.3 De processos judiciais a uma “nova empresa”.	46
1.4 “A bomba relógio e seu pino arrancado ”: Início das atividades de instalação do gasoduto Gavião Branco.....	50
CAPÍTULO 2	
ARTIFÍCIOS DE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS.	58
2.1 O Estado e o discurso do desenvolvimento do setor de gás.	64
2.2 Ministério Público Federal: Competências e intervenção na situação social inferida a Bom Jesus dos Pretos.....	71
2.3 A prefeitura e o discurso do desenvolvimento municipal.	74
2.4 Secretarias de Meio Ambiente.	77
CAPÍTULO 3	80
“O GASODUTO E O TRAÇADO DA ESPECULAÇÃO”: desenvolvimento pra que? Pra quem?	80
3.1 Definições de “áreas de influência” ou a percepção dos efeitos?	84
3.2 Dos efeitos já percebidos.....	96
3.3 “Discurso” do emprego.....	111
3.4 Das audiências públicas e reuniões.	115
3.5 COMPENSAÇÕES: Instrumentos reivindicados.	122
3.6 Instrumento de apoio presente no Programa de Apoio a Comunidade Quilombola proposto pela empresa: Cartografia Social.....	125

3.6.1	“Cartografia social” versus Nova Cartografia Social.....	129
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

Este estudo resulta de um esforço de pesquisa de um período paralelo à minha graduação em geografia em 2010 e posteriormente em 2013, para a construção de um pré-projeto de mestrado. Tal pesquisa se desdobrou após meu ingresso neste programa de pós-graduação em virtude das discussões feitas em sala de aula e reflexões, sobre o objeto de estudo em campo.

Assim, após ingressar no mestrado, a pesquisa foi realizada em 4 etapas, duas anteriores ao exame de qualificação respectivamente, entre 30 de janeiro à 25 de fevereiro de 2015 no município de Lima Campos – MA, para a coleta de dados secundários na prefeitura do município e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos. E entre os dias 04 à 06 de junho de 2015, em duas comunidades¹ quilombolas do território Bom Jesus, a saber: Bom Jesus dos Pretos e Supapinho.

As demais etapas, pós-exame de qualificação foram feitas de maneira intercalada entre idas à comunidade Bom Jesus dos Pretos e aos órgãos apresentados durante as entrevistas. Estas ocorreram na comunidade aos dias 13, 15 16 de abril de 2016, e entre 24 de junho e 14 de julho de 2016, respectivamente nas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e Ministério Público Federal, ambos em São Luís.

Estas coletas de informações tiveram por objetivo contribuir para a construção da dissertação da autora, e constituíram em um primeiro momento os capítulos preliminares para o exame de qualificação, e em seguida, o prosseguimento da pesquisa, tal qual, também é apresentado neste texto introdutório. Os mesmos são compostos por registros fotográficos, entrevistas, e levantamento de informações de circulação pública, materiais impressos sobre a empresa Parnaíba Gás Natural e atividades a ela relacionadas.

¹ A compreensão e emprego do termo comunidade para este estudo é definido de acordo com duas vertentes da pesquisa e segundo duas definições distintas que representam o desdobramento do estudo. Em um primeiro momento, o faço tendo em vista as concepções de Gusfield (1975), definindo-a enquanto um instrumento analítico, que permite interpretar aquele espaço e suas relações, a interseção entre indivíduos e as especificidades locais. Ao mesmo tempo, contraponho à compreensão do termo, em referência a (BAUMAN, Zygmunt, 1925) no que diz respeito a construção feita pelo autor, de que a comunidade é um local “cálido”, em que os indivíduos podem confiar no que ouvem e se sentem seguros a maior parte do tempo, ideia esta, desconstruída neste caso em estudo, onde a segurança não se encontra mais na comunidade devido a intervenções externas ao grupo.

Relação com a temática e escolha do campo de pesquisa.

Creio que algumas considerações se fazem necessárias para entender minha relação com o objeto que escolhi para esta pesquisa, pois muitas situações foram se apresentando durante essa construção que acabaram por nortear a elaboração do trabalho que apresento, e que, portanto, explicam minhas dificuldades, expectativas e as possibilidades do trabalho de pesquisa que me propus. Penso que um dos maiores desafios para a escolha do objeto de estudo foi sua delimitação, as hierarquias que compreendem a área, o desafio de lidar com uma situação de conflito, e as dificuldades de ter acesso a elementos que me possibilitassem discuti-la.

Acredito ainda que essas dificuldades acabaram se sobressaindo durante a pesquisa em virtude da minha forma de perceber o objeto em campo inicialmente, por achar ter uma autoridade de fala sobre o lugar da pesquisa, em virtude de já conhecer a área de estudo. No entanto, o que parecia ser uma “ajuda”, acabou se apresentando como uma dificuldade para as minhas primeiras observações. Bachelard (1996, p. 18) já nos alerta: “Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado”.

Deste modo, um paradoxo constantemente em desconstrução foi redirecionando a minha visão de pesquisadora, não apenas com relação ao meu interesse pelo tema, mas aliado a isto, perceber os agentes sociais que se fazem presentes naquele território e os efeitos que aquele empreendimento refletia no e pelo grupo. Minha visão metodológica, que ao mesmo tempo orientava e refletia meu posicionamento de pesquisadora quanto ao acesso aos dados, ainda se referia em um primeiro momento a um posicionamento mais distanciado de comunidade Bom Jesus dos Pretos, e ainda que isto viesse a desperdiçar elementos que enriqueceriam meu trabalho, naquele momento, estas foram às condições iniciais da minha relação com a situação estudada.

No entanto o que pareceu ser uma grande dificuldade da pesquisa, naquele momento, acabou por se transformar em outra possibilidade de entendê-la, a meu ver, contribuindo para ampliar a análise da situação pesquisada, principalmente com relação ao acesso a dados e informações documentais, pois como contribui (BERREMAN, 1975), o controle de impressões e a cautela necessária a uma aproximação com a pesquisa, permite entender também outra dinâmica, determinada pelo processo de inserção do pesquisador ao universo pesquisado, coligando os discursos diferenciados às relações com o grupo.

Possivelmente, meu receio com o que eu poderia encontrar em campo ao conversar com os agentes sociais do território Bom Jesus acabou incidindo nessa minha abordagem primeira, baseada na busca de informações preferencial ou quase exclusivamente nas secretarias da Prefeitura de Lima Campos e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos-STTRLC. Embora isso pudesse consistir em uma perda, esse receio estava permeado por um controle do próprio grupo com o que ele gostaria de retratar ao permitir essa abertura para ser pesquisado. Desta forma, a abordagem adotada acabou se tornando em uma opção dada pela própria pesquisa, onde a familiaridade com a situação de conflito por essa outra visão me permitiu conhecer as lideranças de mobilização por nome e a forma de agir da comunidade por esse outro viés.

Buscar conhecer as empresas (OGX Maranhão / Parnaíba Gás Natural) que atuavam com a operacionalização do gasoduto também se constituiu em um dos prosseguimentos que elenquei antes de efetuar um primeiro contato com a comunidade quilombolas de Bom Jesus dos Pretos. Meu desafio, embora possa ter aparentemente se constituído em um exercício contrário a uma aproximação com o grupo nesse primeiro momento, me permitiu formular questões que interrogassem ou dialogassem com o que seria apresentado nas entrevistas, assim como as observações em campo sobre os efeitos do empreendimento.

Interessada por essa pesquisa, eu passei a acompanhar indiretamente desde 2010, as notícias que estavam sendo publicadas em sites e jornais locais, a respeito das acumulações de gás natural na região do Médio Mearim. Nesta época, eu ainda cursava graduação em geografia e minha curiosidade enquanto moradora de uma das cidades pesquisadas (Pedreiras) foi o que me incentivou a tentar compreender os desdobramentos da chegada de empresas. Ressalto que essa curiosidade, foi também o que acabou me direcionando a esse território, cujos feitos da fase de prospecção já eram perceptíveis em duas comunidades quilombolas, a Comunidade Supapinho e Bom Jesus dos Pretos.

Durante certo período entre o término da graduação e o ingresso no mestrado, essa pesquisa foi limitada ao campo das observações e anotações e após dar início ao curso de Mestrado, elas foram retomadas com a pesquisa de campo. Assim, quando ingressei no mestrado passei a observar a discussão dos relatos de campo de meus colegas de curso, e durante os debates, pude refletir a respeito da minha relação com a pesquisa, principalmente quanto aos meus critérios de escolha, que até aquele momento, não obedeciam a uma delimitação, pois eu observava os dados de modo anterior ao campo.

Por meio dessa experiência, compreendi a importância da delimitação do objeto em campo, situação que acaba sendo dada por uma via de mão dupla, evidenciadas pelas escolhas

do pesquisador e pelo próprio desdobramento da pesquisa, pois como contribui Bachelard (2006) o objeto se forma ao mesmo tempo em que se reforma.

Neste intento, também, pude refletir acerca das minhas primeiras percepções sobre os efeitos que as atividades de prospecções imprimiam na paisagem da rodovia que dá acesso a Bom Jesus dos Pretos. Na época, por volta do ano de 2010, eu ainda residia em Pedreiras, e sempre me deslocava de moto aos finais de semana com os meus pais, para a casa dos meus familiares residentes em Lima Campos. Após iniciada as atividades de pesquisa da MPX, eu passei a observar sempre que me deslocava na área, o modo como aquele espaço estava sendo modificado, através da retirada de vegetação, da terraplanagem de grandes áreas, assim como da presença constante de maquinários e veículos.

Embora nesse período, eu não soubesse dimensionar a proporção do empreendimento, toda essa experiência de observação, anotação, contribuiu muito para minha escolha em pesquisar sobre esse tema, pois passei a perceber a importância que essa discussão traria.

Ressalto que meus primeiros contatos com a comunidade Bom Jesus dos Pretos, ocorreram após meu ingresso no mestrado, e foram principiadas durante as observações diretas que realizei na área em estudo, já que anteriormente minha discussão era mais distanciada do grupo e pautada em transformações urbanas e ambientais visualmente por mim identificadas.

O critério de escolha da comunidade, que tomei para este estudo foi determinado com base em uma entrevista que realizei na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos no segundo semestre de 2015, sobre a realização de uma reunião pública na sede desta entidade naquele mesmo ano. A mesma foi promovida pela empresa Parnaíba Gás Natural com os quilombolas de Bom Jesus dos pretos, e visou informar sobre as atividades desenvolvidas no território, ao expor o relato destes primeiros a secretária do sindicato acabou apresentando outra vertente do empreendimento, não mais ligado ao discurso de desenvolvimento, mas uma exposição de descaso e irregularidades nos locais que estavam instaladas as torres de extração de gás.

Diante disto, tive o cuidado ao realizar a pesquisa em campo, de maneira a utilizar nos procedimentos metodológicos, indagações que evidenciassem essa relação imposta pela presença do empreendimento e em paralelo a isso, tentar observar os efeitos do gasoduto, bem como, o diálogo da empresa em relação aos quilombolas de Bom Jesus.

- **Direcionamentos do campo.**

Minha experiência com o universo dessa pesquisa remete à forma como a pesquisa se

apresentava para mim no momento que o tema me despertou interesse. Assim como a construção do título, suas diferentes modificações também acompanharam minha visão como pesquisadora e como geógrafa, pois na medida em que me foram oportunizadas discussão teórica e aproximação prática foi possível identificar e ampliar essa visão, assim perceber outras possibilidades de interpretação da situação social vivenciada em Bom Jesus, com a descoberta do gás.

Minha experiência com o universo dessa pesquisa remete à forma como a pesquisa se apresentava para mim no momento que o tema me despertou interesse. Assim como a construção do título, suas diferentes modificações também acompanharam minha visão como pesquisadora e como geógrafa, pois na medida em que me foram oportunizadas discussão teórica e aproximação em campo foi possível identificar e ampliar essa visão, assim perceber outras possibilidades de interpretação da situação social vivenciada em Bom Jesus, com a descoberta do gás.

Em um primeiro momento da pesquisa, ainda distanciado da discussão de movimentos sociais e dos povos e comunidades tradicionais, havia me empenhado em realizar uma discussão sobre as transformações urbanas e econômicas que poderiam ser ocasionadas com a chegada dessas empresas do setor de gás. Na ocasião, realizei pesquisas de campo, e centrei-me em entrevistas na administração municipal de algumas cidades do Médio Mearim, o debate que buscava construir, problematizava o recente histórico de exploração de petróleo e gás no Maranhão, a escassez de mão de obra qualificada e a possível geração de uma circulação econômica intensa entre as cidades compreendidas pelo projeto energético.

Desta forma, o objetivo neste período, era compreender a dinâmica social, econômica, propiciada pela incorporação das atividades petrolíferas (petróleo e gás), por meio da reestruturação socioespacial das cidades do Médio Mearim. Por esses motivos, os levantamentos visavam a obtenção de informações sobre os recursos, suas aplicações e a adequação dessas cidades ao projeto de geração de energia. E ao proceder com esta metodologia eu acabava indo ao encontro do meu processo de conhecer a própria pesquisa, pois como afirma Bachelard (1996, p.15) “é no ato de conhecer, que surge e que se pode julgar a complexidade do que se pretende estudar”.

Do meu ponto de vista, quando reavaliei a pesquisa vi, que a ausência de uma delimitação maior com relação ao tema, o comprometia, pois convergia para uma restrição do próprio universo da pesquisa e lançar-me na análise apenas de documentos oficiais da empresa e da prefeitura tenderia a limitar uma problematização mais contundente do que realmente estava posto nessas cidades com a chegada do empreendimento. Seria necessário,

como contribui (BOURDIEU, 2008) **fugir**² de uma justaposição de ideia em busca de uma contraposição de pontos de vista, como se essas informações fossem **cruzadas** para entender o conflito que se processava no território.

Meu estranhamento com minha abordagem desde então, foi o que me impulsionou para um redirecionamento deste Estudo. Vejo também, que até aquele momento da pesquisa, a ausência de uma delimitação mais detida, favoreceu uma dificuldade maior para o desencadeamento da pesquisa em virtude da extensão da área que pretendia estudar.

Evitando essa leitura mais ampla do espaço, busquei pelo recorte dessa estrutura, novas percepções dentro do mesmo tema, de maneira a focalizar o estudo à situação social desencadeada pela instalação do gasoduto nas proximidades da Comunidade Bom Jesus dos Pretos. Essa opção pela escolha de um recorte em muito contribuiu para o andamento da pesquisa, pois em cada vez que eu me distanciava dos dados que eram apresentados como imediatos, e dava espaço para indagações desses, eu passava a interpretar essa pesquisa de maneira mais detalhada.

Ainda surpresa pela maneira como a pesquisa foi se desencadeando, mas certa dos direcionamentos que tomaria em campo, escolhi realizar a pesquisa com a comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos, uma perspectiva de compreensão até então não colocada, sendo esta uma das áreas mais afetadas socioambientalmente desde as primeiras atividades de “Sísmica Terrestre 2D³”. Esta escolha enriqueceu essa discussão, pois essa mudança passou a contemplar uma aproximação mais pontual, da situação vivenciada pelos quilombolas diante dos efeitos das instalações do gasoduto.

Outra contribuição desse redirecionamento da pesquisa pode ser identificada por um melhor detalhamento das informações obtidas em campo a respeito dos desdobramentos dessa primeira fase de “prospecção” do empreendimento na região do Médio Mearim, sobretudo por meio das entrevistas que passaram a voltar-se apenas para as descobertas de gás em Bom

² A aplicação do negrito tem em vista chamar atenção para a interpretação que a autora atribui ao termo, tomando-o em seu sentido literal para se comparar situações observadas na pesquisa. Há de se pontuar que o uso deste recurso também se estende a outras situações apresentadas no texto, onde se propõe evidenciar a descrição/interpretação da autora. Nessa perspectiva outros grifos também serão precisados durante este estudo são eles: a aplicação de aspas para designar os termos utilizados pela empresa; a aplicação de itálico, empregado para remeter as palavras e expressões presentes no discurso de Estado; e finalmente, a aplicação de sublinhado, para descrever as expressões postas em uso pelos agentes sociais.

³ Sísmica é definida pela Agência Nacional do Petróleo como método utilizado para identificar regiões com acumulações favoráveis para exploração de petróleo, tendo como referência a posição e a estrutura geológica das subsuperfícies das rochas, os procedimentos são baseados na medição de ondas que atravessam essas camadas de rochas, a propagação dessas ondas são estimuladas por pequenas explosões. O procedimento de sísmica 2D é um desses tipos de sísmica, em que essas vibrações chamadas de “leituras” são interpretadas em segundos e convertidas em metros. Informação disponível: www.anp.gov.br

Jesus.

No entanto, ao efetuar esse redirecionamento, acabei por me deparar com outras dificuldades da pesquisa, alicerçadas principalmente no estabelecimento de um contato tardio com a comunidade. Sobre este ponto, creio que seja importante considerar, que ao elencar o termo **tardio** para classificar minha relação de pesquisa com os agentes sociais de Bom Jesus, o faço tendo em vista todo o processo de **conflito** que marcou a chegada da empresa, anterior a esse contato e que a dificultaram, pois essa inserção da empresa teria fragilizado de certo modo as relações na comunidade, em especial, quando se trata de agentes externos ao grupo. Observando essa situação com base nas contribuições de (BERREMAN, 1975) notei que a maneira como eu estava sendo percebida como agente externo ao grupo, era o motivo pelo qual surgiram esses entraves de se estabelecer um contato.

As situações que levaram a esta percepção se exprimiam principalmente durante as tentativas de estabelecimento de diálogos, pois durante as primeiras entrevistas comentava-se a respeito de qualquer assunto, incluindo-se as atividades econômicas, a constituição do quilombo, exceto sobre as explorações de gás. Quando estas aconteciam, os agentes sociais se restringiam a situar apenas o local das perfurações, ou alegavam não saber falar sobre isso.

Essa situação, apesar de se apresentar como uma dificuldade para a pesquisa acabou contribuindo, para que fosse possível conhecer os quilombolas da comunidade Supapinho, também sob “influência” do Gasoduto Gavião Branco. E devido à circunstâncias apresentadas em Bom Jesus, passei durante um período da pesquisa, a direcionar-me ao quilombo Supapinho, onde consegui estabelecer uma relação de confiança.

No entanto, praticamente todas as questões apresentadas nas entrevistas de Supapinho retomavam as relações que eram feitas em Bom Jesus dos Pretos, entre os quilombolas e a empresa. Assim, ainda insistindo em realizar o estudo na Comunidade Bom Jesus dos Pretos, continuei tentando estabelecer uma aproximação, o que se tornou possível, após conversar com dona Maria José coordenadora da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas- Aconeruq, conversa que resultou em uma das entrevistas que contribuem para este estudo.

Minha abordagem a partir deste feito passou a considerar os efeitos socioambientais do gasoduto no recorte das Comunidades de Bom Jesus dos Pretos e Supapinho. Pois, eu acreditava que incluir a discussão dos dois quilombos seria uma alternativa para se entender também o alcance os efeitos no território quilombola e a maneira como eles eram percebidos em ambas.

Nessa perspectiva de entender a situação social desencadeada pela instalação do

gasoduto, adotei para a construção deste estudo o termo **efeito** remetendo a Bourdieu, com relação ao conceito de efeito de lugar, em contraste a definição de “impacto” utilizado pela empresa. Além de uma forma de distinção, essa mudança também tem em vista contemplar a interpretação do que a comunidade percebe como efeito.

Ao retornar a campo, e realizar entrevistas em Bom Jesus dos Pretos, fiz uma leitura de todo o material que possuía, incluindo-se: as entrevistas, a bibliografia, os documentos obtidos junto a órgão de governo, e fui percebendo o modo como às atividades de construção e pesquisa do gasoduto se ampliaram em todo o território, em virtude da passagem de seu traçado. Observei então, que dada à especificidade do trabalho e do território, não caberia naquele momento um estudo tão amplo, pois incluir as duas comunidades na pesquisa demandaria um esforço de pesquisa maior. Desta forma a escolha por apenas uma comunidade, como foi a minha escolha por Bom Jesus dos Pretos ajudava a entender a proporção desse empreendimento em toda área.

- **A experiência de campo e a posição enquanto pesquisador.**

A observação direta se constituiu em um dos elementos que favoreceram o andamento dessa pesquisa, e possivelmente foi através da observação, do estranhamento e das impressões ao que eu acreditava ser familiar, que eu desencadeei essa minha primeira experiência como pesquisadora. Minha relação com a construção desta pesquisa remete ao período de graduação, e não me considerava pesquisadora neste período, pois não havia uma construção teórica até aquele momento, apenas observações e pequenas anotações.

Minha curiosidade de moradora era o elemento que me direcionava para o universo da pesquisa, ademais, o fato estar ainda na graduação também me possibilitava manter um contato com os debates que eram feitos também na faculdade. Exemplo disso foi a minha presença enquanto ouvinte em uma das audiências públicas realizadas em 2011 para o licenciamento da termelétrica UTE Parnaíba. Cabe aqui ressaltar que nesse período a capacidade de produção comercial dos poços ainda não havia sido publicizada e ainda não tinha sido vinculada a informação do material encontrado (se gás ou petróleo), assim como não foi mencionado naquele momento qualquer relação entre a instalação da Termelétrica e as pesquisas que estavam sendo realizadas.

Deste modo, considero que os primeiros passos desse estudo, remetem a essa participação na audiência, pois a partir daquele momento comecei a pensar o que eu

observava como um dado de pesquisa. Foi quando em 2013, após concluída a graduação em geografia, reuni as observações e anotações para a construir um pré projeto de mestrado.

Meu interesse em abordar essa situação da descoberta do gás, foi reforçado também pelas transformações ambientais que eu visualmente percebia no espaço⁴ através da forma que foram se estabelecendo as relações do empreendimento no território em algumas cidades do médio Mearim como foi o caso de Lima Campos. Estas se expressavam por meio da modificação da paisagem a intensidade e os efeitos que a chegada do empreendimento estava ocasionando para aquelas áreas.

Ressalto que neste período estavam sendo realizadas perfurações e pesquisas sísmicas em toda a unidade territorial⁵ de Lima Campos, incluindo-se as áreas quilombolas que correspondem a 6 comunidades em uma mesma unidade espacial, na qual Bom Jesus dos Pretos é considerada sede. Quanto a isto, cabe ressalva outra discussão que se fez necessária ao se estudar Bom Jesus, e a ela dizem respeito às categorias que se dispersam entre território e comunidade.

A semelhança de Harvey (2007), que se propõe a tentar decifrar a categoria espaço, criticando a ideia do espaço físico, diante dos diversos significados que ele se inclui, aqui cabe também, uma crítica às construções das categorias anteriormente mencionadas. Ainda recuperando o que é exposto em Harvey (2007), à ideia de comunidade, assim como as significações atribuídas ao termo território, são preenchidas por modificações que incluem uma variedade de contextos como a significação simbólica e material desses espaços, cabe notar que elas não são tomadas por uma visão de conjunto ou de subconjunto, mas como elementos que possuem significação própria, embora seus objetos se relacionem.

Em contribuição a esse pensamento (Harvey 2007) ao falar de espaço e eu aqui estendo também ao território, expõe que é quase impossível entender essas relações de modo independente, pois a elas se relacionam também fatores como a localização, a limitação dos espaços, e os caminhos múltiplos de significação que impedem o caráter único da individualização.

⁴ Minha compreensão da categoria espaço acima referida, tem por base as concepções de Harvey (2007, p67.), ao entendê-lo enquanto espaço relativo, em que são considerados os aspectos relacionais entre espaço- tempo, em detrimento, do conceito de espaço isoladamente. Harvey (2007, p67.), afirma: “A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo”.

⁵ Categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, para definir a superfície do território em quilômetros quadrados. Além disso, essa categoria também expressa os mapeamentos, a representação do espaço territorial brasileiro e suas divisões específicas, de modo a possibilitar a identificação e uso de informação de cada área para o planejamento interno de Estados, municípios, ministérios, secretarias e órgãos de governo. Informação adaptada disponível em: www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/

O território Bom Jesus é bastante pesquisado na região do Médio Mearim, os agentes sociais que lhe constituem, dialogam e possuem representantes do próprio quilombo na direção de algumas entidades, como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-ACONERUQ, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assim como também existem representantes da comunidade em secretarias da prefeitura de Lima Campos. Essa presença constante de pesquisadores de universidades, da prefeitura e de profissionais contratados para realizar levantamentos técnicos para a empresa Parnaíba Gás Natural, se constituiu em um das primeiras dificuldades que enfrentei, pois isso fazia com que esse acesso aos dados não ocorresse de modo facilitado pelos quilombolas. Pois, muitas vezes minha pesquisa era interpretada enquanto interesses contrários aos seus, pois alguns confundiam a minha presença com a dos técnicos da empresa, onde já havia uma percepção crítica.

A tensão interna a presença da empresa ocasionada com a instalação do gasoduto me impedia de obter informações mesmo na prefeitura, pois os procedimentos de avaliação de impacto realizados pela empresa ainda estavam em curso, sendo realizadas neste período as primeiras reuniões restritas a empresa e comunidade, o que impossibilitava uma circulação maior de informações. Sempre os respeitei e nesta relação o receio também vinha da minha parte enquanto pesquisadora, pois minha pretensão era estabelecer uma aproximação com o grupo, por meio de uma comunicação que se fizesse cômoda para eles, durante as entrevistas.

Necessitei realizar uma segunda ida a campo em junho de 2015, desta vez apenas no território Bom Jesus, esta acabou ocorrendo de maneira menos complicada, principalmente com relação às entrevistas que fiz com agentes sociais dessas das duas comunidades que me propus a pesquisar do território Bom Jesus.

Creio que por estar mais segura quanto ao meu aprofundamento com essa situação de conflito, isso acabou auxiliando meu posicionamento em campo, era, pois, preciso que eu rompesse com as ideias primeiras, e enfrentasse as dificuldades e os riscos, como aponta Bourdieu (2008), não bastava apenas “ir ver”, como ocorreu em minha primeira ida em campo, mas sair da “empíria” dos dados secundários e confrontar esses dados.

Desta forma, a pesquisa foi organizada segundo a lógica fornecida pelo campo, não a estruturei, apenas parti de contatos que fui estabelecendo, estes forneceram relações que nortearam as entrevistas seguintes. Por estes “contatos” entendem-se os dados secundários e as entrevistas feitas no território quilombola, pois não foram realizadas no mesmo período.

As duas vezes que fui a campo fiquei na casa dos meus pais em Pedreiras município próximo, durante os dias dessa estada em campo, eu fazia o percurso de Pedreiras para o território Bom Jesus de moto, pois a via que dá acesso à comunidade fica localizada a alguns

quilômetros da rodovia. Realizei todos esses contatos acompanhada do meu irmão, e em algumas ocasiões ele apenas me deixava no local e eu efetuava esses contatos sem a sua companhia.

- **Fontes secundárias de investigação e estrutura da pesquisa.**

Esta pesquisa teve como principal instrumento o estudo de campo. A partir dele foram listadas a bibliografia e as documentações utilizadas, assim como, também foi por meio das idas em campo, que foram feitos os registros fotográficos e as entrevistas. Quanto a estas ultimas, valem mencionar, que elas foram divididas em dois grupos, as entrevistas realizadas na comunidade com os agentes sociais e aquelas que foram realizadas em órgãos do poder municipal e em entidades buscadas como representação pelos quilombolas.

Ainda foram considerados dois tipos de dados para o estudo, que foram definidos de acordo com as fontes pesquisadas, elas foram classificadas enquanto primárias e secundárias. Para as fontes primárias, considerei as descrições feitas pelos agentes sociais, às fotografias feitas na comunidade e os mapas produzidos. Já por fontes secundárias, foi considerada toda a documentação e informação relacionada as empresas do grupo OGX, as entrevistas feitas no Ministério Público Federal, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Prefeitura Municipal, no setor de regularização fundiária do INCRA e as informações coletadas com os técnicos da empresa terceirizada “Faxé⁶”.

Estas fontes constituem-se ainda de levantamentos que realizei em artigos, estudos, jornais, em páginas eletrônicas das empresas que operacionalizam o gasoduto, da secretaria de Planejamento e Orçamento – Seplan, na página do governo do Estado do Maranhão e da prefeitura municipal de Lima Campos, bem como, da Companhia Maranhense de Gás-Gasmar.

Apesar de classifica-las como dados secundários para o estudo, o acesso a essas informações se constituiu em uma primeira etapa da pesquisa e foi imprescindível para o meu trabalho em campo e para a definição dos critérios de escolha dos entrevistados. Dialogando com o pensamento de Bachelard (1996), esses primeiros direcionamentos do objeto, necessitaram, pois, serem interpretados não apenas como observações por fornecem as oportunidades para uma pesquisa, mas, enquanto fatos que deveriam ser definidos e situados no próprio espaço social ao prosseguir a pesquisa em campo.

⁶ Empresa terceirizada contratada para operar nas perfurações do campo de extração de gás situado no território Bom Jesus.

Assim, realizei entrevistas na Prefeitura Municipal de Lima Campos, com o chefe de gabinete e com Técnico Ambiental. Eu, enquanto pesquisadora e também enquanto geógrafa buscava entender a relação deste setor público com o empreendimento e, além disso, quais os direcionamentos estariam sendo tomados no que concerne aos efeitos socioambientais decorrentes da operacionalização do empreendimento de extração de gás natural no município.

Ainda na sede do município, realizei entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lima Campos, as pesquisas neste local focalizavam as informações sobre a atuação do sindicato junto aos efeitos ambientais que já havia se apresentado em virtude das instalações do gasoduto.

A mesma foi realizada com a Secretária interina do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lima Campos- STTRLC pela manhã na sede do Sindicato. As perguntas foram feitas de forma aberta com caráter de diálogo, esses questionamentos foram anotados em um caderno de campo e tiveram por base principalmente identificar o papel do sindicato junto à comunidade quilombola de Bom Jesus dos Pretos, quanto à atual situação de conflito resultante da instalação do gasoduto.

Foi durante a visita a este setor que consegui informações sobre a percepção dos primeiros efeitos sociais e ambientais que estavam ocorrendo nas “áreas de influência direta”⁷ do gasoduto. Foi também, através da secretária dessa instituição, que consegui um contato com senhor Leles, representante da comunidade quilombola Supapinho.

Com base nessas primeiras relações com a discussão da implantação do gasoduto, que consegui direcionar-me para as comunidades quilombolas do território Bom Jesus. A sistematização dessas entrevistas também permitiu meu aprofundamento com a pesquisa, principalmente após realizar visitas na área onde estão localizadas as perfurações, para registrar algumas fotografias. Ao identificar-me como discente de um programa de pós-graduação, logo fui advertida pelos fiscais da empresa identificada como Faxé (nome que constava como identificação em equipamentos e vestimentas dos operadores de máquinas e fiscais), a limitar-me a meras observações no local, também deixou-se claro, que não seriam disponibilizadas nenhuma informação pela empresa naquele momento. Um dos fiscais apenas informou a profundidade da perfuração do poço: 1.800 metros.

Este posicionamento por parte da empresa terceirizada faxé me permitiu, então, entender que uma das vias de tencionamento das relações sociais na área com o

⁷ Termo utilizado pela empresa para delimitar as áreas sobre ação direta das instalações do gasoduto.

empreendimento parte da restrição de informações da empresa para com os quilombolas sob sua “área de influência”. Os levantamentos que fiz por meio da análise de materiais de circulação pela internet consistiram em uma alternativa para a aquisição das informações sobre a instalação do empreendimento na região do Médio Mearim. Durante essa etapa de busca, tive todo o cuidado com o uso das fontes encontradas, para isso, dei prioridade para as páginas oficiais governo do Estado, e em páginas das empresas que atuam na bacia do Parnaíba, área que compreende o empreendimento.

Esses materiais constituem-se de portarias, notícias sobre as audiências públicas, os planos de desenvolvimento do Estado, os processos e pareceres da justiça sobre os processos judiciais do grupo OGX, e as notas emitidas pelas empresas Eneva e Parnaíba Gás Natural por meio da Agência Nacional de Petróleo para a divulgação pública do novo arranjo das empresas que passaram a atuar na bacia do Parnaíba. O uso da internet como uma alternativa de acesso a informação, também foi uma forma de acompanhar e poder observar como estava sendo publicizada essas informações, como elas eram ou não aceitas, e até que ponto o gasoduto era visto como uma possibilidade de *desenvolvimento*.

É sabido que usar a internet como uma ferramenta de análise de informação, quando sua divulgação é limitada ou restrita, pressupõe um risco quanto à fidedignidade da informação, entretanto como afirmei acima, eu me dispus a esse risco, mas sempre tendo o cuidado de analisar o que estava sendo posto.

Assim como as outras fontes secundárias que mencionei, o uso da informação veiculada na internet, também obedeceu a critérios da pesquisa, critérios estes, que foram definidos de acordo com a identificação do uso e linguagem técnica da empresa, o acompanhamento dos procedimentos e etapas de licenciamento, e aos investimentos do Estado no setor de gás, essas informações foram observadas em jornais e como mencionei, em páginas oficiais da empresa e agências reguladoras de exploração de gás natural. Além de utiliza-las como dados, elas também foram necessárias para confrontar a veracidade dessas informações à realidade observada na comunidade Bom Jesus.

Para estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco, escolhi como campo para a pesquisa a situação socioambiental desencadeada na Comunidade Quilombola Bom Jesus dos Pretos. Esta escolha considerou o aparecimento dos primeiros efeitos percebidos pelos quilombolas devido à proximidade da comunidade à “Estação de produção de gás” e aos “dutos”.

Esses “dutos” já apresentam sua fase de instalação concluída e correspondem segundo o Relatório de Impacto Ambiental- RIMA, a uma extensão de 11 km. Os mesmos serão

responsáveis pelo transporte do gás, partir dos poços localizados nesta área até a “Estação de Produção e Escoamento de Gás Natural” situada em uma fazenda chamada Poço Verde á 985⁸ metros de Bom Jesus dos Pretos, onde o gás será tratado e enviado também por “dutos” para a termelétrica UTE Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes. Esta segunda ligação de “dutos” correspondendo por sua vez a uma extensão de 40 km como também é mencionado no RIMA/PGN, (2015)⁹

Com essas instalações, toda esta área passa a tornar-se “influência direta e indireta” do gasoduto¹⁰, comprometendo, portanto, a permanência da comunidade, situação que ainda põe em pauta a evidência dos riscos associados às atividades de extração do gás durante as fases de instalação dos “dutos”, e “produção do gás”.

Minha escolha também levou em consideração os efeitos socioambientais relatados pelos agentes sociais, no período de pesquisa e “instalação das torres de extração e perfuração do gás” pela empresa OGX, como foi o caso dos vazamentos de lamas e rachaduras nas residências, durante a fase inicial de implantação do empreendimento. Além disso, essa comunidade passou a conviver diariamente com o transito de maquinários pesados, barulhos, tremores ocasionados anteriormente com a “instalação das torres”, seguida das obras do gasoduto, situação que se estende também às demais comunidades sob “área de influência”.

Com o desenvolvimento das pesquisas na comunidade, algumas alterações acabaram se sobressaindo, em virtude da forma como as informações eram sendo obtidas. Durante uma dessas etapas de levantamentos de entrevistas e materiais documentais, acabei acrescentando para o recorte da pesquisa outra comunidade quilombola, a saber, a comunidade Supapinho, situada a 1600 metros da Estação de Produção e poços, considerada pela empresa “área de influência indireta”.

Neste período, que correspondeu ao meu exame de qualificação, defendi o prisma de análise dos efeitos do gasoduto em relação a distancia entre as comunidades Bom Jesus dos Pretos e Supapinho aos “poços” e à “Estação de Produção”. Pois acreditava que este contraste evidenciava tanto as **irregularidades** presentes no Relatório de Impacto Ambiental, como materializavam a **percepção dos efeitos** de duas distancias distintas. No entanto, ao realizar novas entrevistas e obter novos materiais sobre o processo de mobilização das comunidades

⁸ Informação presente na ata de consulta pública do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos pretos.

⁹ RIMA/PGN, 2014, p. 32.

¹⁰ Informação disponibilizada durante uma reunião feita na sede da comunidade sobre os riscos reais e potenciais do empreendimento.

do território, em detrimento à presença da empresa, compreendi que apenas um recorte poderia da mesma forma o ajudar a entender, as demais relações ali desencadeadas.

Visto que os quilombolas do território Bom Jesus desenvolvem relações para além do parentesco histórico, são relações de luta, de defesa pelo bem comum, uso do território, e legitimação de seus direitos, como é o caso da luta conjunta pela titulação junto a Fundação Palmares para o Quilombo Supapinho. Essa relação também não está presa a um limite físico, uma vez que essas comunidades quilombolas se encontram em espaços consideravelmente distantes, porém em um mesmo território.

Bourdieu (2008) traz uma contribuição que ajuda a entender de forma análoga essa especificidade do Território Bom Jesus sobre a relação dos agentes sociais com o espaço. Para ele, as delimitações físicas constituem-se de elementos que necessitam de uma posição de para se classificarem e que nessa relação passam a definir o que é externo pela mutualidade. De outro modo, o espaço social em distinção a este último, é definido pela diferença de suas estruturas sociais, de modo que a relação dada pela ocupação dos mesmos pares (aqui entendidos pelos agentes sociais) no lugar reificam e legitimam esse espaço.

A unidade territorial na qual se inclui a comunidade Bom Jesus dos Pretos possui aproximadamente 7mil hectares, seu principal acesso ocorre por meio da rodovia MA 122, a 7 km do município de Lima Campos. O acesso à comunidade Bom Jesus dos Pretos é dificultado por não haver veículos que façam linha direta até o local. Para se chegar à comunidade, é necessário o uso de veículo particular.

No deslocamento até Bom Jesus dos Pretos, existem diversos sítios e áreas de babaçuais. O que os diferenciam, estruturalmente com relação às fazendas e demais propriedades nesse trajeto é a disposição das residências do grupo junto à igreja e ao salão de candomblé, formando uma grande em círculo que confere a esse espaço sua particularidade. Os povoados situados nas terras de Bom Jesus se afirmam pelo termo Comunidade, e encaram essa designação pelo viés da vivência política que alicerça o grupo através da identidade.

Retomando a escolha da minha área de estudo, creio que a delimitação das pesquisas para a comunidade Bom Jesus dos Pretos, contribuiu significativamente para uma melhor análise da situação social desencadeada com a instalação do gasoduto, pois tornou possível tratar as informações de modo detido, assim como permitiu ampliar o universo pesquisado por meio das narrativas dos agentes sociais. Situação que apenas se tornou possível através do fortalecimento de vínculos que foram se construindo durante as idas a Bom Jesus dos Pretos. Onde as lideranças de Bom Jesus passaram a compartilhar durante as entrevistas a forma como eles percebiam a instalação das atividades de exploração do gás.

Dentre os condicionantes previstos pela empresa e os efeitos percebidos com o início da construção do gasoduto, foram destacados: as expectativas sobre a facilidade de empregos locais e a ilusão de “desenvolvimento” acarretado pelo aparecimento dos primeiros efeitos socioambientais.

Diante da complexidade da instalação deste gasoduto em Bom Jesus dos Pretos, uma vez que ele se interliga a outra grande construção representada pela Termelétrica UTE Parnaíba, o objetivo deste estudo foi compreender os principais efeitos socioambientais ocasionados pelo desenvolvimento das atividades pesquisa e construção do Gasoduto Gavião Branco, e suas implicações para a permanência da Comunidade Quilombola Bom Jesus dos Pretos em seu território. Com vistas a compreendê-las através das narrativas e das mobilizações realizadas na comunidade em parceria com entidades quilombolas e órgãos relacionados.

O estudo ainda buscou responder a seguinte questão: como entender a realidade que envolve as formas de resistência da comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos, diante do processo de expropriação determinado pelo desenvolvimento do empreendimento do “gasoduto Gavião Branco”? Questão esta, que se tornou importante na medida em que auxiliou a delimitação da pesquisa.

O trabalho está estruturado em três capítulos onde respectivamente, no capítulo “**O POUSO DO GAVIÃO NAS TERRAS DE BOM JESUS**”, faço uma exposição da organização do território, seguida de uma caracterização que considera: o processo de licitação dos blocos de exploração de gás, a declaração de comercialidade e a descoberta dos poços em Bom Jesus dos Pretos, a localização e os elementos situacionais que foram desencadeados com a troca de empresa, bem como o início das instalações do gasoduto.

Ao explicar a respeito de políticas públicas, me detenho no capítulo **ARTIFÍCIOS DE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS**, a limitar uma exposição dialogada a implantações de grandes projetos e planos de desenvolvimento direcionando-os a situação aqui estudada. Para isto, faço menção aos incentivos e investimentos feitos pelo Estado para a elaboração de projetos de desenvolvimentistas.

De outro modo, exponho também o acionamento feito em Bom Jesus dos Pretos junto ao Ministério Público, de maneira a pontuar a respeito dos mecanismos utilizados pelas mobilizações para a efetivação de direitos. Ainda pontuo neste capítulo, o posicionamento da prefeitura de Lima Campos e as competências das secretarias de Meio Ambiente estadual e municipal.

Em **“O GASODUTO E O TRAÇADO DA ESPECULAÇÃO”**: **desenvolvimento pra que? Pra quem?**, Por sua vez, é feita uma apresentação mais dialogada das narrativas dos agentes sociais de Bom Jesus dos Pretos, principalmente sobre as especulações iniciais, a percepção e descrição dos efeitos percebidos desde a chegada da empresa, os entraves que surgiram durante o processo de comunicação social da empresa. Durante a redação deste capítulo, discuto ainda as definições de “área afetada” e percepção de impacto, tendo em vista, as delimitações apresentadas pela empresa em contraste a percepção de afetação relatada pelos quilombolas.

Nesse sentido, exponho ainda as narrativas a respeito dos efeitos já percebidos, das audiências públicas, bem como, as compensações. Por último, na conclusão, discuto as interferências e as consequências apresentadas pela instalação do gasoduto, fazendo referência ao modo amplo como essas questões foram realizadas.

CAPÍTULO 1

“O POUSO DO GAVIÃO NAS TERRAS DE BOM JESUS”

A figura de linguagem a qual faço referência no título deste capítulo é uma analogia à instalação do gasoduto¹¹ Gavião Branco no território¹² quilombola Bom Jesus. Ao comentar a utilização do termo “Gavião” pela empresa, o faço aludindo-o a uma ave de rapina chamada “carcará” bastante comum na região. Ela é descrita pelo Ibama (1989, p1) pelas seguintes características: “penugem preta no corpo e cabeça branca, é conhecida por sua agressividade e habita campos abertos nos quais pousa¹³”. E nos sugere ser uma descrição semelhante às características físicas das terras que compõem o território onde foram identificadas áreas de produção de gás natural¹⁴.

Ainda com relação ao uso da ave como referência ao gasoduto Gavião Branco cumpre salientar que a “agressividade” a qual faço menção, materializa-se pelo surgimento de uma situação social desencadeada a partir do desenvolvimento das atividades de instalação do mesmo

Ao utilizar esse termo, também faço relacionando-o às narrativas míticas da região, nas quais se incluem a figura do carcará, zoomorfizadas pela empresa para dar nome ao empreendimento de geração de energia a gás através dos campos: gavião branco, gavião real, gavião azul e gavião vermelho. Essas narrativas ao caracterizar a agressividade da ave, permitem relativizar a forma como são estabelecidas as estratégias empresárias de escolha dos locais de instalação e as nomenclaturas empregadas. Chamo atenção ainda para a correspondência entre a ave e suas características ao nome do campo de gás em exploração, onde, como é citado por João do Vale em uma ação predadora e corajosa que sai anunciando sua presença, volteando uma região em busca lugares para pousar e manter-se.

¹¹ Conforme definições da Lei n.º 11.909/09, presentes também na Agência Nacional do Petróleo, gasoduto são dutos terrestres de transporte, transferência e de escoamento da produção que movimentam gás natural. Informação disponível em: www.anp.gov.br, Acessos em: 04/08/2016.

¹² A definição de território buscada para este estudo tem por base o diálogo entre interpretações de Haesbaert (1997), Acselrad (2008), relacionando-as às concepções de territorialidades específicas, Oliveira(1998) e de Terras Tradicionalmente Ocupadas, Almeida (2008) estas duas últimas por contemplarem uma discussão apoiada nas relações sociais desencadeadas na comunidade quilombola de Bom Jesus dos Pretos.

¹³ As informações sobre a ave foram interpretadas com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e na PORTARIA IBAMA Nº 1.522, DE 19 DE DEZEMBRO 1989, sobre a fauna brasileira.

¹⁴ Segundo a Companhia Maranhense de Gás- GASMAR, gás natural é um combustível fóssil que tem como componente principal o metano. Esse gás é extraído de poços subterrâneos “on shore” (em terra), e off shore (em oceanos). Informação disponível em: www.gasmar.com.br. Acesso em 04/08/2016.

Essa situação social a que me refiro, apresentou por fundamento os efeitos socioambientais do empreendimento nas delimitações que correspondem as “bases de extração de gás natural” e ao “aterramento dos dutos”, nas quais se incluem comunidades quilombolas.

Por tratar-se de uma atividade que possui potencial capacidade de modificação ambiental, assim como é apontado pela Resolução nº 237/1987 do CONAMA, muitos são os problemas ambientais e riscos associados à presença dos gasodutos devido às propriedades dos compostos transportadas pelo mesmo e as consequências que podem ser resultantes das obras de instalação. Além disso, sua construção se configura enquanto um empreendimento que à semelhança de outros grandes projetos já implantados ou em implantação no Brasil, como siderúrgicas, usinas, portos, complexos industriais e o próprio setor de energia, supõem expectativas de desenvolvimento econômico em curto prazo, com a instalação de suas atividades.

Nessa relação o dano¹⁵ é sempre algo real, principalmente se forem levados em consideração os interesses que passam a ser hierarquizados no momento em que se colocam esses projetos enquanto sinônimo de progresso não apenas para o local (em que este se insere), mas enquanto interesse também do Estado.

Pereira (2007) ao pontuar sobre a instalação de empreendimentos considera que apesar de ser criada uma psicofera para a inserção de um elemento novo na dinâmica de um território, esse engendramento ainda sim, modifica as relações que outrora se faziam presentes nos territórios, condicionando-se não apenas a realidade dos agentes sociais, mas nos modos como esses empreendimentos afetam e intervêm no ambiente em que se instalam.

Com relação ao gasoduto, essa questão acaba se tornando um pouco mais crítica, pois sua extensão equivale pensar em diversos **pontos de afetação** que se estendem desde as expectativas geradas com a chegada de uma grande atividade econômica aos **efeitos negativados** das atividades, **durante e/ou depois** de concluídas as instalações.

Desta forma, neste capítulo tento esboçar como foi desencadeada a chegada das empresas que desenvolveram pesquisas no território Bom Jesus, e os elementos situacionais que foram desencadeados com a troca de empresa seguida dos procedimentos de construção do gasoduto, estendendo essas ações a uma compreensão sobre os efeitos dessa intervenção

¹⁵ A concepção de dano a que me refiro tem por base a interpretação de Ranciere (1996), ao vê-lo enquanto âmbito da política, onde o dano passa a ser duplo por pressupor o conflito entre o ser falante e sem propriedade e a capacidade política de quem as detém: "a contradição de dois mundos alojados em um só". Interpreto neste trabalho de pesquisa que esta forma de compreensão, nos ajuda entender esta situação de forma análoga à instalação de empreendimentos em contraste ao núcleo social inserido nos territórios.

diante das modificações socioambientais ocasionadas pela passagem do “traçado” dos “dutos¹⁶” e pela construção de uma “Estação de Produção”, ambas em meio a um território antropizado.

1.1 “As Terras de Bom Jesus”: De território à comunidade.

A decisão de iniciar este estudo com um recorte histórico acerca da formação do quilombo Bom Jesus, corresponde não apenas a lógica da pesquisa para a sistematização de dados adquiridos em campo, mas numa metodologia que ao resgatar o passado do grupo possibilite explicar a organização do território.

Pois conhecer o grupo se constitui em um instrumento primordial para se entender as clivagens do passado envolvendo a permanência nas terras de maneira a remetê-las também para um contexto atual de apropriação dos espaços, por outras vias de estratégias econômicas determinadas, como é o caso da construção do gasoduto, nesse mesmo território. Da mesma forma que começar pelo grupo, também permite relativizar as ideias pré-construídas com a chegada de um grande empreendimento, vistas sob o olhar de pessoas internas às discussões que estavam sendo processadas na área.

Por grupo, considero para este texto o conceito adotado por Soares (1981):

Se o grupo só se torna efetivamente um grupo para os seus membros e/ou para os que não o são - o grupo não é um somatório empírico de indivíduos, cujos limites são fixados pelo antropólogo, mas uma construção social representada e vivida pelos próprios agentes sociais-, na medida que compartilham certa faixa territorial, por outro lado, só o fazem por compartilharem, simultaneamente, determinada história, por sua vez montada sobre a continuidade (restabelecida retroativamente) imaginária de vínculos genealógicos, decodificados pelo registro étnico. (SOARES, 1981, p.41)

Essa definição, tomada por Soares (1981), ajuda a elucidar também questões quanto à organização do quilombo, remetendo-as nessa relação à identidade construída através das representações dos limites fixos da faixa territorial do qual estão inseridos. A meu ver essa definição por ele enunciada transcende uma mera substantivação do termo, pois equivale a entendê-los, enquanto uma unidade do quilombo que resiste de forma coletiva às tentativas de invasão, expropriação e grilagem das terras doadas.

¹⁶ Duto: Designação genérica de instalação constituída por tubos ligados entre si, incluindo os Componentes e Complementos, destinada ao transporte ou transferência de fluidos, entre as fronteiras de Unidades Operacionais geograficamente distintas. Informação disponível em: Agência Nacional do Petróleo- ANP.

Em um plano físico pode-se entender os quilombolas de Bom Jesus abstratamente enquanto **homogêneos** uma vez inseridos em um mesmo recorte, embora haja descontinuidades que os distinguem diante das rupturas efetuadas com o desenvolvimento das relações sociais ao passar do tempo. Contudo, há de se notar que o território não se restringe apenas a um quadro físico, ele é preenchido por contradições/contratendências, pois como nos alerta Soares (1981, p 41) “há atores com estratégias de interesses opostos”.

A formação de Bom Jesus inicia com a reunião dos escravos ainda integrados aos meios de produção de uma antiga fazenda de algodão das que terras hoje pertencem a filhos e netos das famílias desses antepassados que foram doadas por um almirante chamado Francisco Marques, após o fim da escravidão. Ao utilizar termo **terras de Bom Jesus**, faço referência ao período partilha da propriedade e aos desdobramentos dessa doação, diante das tentativas de compra, grilagem, invasão que pairava sobre as mesmas, como forma de expropriação dos quilombolas.

Toda essa área correspondia anteriormente a uma fazenda por nome São Francisco, e nesse percurso de libertação, conforme aponta as narrativas que são contadas pelos quilombolas, houve a principio uma tentativa de realocação dos ex- escravos para outras partes dessas mesmas terras, porém os mesmos temiam uma nova escravização, e por esse motivo permaneceram todos próximos em um mesmo local.

Silva (1988, p.12) ao trazer outra perspectiva expõe:

Diante da recusa dos escravos, o proprietário resolveu dar a fazenda para os negros, porque não poderia mantê-la sem os trabalhadores. (...) Após a abolição, o fazendeiro Francisco Marques Rodrigues abandonou a região, deixando a fazenda e os escravos entregues à sua própria sorte.

Deste ponto em diante, iniciam de modo **autônomo** as histórias de formação do quilombo no território, partindo para isto de uma povoação inicial: Bom Jesus dos Pretos.

O território Bom Jesus por sua vez, é composto por um grupo de famílias que de acordo com Pereira (2009, p. 13) compartilham: “uma identidade específica, uma historia singular”. Estas famílias permaneceram nas áreas, cujo território foi doadado para os herdeiros escravos da antiga fazenda e descendentes. Contudo, há certa imprecisão quanto à área, o que não ocorre em relação ao processo de doação e seus condicionantes históricos. Para Silva (1988):

O território possui uma área aproximada de 7.700 hectares de terra, com uma população estimada em 4.500 habitantes, que se agrupam em pequenos centros populacionais, espalhados por toda a área (...).A população desses centros é constituída, em sua maioria, de negros descendentes de escravos outrora trabalhadores da Fazenda São Francisco, de propriedade do então senhor de escravos Francisco Marques Rodrigues, que lhes deu as terras a título de herança. (SILVA, 1988, p. 11)

Soares (1981) por sua vez, aponta outra extensão, a distribuição espacial dos habitantes e o cultivo de produtos agrícolas. Assim, afirma que :

Os limites desse território não são conhecidos ou reconhecidos com exatidão, pelas próprias condições sociais que envolvem esta determinação, mas o calculo aproximado definiria em 8 ou 10 mil hectares suas dimensões. Dessa extensão, cerca de 1.500ha são utilizados no cultivo de arroz, gerando mais ou menos 2.700 toneladas do produto por safra, e 225 ha são empregados na plantação de banana, o que corresponde a produção de 24,300 milheiros por ano, aproximadamente. Ao longo de todo o território há palmeiras de babaçu em grandes quantidades. (SOARES, 1981, p.13)

Devido à datação das pesquisas expostas nas citações acima, e a imprecisões do próprio grupo, existem divergências quanto a um número exato de quilombolas residentes em Bom Jesus atualmente. Cabe ressaltar também que devido à vasta extensão territorial, apesar da sua redução ao longo do tempo, não há uma determinação que permita reconhecer com exatidão os limites entre as comunidades que o compõe, assim como não há uma delimitação exata do território de um modo geral.

Silva (1988) ao comentar a respeito do surgimento de pequenos centros populacionais os relaciona ao povoamento de Bom Jesus, notadamente a área central do mesmo, em função, como citei, da concentração de famílias em um primeiro momento neste recorte da antiga propriedade, seguida da dispersão dos negros, uma vez concedidas às terras pelo Almirante. Segundo relata o Senhor Renê de Oliveira Salazar (Seu Renê), quilombola da comunidade de Bom Jesus dos Pretos, essas narrativas foram passadas entre gerações e permitem entender como a comunidade foi se constituindo.

Foi abolida a escravidão ai um negro pediu pra povoar o Bom Jesus, foi exatamente quando ele veio lá eles já cultuavam São Francisco e São Benedito na fazenda né? Quando ele veio para povoar o Bom Jesus ele pediu que fosse uma comunidade, ai que começou toda a historia, ai ficou o São Francisco, ele veio fez a igreja ai começou a levantar a comunidade porque aqui era só uma área que eles vinham pra trabalhar de pé e voltavam. Ai foi nascendo as outras comunidades, Supapinho, São Domingos, Bode, Morada Nova, Centrinho. Fica tudo dentro da área de Bom Jesus, só Santa Maria dos Magalhaes que ta fora da área da terra, que já é outra historia da terra de Santa Amália da fundação de Lima Campos, que os donos eram donos de Lima Campos, mas hoje ela voltou pra ser incluída dentro da área de território, pra ser reconhecida como comunidade quilombola, ai foi que foi cada comunidade tem sua historia, como nasceu, quem foi o primeiro negro que foi pra lá, como foi que fizeram. (Entrevista realizada com o Senhor Renê de Oliveira Salazar (Seu Renê) em 16 de Abril de 2016).

Conforme pode ser compreendido a partir da narrativa acima, a formação das comunidades se desencadeou na medida em que houve o povoamento de Bom Jesus dos Pretos, e posterior a isso, os quilombolas foram como disse anteriormente se dispersando por novas áreas dentro do mesmo território, e estabelecendo o surgimento de outras comunidades a partir desta primeira. Ainda sobre esse período o Senhor Renê de Oliveira Salazar (Seu Renê) completa:

São muitas historias, essa historia que a gente tem foi passada por Castorina, que era bisneta de escrava, que sabe, no oficio que a gente fez pra Fundação Palmares na época, a gente conta todas as historias de onde é os primeiros negros que fundaram as comunidades, que trabalhavam na fazenda, como foram comprados, de onde vieram, a questão de abolição, como foi naquele dia quando eles vieram pra cá e que começaram a levantar essa comunidade e depois pediram moradia. Outros negros se agradaram do São Domingos, sobretudo vem de uma família de Sousa, lá hoje em dia tem o posto de saúde José Eurídio de Sousa ne, aqui Edézio Sousa, que foi uma liderança. Aqui onde eu moro hoje foi a casa de Henrique de Sousa, um grande fazendeiro na época, que naquele tempo eles vendiam secos e molhados, renda, muita roupa, algodão que foi uma grande liderança aqui e que morreu pobre, era uma grande liderança aqui, a mercadoria vinha por Pedreiras pelo vapor, nos temos negros que descobriram o Rio de Pedreiras, e ouvia a zuada do vapor, enfim. São muitas historias, essas histórias vêm sendo repassadas de pais pra filhos, pra netos e tem outras historias. (Entrevista realizada com o Senhor Renê de Oliveira Salazar (Seu Renê) em 16 de Abril de 2016).

Recuperando esses fatos, nota-se que a passagem de terras de Bom Jesus¹⁷ para a construção que se passa a ter sobre comunidades inseridas em um território maior (Bom Jesus) a partir de uma área central, se reveste em um processo constante de estabelecimento de **novos** vínculos sociais internos ao grupo fundador.

Ainda utilizando a historia como referência, chamo atenção para o fato de o uso das **terras em Bom Jesus** ainda ser de base comunal, com terras herdadas em quadra, embora hajam introduzidos novas perspectivas sobre o trabalho no campo que possam possibilitar o

¹⁷ Definição encontrada em Soares (1981) para definir a extensão de terras que compreendiam a antiga Fazenda São Francisco.

aumento das formas de produção e comercialização dos produtos cultivados, uma vez que a agricultura não é restrita a subsistência.

O trabalho e seu acesso, as relações entre as pequenas produções e adequação dos modos de vida às condições definidas pelo grupo, também são o que em tese ajudam a explicar o relacionamento interno estabelecido entre os quilombolas do território Bom Jesus. Quanto a isto, Soares, (1981), destaca:

A identidade vivida e definida em Bom Jesus, geradora do grupo enquanto objeto da consciência e da experiência, compõem-se de um novo complexo de linhas articuladas, impossível de ser compreendido por ângulos isolados, por óticas unilaterais. É o que os discursos da memória coletiva e a realidade do grupo vão nos ensinando. (SOARES, 1981, 41)

Dito isto, cabe ressaltar que ao se analisar os relatos que resgatam a memória histórica de formação do grupo, desde o período em que houve a doação das terras, se percebe a partir das narrativas que um dos maiores direitos dos quilombolas de Bom Jesus tem sido o acesso a terra, o direito a posse e a garantia de reprodução alimentar e social na área. Todas as menções sobre resistências, sempre cumprem demonstrar o valor que as mobilizações têm assumido, para que esses direitos se tornem de fato efetivos, e, diga-se de passagem, essas mobilizações são contantes e encaminhadas de modo conjunto.

A meu ver essa situação de unificar o território mesmo havendo comunidades separadas, deve-se a formação de uma estratégia adotada pelos quilombolas do território Bom Jesus, uma vez que isso pode torna-se um obstáculo, ou como considera Soares: “um instrumento político de defesa contra “invasões predatórias” das terras (...) contra desapropriações e violências” (SOARES, 1981, p33).

O que também não equivale a uma noção de uso da terra por comunidades distintas como uma exclusão, nem mesmo a uma compartimentação que sirva de empecilho a um relacionamento das famílias que residem nas terras de Bom Jesus, mas sim, a uma noção de terras coletivas pelos quilombolas que compõem o território, apesar das distâncias geográficas fisicamente observadas entre uma comunidade e outra.

Almeida (2008) traz uma contribuição ao dialogar com essa perspectiva de terras não coletivas de uso comum, para o autor:

Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados. Uma certa estabilidade territorial foi alcançada pelo desenvolvimento de instituições permanentes, com suas regras de aliança e sucessão, gravitando em torno do uso comum dos recursos básicos. (ALMEIDA, 2008, p 145).

De outro modo, cada uma destas acabou se desenvolvendo de maneira distinta, em virtude do modo de vida adotado, do tipo de produção, do acesso (ou não) a serviços sociais, da organização e estrutura física de cada uma destas, das manifestações culturais e representação política, embora haja sempre um diálogo entre as famílias e as associações de moradores.

As estratégias adotadas por parte do grupo se deram em virtude das incursões que o mesmo acabou sofrendo ao longo do tempo e que não se cessaram até o momento visto que novos sentidos acabaram sendo inseridos a essas terras em função de modificações em curso da economia, da força de trabalho e principalmente das mediações do território, que dialogam a permanência do grupo.

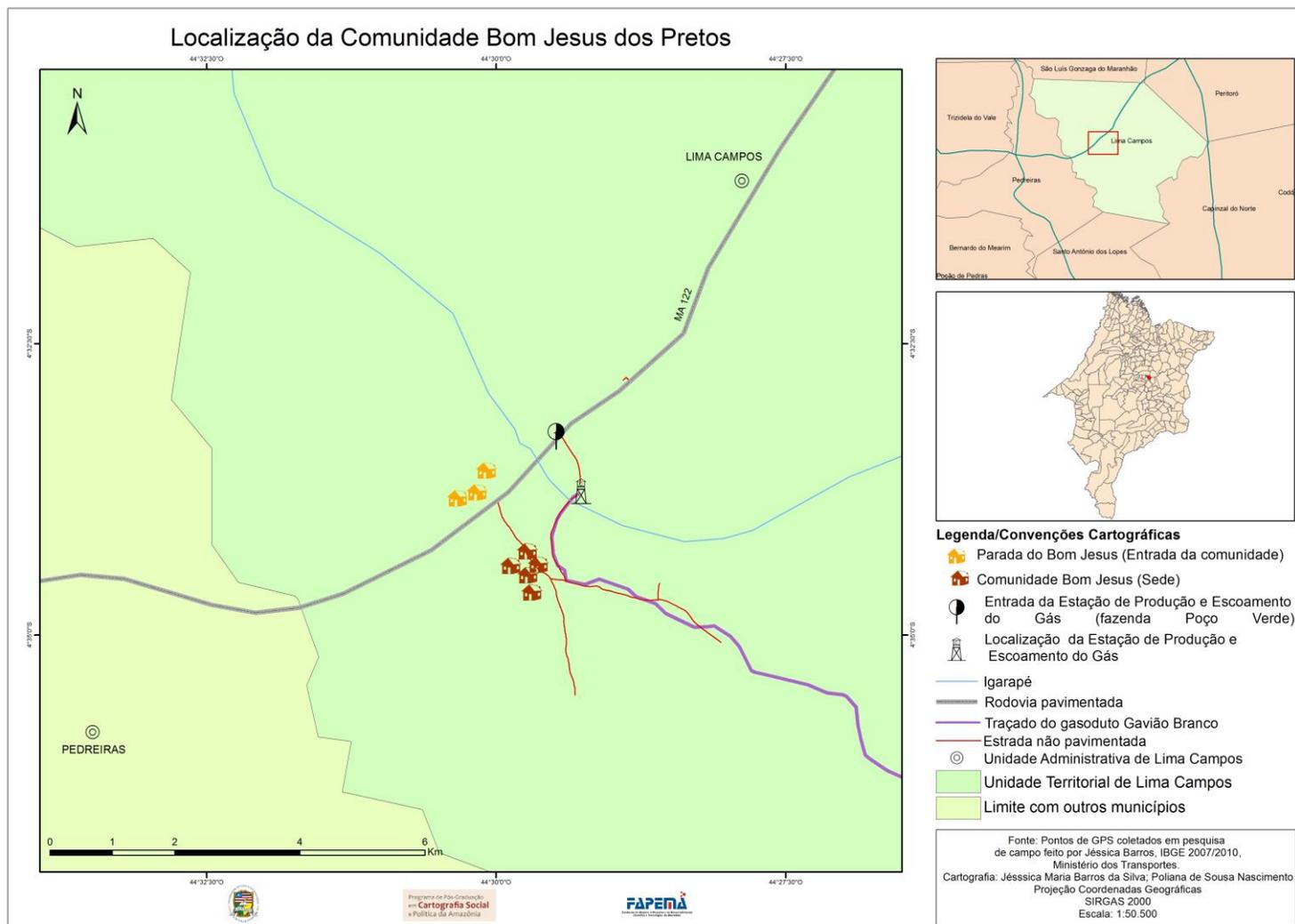
Pois como afirma Bourdieu, (1990, p. 81):

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (...). Ela é produto do senso prático como um sentido do jogo, de um jogo social particular (...) isso supõe uma invenção permanente indispensável para se adaptar as situações infinitamente variadas e nunca perfeitamente idênticas. (BOURDIEU, 2004, p81).

Dialogando a esses novos sentidos, em torno principalmente da expropriação das terras, faço ressalva a forma como essas modificações atualmente foram evidenciadas, por exemplo, com a situação social desencadeada a partir da chegada de uma empresa para a instalação de um gasoduto dentro do território quilombola. Uma vez que essa instalação ainda que não tenha subtraído a totalidade das terras de Bom Jesus supôs o desencadeamento de situações que inviabilizaram o trabalho e comprometeram reprodução dos modos de vida tradicionais dos quilombolas nestas terras.

No que se refere à comunidade Bom Jesus dos Pretos, sede de Bom Jesus e *locus* dessas situações, seu acesso é feito por meio de uma estrada vicinal que apresenta apenas uma parte do percurso asfaltada (Mapa 1), em seu deslocamento existem diversos sítios, fazendas e áreas de babaçuais (Figura 1). O que diferencia o grupo, estruturalmente com relação às fazendas e demais propriedades nesse trajeto é a disposição das residências dos quilombolas junto à igreja e ao salão de candomblé, que conferem a esse espaço social uma particularidade (Figura 2), como pode ser visualmente percebido a seguir.

MAPA 1:Localização da Comunidade Bom Jesus dos Pretos.



Fonte: Idealização e elaboração da autora com base em dados fornecidos em campo (2016).

Figura 1: Estrada vicinal que dá acesso a comunidades do território Bom Jesus e a sua sede/sítio, com vista a partir da rodovia.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 06 de junho 2015.

Figura 2: Área central de Bom Jesus dos Pretos, onde estão situadas a igreja e o salão de Candomblé.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 06 de junho 2015.

Pereira (2013) contribuindo também para uma descrição da comunidade Bom Jesus dos Pretos, destaca:

A comunidade remanescente de quilombo Bom Jesus dos Pretos, (...)ou como é conhecida, Quilombo Bom Jesus dos Pretos, é a denominação dada às terras (...) que se localizam as margens da rodovia estadual 122, no município de Lima Campos, (...). Em um levantamento feito pela Fundação Nacional da Saúde (FNS) em 2009, constatou a existência de 200 casas (...). Há 1 posto de saúde que conta com um profissional enfermeiro, técnico em enfermagem, agentes comunitários de saúde, e eventualmente um médico. Dentre as características do entorno dos domicílios, têm-se uma Igreja Protestante, uma capela, uma Igreja Católica e um terreiro de umbanda, salões de festa, banhos particulares e bares. (PEREIRA, 2013, p91)

Essa descrição da estrutura física da comunidade apresentada acima por Pereira (2013) nos sugere também pensar o modo como os quilombolas de Bom Jesus dos Pretos

foram se organizando ao longo do tempo, e como foram mediados a integração desse espaço aos novos sentidos de trabalho e as necessidades do grupo.

Ainda nesse sentido, vale mencionar, que embora algumas dessas modificações contribuam para o bem estar dos quilombolas, elas também passam a apresentar lacunas que fragilizam os espaços, principalmente com relação à forma como essas ações são introduzidas e como elas dão abertura para outro tipo de apropriação física das terras. Representadas, por exemplo, em um plano mais contemporâneo pelo advento das descobertas de gás natural em Bom Jesus dos Pretos.

Ela (a comunidade) responsabiliza as fragilidades da unidade, à presença de posseiros, a forma de divisão do território, a venda de terras e a saída de pessoas da comunidade. Também a descoberta recente de gás natural tem gerado expectativas e falas do tipo: ‘tomara Deus que tenha gás no meu quintal’, ‘esse barulho agora, vai transformar em dinheiro pra gente no futuro’. As expectativas aumentaram, quando a empresa GEORADAR, utilizou para a limpeza do terreno e cercamento da área do poço, os próprios moradores. (PEREIRA, 2013, p.93).

Com relação à citação acima, chamo atenção para a forma como foi estabelecido em certa medida o processo de ressignificação desse espaço com a descoberta do gás, embora essa incursão representasse, como mencionei, uma fragilidade para a manutenção das relações sociais dos quilombolas. Essa ressignificação foi alicerçada, neste caso, devido às expectativas que foram geradas com a chegada do empreendimento de geração de energia a gás, pois via-se através da ação da empresa, a resolução de vulnerabilidades locais, por meio por exemplo, da geração de postos de trabalho. Como é colocado por Pereira, (2013) ao levantar dados sobre a renda per capita (R\$ 140,00) e o baixo índice de desenvolvimento familiar do município de Lima Campos (0,53¹⁸) fazendo referência à sua pesquisa.

Possivelmente a resposta à indagação sobre o surgimento das expectativas também se encontra relacionada à busca de olhar o **novo** e **enxergar** nele, a possibilidade de mudança desses **velhos** problemas sociais, em sua maioria ligados a falta de habitação ou precarização desta, desemprego, baixa renda, ausência de serviços básicos.

1.2 “Descobertas” de gás natural em Bom Jesus.

As primeiras informações sobre as pesquisas em busca de Gás Natural foram noticiadas em nível de Estado, elas foram emitidas por páginas oficiais do Governo Estadual

¹⁸ Dados quantitativos presentes em Pereira (2013).

do Maranhão, bem como pelos grupos EBX e MPX Maranhão, que iniciaram as pesquisas em 2010. A concessão de operação de “blocos exploratórios¹⁹” para essa empresa ocorreu por meio de “licitações”²⁰ que são realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, esse processo de aquisição de “blocos exploratórios” que são efetuados após leilões e uma vez arrematados, o grupo MPX, teve licença para explorar uma área de 8 “blocos terrestres” no Estado.

Todo esse processo ocorre por meio de etapas, onde a primeira fase é iniciada a partir da aquisição de “blocos exploratórios”, realizada pela Agência Nacional do Petróleo-ANP, onde são consideradas pesquisas que indiquem à presença de petróleo ou gás natural, uma vez delimitadas as áreas, esta última as disponibiliza para as empresas, por meio de “contratos de direito de exploração do subsolo²¹”. Feito isto, as empresas passam a efetuar pesquisas nas bacias sedimentares, para definir os locais com concentração de gás, com base em “dados geofísicos”, que são obtidos por meio de “pesquisas sísmicas 2D²²”, a exemplo das pesquisas que foram realizadas na bacia do Parnaíba em 2010, onde foram feitos levantamentos em 15 “blocos” na bacia do Parnaíba.

Segundo dados disponibilizados pela PETROBRAS/SA, as etapas seguintes a esse processo, são caracterizadas por “planos de avaliação”, onde são julgados dentro das áreas pesquisadas se as descobertas são viáveis (ou não) para serem exploradas a nível comercial. Após avaliadas, são recolhidas amostras para testes, e a depender das considerações efetuadas pelos técnicos das empresas, (uma vez comprovadas suas capacidades comerciais) estas emitem documentações junto a ANP para declarar comercialidade dos blocos.

Esse processo pode ser identificado/acompanhado por meio das notas que são emitidas após aprovação de cada etapa, com fins a vincula-las a Agência Nacional do Petróleo, como foi o caso de um conjunto de notas emitidas pela OGX petróleo e participações S/A para iniciar suas atividades, elas fazem referências à “Informações sobre os

¹⁹ “São áreas delimitadas pela ANP para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás” informação disponível em <http://www.anp.gov.br/>.

²⁰ Segundo a ANP, a promoção das Rodadas de Licitações para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural é uma de suas principais atribuições, de acordo com a **Lei nº 9.478/1997** - a Lei do Petróleo. A delimitação dos blocos oferecidos nas Rodadas de Licitações da ANP é condicionada à disponibilidade de dados geológicos e geofísicos que demonstrem indícios da presença de petróleo e gás natural e a considerações preliminares sobre fatores ambientais, entre outros itens técnicos. A seleção final é feita de acordo com as diretrizes do CNPE, nos termos da Resolução CNPE nº 8/2003 e Lei nº 12.351/2010.

²¹ Termo utilizado pela ANP para definir o procedimento. Informação disponível em: www.anp.gov.br

²² Segundo a fundação Galp energia, Os estudos sísmicos baseiam-se na medição dos tempos que as ondas sísmicas levam a atravessar as camadas sedimentares. Os métodos sísmicos de prospecção dividem-se em dois tipos: a análise por refração e a análise por reflexão, sendo esta última a mais utilizada. Existem ainda vários tipos de sísmica que variam com o tipo de informação fornecida. A sísmica 2D é uma leitura de ensaios sísmicos num só plano, cujos dados lidos nos receptores estão em segundos e posteriormente têm de ser “migrados” para metros. Informação adaptada, disponível em: www.galpenenergia.com

recursos potenciais da bacia do Parnaíba (2010)”, “Aquisição de participação de em bloco terrestre da bacia do Parnaíba (2011)”, “Licença Prévia para a produção de gás natural na Bacia do Parnaíba (2011)”, “Conclusão teste de formação no poço OGX-88 na bacia do Parnaíba 2012”, “Licença de operação para a o início da produção de gás na bacia do Parnaíba (2012)”, “Declaração de comercialidade da acumulação em Bom Jesus na bacia do Parnaíba (2013)²³”.

De um modo bem objetivo, essas notas trazem explicações que comunicam a respeito dos processos encaminhados, dados gerais sobre a empresa e as instituições que compõem o consórcio que operacionaliza as pesquisas, pareceres da diretoria fundamentando a importância do que está a realizar, bem como informações técnicas. As sequencia de notas da OGX a que fiz referência acima, apesar de apresentarem um caráter objetivo de exposição do conteúdo, permitem elucidar como se deu esse processo de exploração do gás, desde a aquisição de participação no bloco pela empresa OGX e seu consorcio, até a declaração de comercialidade do poço, já com instalações e capacidade de produção e comercialização comprovadas, sendo interessante também notar nessa “análise” de comunicados, a datação de cada nota.

Após o “levantamento de dados sísmicos” (etapa seguinte à aquisição do bloco) e “licença prévia de produção de Gás Natural” emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado- SEMA/MA, foram feitos comunicados pela empresa OGX Maranhão sobre testes de formação dos poços dos campos em pesquisa como Gavião Real (Caiçara/Pedreiras) e Gavião Branco (Bom Jesus/ Lima Campos). Em um destes comunicados feitos em 2012 foram considerados os testes realizados no “poço OGX-88” localizado no “bloco PN-T-68”, este poço está situado no território Bom Jesus notadamente uma área quilombola do município de Lima Campos. Nesta época o grupo que detinha participação na “exploração do bloco”, eram formado pela sociedade “entre OGX S.A. (66,6%) e MPX Energia S.A. (33,3%), além da empresa Petra Energia S.A. detinha os 30%²⁴”.

A “declaração da comercialidade do poço” (vide pág 46) pesquisado pela MPX, no território Bom Jesus, ocorreu em 23 de Janeiro de 2013, e além do “bloco” acima mencionado, também foi ressaltado a descoberta de gás em outro “bloco (PN-T-67)”, também na mesma área. Na ocasião foi ressaltada a nomeação do “bloco”, que passou a ser denominado “Gavião Branco”. A escolha da área, assim como a escolha do nome deste ultimo, é efetuada de acordo com definições da Agencia Nacional do Petróleo, seguindo para isso, critérios de disponibilidade geológica e itens técnicos.

²³ Informações disponibilizadas ao público nos arquivos da empresa OGX. www.ogx.com.br

²⁴ Informação disponibilizada em www.ogx.com.br/imprensa.

A perfuração destes “poços” no território Bom Jesus, integra um projeto de desenvolvimento, relacionada à geração de energia elétrica através da queima desse “combustível fóssil”²⁵. Para isso todo o gás extraído será escoado através de um gasoduto para uma termelétrica situada em Santo Antônio dos Lopes, denominada de UTE Parnaíba. Para isso a empresa OGX, através da contratação de uma empresa chamada GEORADAR, realizou pesquisas e perfurações, sendo declaradas comerciais naquela época 2 “poços”, o primeiro destes localizado em uma área conhecida localmente por “gancho” (Fotografia 3), por motivos não especificados pela empresa, e também por motivos que os quilombolas não tem conhecimento, foi lacrado após detecção de “vazão”.

O segundo deste localiza-se em uma área privada de uma fazenda chamada poço verde (Fotografia 4), porém também dentro do território quilombola de Bom Jesus, esse, por sua vez, apresenta um volume estimado em 1,34 bilhão de metros cúbicos e foi noticiado pelo empreendimento como responsável pela geração de emprego e criação de novos polos industriais no Estado.

Neste segundo poço, chegou-se a ser construída a torre de extração conhecida também pelo nome “base” para o “teste” do gás pela empresa OGX, assim como também houve por ela realizado, a “terraplanagem” e retirada de vegetação arbórea de diversas áreas dentro do território (Figura 3) para a abertura de vias e deslocamento de veículos. Como pode ser observado nas fotografias expostas abaixo:

Figura 3:Primeiro poço perfurado pela OGX Maranhão com ocorrência de gás. Imagem fotografada verticalmente ao poço, com o auxílio de uma liderança de Bom Jesus dos Pretos.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

²⁵ Segundo a Petrobrás, combustível fóssil, é um produto oriundo da decomposição de matéria orgânica, soterrada por processos de formação do solo. Elas se encontram em rochas porosas, chamadas reservatórios, e possuem alta quantidade de carbono, o que facilita processos de combustão. Como o carvão, o petróleo e o gás natural, estes últimos podendo estar associados ou não. Informação disponível em: www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/

Figura 4: Segundo poço perfurado pela OGX Maranhão com ocorrência de gás, área de posterior instalação da Estação de Produção e Escoamento de Gás Natural- EPGVB.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 06 de junho de 2015.

Neste período já era possível de se identificar mesmo na rodovia os primeiros efeitos da instalação do gasoduto no território. Com relação às fotografias nota-se ainda que o segundo “poço” (Fotografia 4), apesar de está localizado uma área privada, situa-se nas proximidades de Bom Jesus dos Pretos, e também corresponde à área do território quilombola, além disso, existem dois acessos para essa perfuração, este na rodovia e outro no percurso entre as comunidades de São Francisco e Bom Jesus dos Pretos.

1.3 De processos judiciais a uma “nova empresa”.

Durante o desenvolvimento das atividades de geração de energia a gás na bacia do Parnaíba iniciadas em Bom Jesus dos Pretos, foi possível identificar além dos procedimentos que contemplavam as instalações do gasoduto, situações refletidas também na administração do empreendimento, principiadas pela **mudança** das empresas que operacionalizava as explorações e pesquisas de gás. Todo esse processo, semelhante ao que mencionei a respeito dos “planos de avaliação”, foram divulgados por meio de notas emitidas pela empresa OGX Petróleo e Gás Participações S.A em sua página na internet, cujo conteúdo também foi publicisado pela ANP.

Segundo o texto por elas informado²⁶, divulgava-se que em virtude de uma decisão judicial o grupo OGX estaria passando por um “processo de recuperação” em que algumas ações necessárias estariam sendo adotadas para que ocorresse uma reversão dessa situação. Essa decisão judicial ocorreu virtude de uma “crise”, que envolveu o capital social das empresas OGX, desencadeada por denúncias feitas no Ministério Público, em ocasião de quebra de contratos principalmente com credores estrangeiros. Conforme esclarecido no (Plano de Recuperação Judicial/OGX, 2015²⁷):

Embora a investigação técnica empreendida em diferentes campos, cujos direitos de exploração foram concedidos ao Grupo OGX, tenha resultado em previsões de produção muito significativas, a exploração mostrou-se comercialmente inviável em alguns deles. Em que pese a extração de petróleo e gás em determinados blocos concedidos pela União ter correspondido às previsões técnicas, a produção em outros blocos se mostrou insuficiente ou antieconômica, de forma que os resultados financeiros esperados não foram alcançados. Esse fato repercutiu de forma muito negativa nas receitas do Grupo OGX e, por consequência, tornou-o incapaz de honrar com os compromissos assumidos perante fornecedores e instituições financiadoras. (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL/OGX, 2015, p.10).

Desde 2010, este grupo atuava na região do Médio Mearim²⁸ por meio de sua equipe técnica ou de contratos, com procedimentos que se diversificavam desde as prospecções, logística e extração de gás natural.

Durante a passagem de uma empresa a outra, especulou-se na região do Médio Mearim sobre uma possível paralisação das atividades da empresa, pois visualmente estas não eram mais percebidas, assim como também não havia uma circulação local sobre informações do Grupo OGX. Circunstância, que conforme relatado pelos agentes sociais do território Bom Jesus, não ocorreu, pois, pelo que eles observaram em sua vivência essa “crise” não chegou a paralisar as atividades de “pesquisas sísmicas” em nenhum momento.

Vejo que seja importante considerar que a suposta **troca de empresas** seria na verdade uma **estratégia** adotada, para que houvesse uma **reorganização das funções de gerenciamento da empresa** e transferência de ações, pois determina o plano de recuperação

²⁶ Informação disponibilizada em nota pela empresa OGX em 29 de outubro de 2015, a nota apresentava por título: “OGX anuncia mudanças na Diretoria e outras deliberações”. E visava informar de forma breve a respeito da recuperação judicial, que estava em curso a referida data. Nota disponível em: www.ogx.com.br

²⁷ Informação disponível em www.ogx.com.br/noticias

²⁸ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, a região do Médio Mearim, é composta por 16 municípios, são eles: Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale.

judicial: “Parnaíba Gás Natural/Parnaíba Gás Natural S.A., (é a) atual denominação de OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A”. (OGX Petróleo e Gás S.A/2015,p20²⁹).

A consequência de todo esse arranjo, passa a ocorrer na medida em que ao retomar as atividades, a atual Parnaíba Gás Natural, trouxe consigo uma mobilidade maior com relação à sua atuação, ao mesmo tempo, que trouxe como evidente a intensificação das atividades de instalação do gasoduto no território Bom Jesus. Pois posteriormente a essa “crise” deu-se prosseguimento ao “processo de avaliação de impacto”, no que tange à “obtenção de licenciamentos”, elaboração de Relatórios e Estudos de Impacto Ambiental, além dos demais instrumentos legais da instalação de empreendimentos que implicam modificação socioambiental, assim como também foram descobertos novos “poços”³⁰.

A “declaração de comercialidade” (VIDE PAGINA 46) desses “poços” foi divulgada também por meio de notas, no site da empresa e vinculada a ANP respectivamente em 2015 e 2016³¹, cujo conteúdo informava sobre a produção de gás esperada por cada um deles e suas localizações. Além disso, também foi noticiada a conclusão da construção da Estação de Produção e Escoamento de Gás de Gavião Branco (EPGVB), unidade também construída por esta empresa na mesma área onde está situado ambos os “poços”.

É importante mencionar que conforme exposto pelos quilombolas de Bom Jesus dos Pretos, a mudança de empresas foi noticiada no município de Lima Campos através de uma reunião pública realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lima Campos- STTRLC. Esta foi realizada, com o objetivo de prestar esclarecimentos e apresentar as propostas da nova gestão dos blocos, quanto à instalação do gasoduto, e ao aparecimento dos impactos ambientais³².

Ainda com relação aos procedimentos que passaram a ser elencados para a Parnaíba Gás Natural, destaca-se a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental, elemento integrante ao processo de “licenciamento” de atividades de *potencial capacidade de*

²⁹ Plano de recuperação judicial de OGX Petróleo e gás S.A. p20- nota divulgada em 22/09/15 em OGX/Notícias.

³⁰ A definição de poço varia de acordo com sua especificidade, de modo geral, trata-se de um furo vertical utilizado para captação de fluidos. Em poços relacionados à extração de Gás Natural, essa perfuração é feita através de máquinas. Informação adaptada, disponível em: www.cprm.gov.br

³¹ Estas notas são de caráter público e foram acessadas no site da OGX/ notícias e estão disponíveis em: www.ogx.com.br

³² Segundo a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: A saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais.

modificação socioambiental, assim como planos e projetos voltados às comunidades inseridas na “área de influência”, com vistas à obtenção das demais licenças regulamentadas por lei, para o exercício de extração de gás. Como é explicitado na descrição de Bronz (2016):

Uma vez emitido o termo de referência pelo órgão ambiental competente, a resolução Conama prevê a necessidade de realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) por uma equipe multidisciplinar, não dependente de modo direto ou indireto do projeto (a empresa empreendedora) que será responsabilizada tecnicamente pelos resultados apresentados. (BRONZ, 2016, p26).

Estes relatórios foram elaborados em 2014, período em que a então empresa passou a operar no território e além de explanações sobre o quadro físico da região pesquisada pela empresa, nele também são sistematizados, dados sobre a identificação e caracterização do projeto e a listagem dos “impactos previstos” pelas instalações do gasoduto. Também foi possível identificar nesse material, a expressividade do projeto de instalação do gasoduto, tendo como base a unificação da quantidade de “poços” descobertos por ambas as empresas:

O gás natural será produzido inicialmente em 12 (doze) poços, sendo 11 (onze) localizados no prospecto de Gavião Branco Oeste. Os 11(onze) poços que estão localizados dentro do prospecto de Gavião Branco pertencem ao conjunto de poços que foram identificados como cluster Lima Campos, Cluster Lima Campos 2, Cluster Lima Campos 3, e o poço que está localizado dentro do prospecto de Gavião Branco do oeste pertence ao cluster Pedreiras. (RIMA/PNG, 2014, p5)

Com base na leitura de dados expostos no RIMA, é possível entender as projeções feitas pela empresa para a produção neste campo de gás situado em Bom Jesus. Ressalto, para quantidade de “poços” estimados para o início da produção, e a proximidade da maioria dessas “perfurações³³”, junto a áreas povoadas pelos quilombolas do território. Cabe notar, que devido à datação deste material, muitas dessas “perfurações” já foram efetuadas, e apenas para exemplificar, apesar de ser afirmado que houve uma redução dos “impactos” devido à escolha das locações e técnica de “agrupamento de poços”, ainda sim, os “diagnósticos e as previsões de impacto”, não foram suficientes para equacionar os efeitos da presença do gasoduto no território.

³³ De acordo com definições do Serviço Geológico do Brasil- CPRM, Perfuração: É o ato de perfurar a formações através de máquinas apropriadas, por métodos específicos. A perfuração de poços tubulares é composta por várias etapas até a utilização final do poço. Envolve a perfuração propriamente dita, a completção, a limpeza e desenvolvimento, o bombeamento e a instalação do poço.

É importante salientar ainda, que essa reorganização das funções da empresa, também passou a implicar na retomada de relações entre esta e as lideranças de Bom Jesus, uma vez que o traçado dos dutos aterrados foram inseridos dentro da área das comunidades. Essa retomada, a qual me refiro, passou a ser realizada com o início das audiências públicas, e foi solicitada pelas comunidades, uma vez que não houve uma relação inicial anterior a chegada do empreendimento, que possibilitasse esclarece-lo.

O que acaba tornando esse processo, ainda mais crítico, pois, embora houvesse uma expectativa em relação às pesquisas de gás na região, a aproximação feita entre empresa e agentes sociais, ocorreu apenas com o aparecimento dos primeiros efeitos do processo de perfuração e montagem das sondas na área antropizada. Momento em que houve uma intervenção das lideranças da comunidade junto a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ, reivindicando a realização de reuniões pela empresa. Pois, para o “escoamento” do gás seriam necessárias modificações na estrutura física da área, assim como, o deslocamento de técnicos e de veículos de grande porte também passaria a interferir no cotidiano desses agentes sociais.

Efeitos estes, que acabaram sendo adiantados devido a irregularidades da própria empresa, no que diz respeito má execução técnica de equipamentos e máquinas, assim como na elaboração de suas documentações, como é o caso do próprio RIMA, aqui frisado, que teve o conteúdo contestado pelos quilombolas da área, por não contemplar todas as questões que foram percebidas, principalmente no que tange ao “nível de ruído ambiente”, a alteração da qualidade de vida, em contraste aos “impactos” visto como reais elencados pela empresa.

Dito isto, a empresa, passou a inserir-se em uma nova discussão, que se por um lado, estava pautada naquele momento, na realização de audiências e reuniões, de outro, estavam os quilombolas, afetados pela empresa, em atividade constante sem que houvesse um relacionamento efetivo, extra- reuniões/licença, que permitisse uma comunicação dos efeitos e atividades que estavam sendo processadas no território.

1.4 “A bomba relógio e seu pino arrancado”³⁴: Início das atividades de instalação do gasoduto Gavião Branco.

³⁴ A frase que nomeia este subcapítulo foi mencionada durante uma entrevista realizada com a quilombola e também representante da Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão- Aconeruq, senhora Maria José Gomes Palhano (Dona Maria José) em 24/01/2015. Com esta frase, a mesma resume como percebe a instalação do gasoduto, dentre outros motivos, devido a um “estouro” que a mesma teria ouvido nas proximidades de sua casa.

O gasoduto com estrutura em instalação no território Bom Jesus, objetiva a extração de gás natural com vistas a ser utilizado como combustível para o abastecimento da termelétrica UTE Parnaíba, situada no município de Santo Antônio dos Lopes para a geração de energia elétrica. O gás extraído de 8 “poços produtores”, será escoado da “base” e das comunidades em que foram perfurados por meio de uma “tubulação³⁵” que se estenderá dos “poços” à Estação de Produção e Escoamento de Gás Gavião Branco (EPGVB), e desta para a termelétrica o que corresponde a uma extensão de 50,50 quilômetros.

O que diferencia a construção do gasoduto Gavião Branco dos demais empreendimentos que extraem esse “hidrocarboneto” no que se refere aos conflitos socioambientais, encontra fundamentação na localização do mesmo, cuja construção impacta como reconhece a documentação oficial da empresa, diretamente e indiretamente os “grupos” quilombolas que residem na área, pois a estação de tratamento e processamento do gás, bem como as torres de extração do mesmo, se encontra dentro do território das comunidades, com efeitos que já ocorreram desde a fase inicial de instalação da empresa.

Quanto a esses, cabe nota, que existem os **efeitos reconhecidos pela empresa**, chamados “potências e reais” os quais se incluem ambas as “áreas diretas e indiretas”, e aqueles que foram percebidos após o início das atividades da empresa, que não foram contemplados pelo Relatório de Impacto Ambiental, mas que a empresa possui conhecimento em virtude das mobilizações feitas na comunidade.

Segundo consta no Relatório de Impacto Ambiental elaborado para a “atividade de desenvolvimento da produção de gás”, três “campos” estarão interligados a essa extensão do “duto”, a saber: os Campos Gavião Branco (em Bom Jesus), Gavião Branco Oeste (em Pedreiras) e destes ao Campo Gavião Real (em Santo Antônio dos Lopes) para receber tratamento na Unidade de Tratamento de Gás situado neste local. Segundo o que compreendi deste material, os “poços” de Bom Jesus são renomeados nesta fase de “Cluster³⁶” por agrupar mais de um poço e são identificados pelo nome do município, onde Lima Campos é quantificado em 3 Clusters:

³⁵ São instalações fabricadas para o transporte de fluídos, nas redes que possuem alta pressão, conhecidos como gasodutos, o material utilizado para essa fabricação é o aço. As cores são normatizadas para identificar que se trata de tubulação de gás. O material escolhido para os tubos obedece a critérios técnicos. O polietileno costuma ser empregado para distribuir gás a uma pressão de até 4 bar. Acima disso, atualmente são usados tubos de aço carbono. Informação disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/>

³⁶ De acordo como O RIMA/PGN (2014, p18) “Cluster” é definido como um agrupamento de poços.

Cada um dos poços produtores de gás, agrupados em clusters, serão interligados por dutos até o conjunto de válvulas (manifolds), que têm como função principal direcionar o gás para a estação de produção, a EPGVB, que comprime e envia através dos gasodutos até a Unidade de Tratamento do Gás- UTG. (RIMA/PGN, 2014, p4)

A instalação desses “dutos” foi efetuada em abril de 2016, (Fotografia 5), registrada no mesmo local em duas datas distintas, antes e após o “aterro” da “tubulação” (Fotografia 6), abril e julho de 2016. Os “tubos enterrados” expostos nas fotografias estão se direcionando do “campo” localizado em Pedreiras passando pelo território Bom Jesus e percorrendo um trajeto em direção Estação de Produção e Escoamento de Gás de Gavião Branco (EPGVB).

Figura 5: Visão parcial de uma das áreas onde foram aterrados os dutos que serão utilizados para o escoamento do gás.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Figura 6- Visão da mesma área apresentada pela figura 7, após 4 meses do aterramento dos dutos.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Os “dutos” foram posicionados pelo critério da empresa, e a comunidade foi sendo entrecortada, reduzindo em parcelas a sua terra, Ranciere (1996) diria que é a luta entre os que têm tudo e os que não têm nada, não tem lugar nessa estrutura econômica e política em nome da racionalidade econômica de agentes econômicos que não os reconhecem, senão como **impactados**, parte das comunidades, e **impacto** como dado, como necessário e passível de mitigação. Pois como também é citado por Ranciere (1996):

(...) aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIERE, 1996, p.39).

O que coloca em evidência, a forma como esses procedimentos estão modificando a região, principalmente devido à retirada de palmeiras de coco babaçu, destituindo uma característica própria do território, por sua vez conhecido como coração dos babaçuais³⁷. Situação que acaba chamando atenção para outra visão sobre a área à medida que os “dutos” são “aterrados e sinalizados”, pois uma vez concluídas essa etapa de passagem do “duto”, as “estacas” utilizadas como medida de segurança para marcar os terrenos e sinalizar as restrições quando a prática de queima (Fotografia 10) evidencia a proximidade do traçado junto às residências (Fotografia 11).

Sobre essa situação a senhora Maria José Palhano, quilombola de Bom Jesus e coordenadora da Aconeruaq, comenta que a comunidade está diante de “bomba relógio”, devido ao percurso e ao modo como este afetou o território. Ressalto que essa expressão acaba por se materializar na medida em que as estacas presentes nos terrenos dimensionam a expressividade do gasoduto, e como dito, sua proximidade.

³⁷ Frase mencionada pelo senhor Renê de Oliveira Salazar, durante uma entrevista, ao iniciar a fala sobre as transformações físicas do território com o início das atividades do gás no território Bom Jesus.

Figura 7- Propriedade com restrição sinalizada pela empresa Parnaíba Gás Natural, por uma placa em que adverte a respeito da passagem de uma tubulação aterrada.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Figura 8- “Estacas” de dorso amarelo, extremidade branca com logotipo da empresa Parnaíba Gás Natural, utilizadas para sinalizar a passagem dos dutos aterrados.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Sobre a proximidade dos “dutos” junto às residências, é importante esclarecer que não foi identificado até o momento pela empresa um risco associado à passagem do traçado. As considerações aqui ressaltadas são construídas com base na insegurança que os quilombolas passam a ter com o início do transporte do gás, nas “tubulações aterradas” em suas propriedades, pois elas temem a ocorrência de vazamentos, tremores e explosões.

Com relação à Estação de Produção e Escoamento de Gás de Gavião Branco (EPGVB), suas obras foram concluídas em fevereiro de 2016, e anunciadas em uma nota divulgada no site da empresa Parnaíba Gás para a imprensa, onde era informado sobre o início de produção do “campo” de Gavião Branco também nesta mesma data (Ver anexo 2). Além das informações “gerais” sobre a empresa, na nota é detalhada a “capacidade de produção” e

localização do “campo” que passa a entrar em atividade nos termos em que a uma deliberação da ANP.

GVB apresenta um volume estimado de gás in place de 3,24 bilhões de metros cúbicos de gás e adiciona uma capacidade de produção de 1,5 milhão de metros cúbicos por dia. O gás de GVB será produzido por meio de oito poços produtores, que integram dois clusters. O campo de Gavião Branco está localizado no município de Lima Campos, distante 250 km ao Sul da cidade de São Luís, no Maranhão.” (NOTA PÚBLICA/PNG, 2016).

Com o início de produção do campo, respectivamente a Estação de produção também inicia as suas atividades, uma vez que cabe a ela, “coletar, separar, testar, medir, armazenar e bombear as fases líquidas e comprimir o gás natural (RIMA, 2014, p6)”. Além disso, ainda nesta nota, é informado sobre as projeções futuras que ampliam a capacidade de tratamento desta unidade, uma vez que ela também irá receber o gás de outros “campos” pesquisados pela empresa, que até o momento, ainda não entraram em fase de operação. Na fotografia abaixo é possível observar a estrutura na unidade de Produção e Escoamento de Gás, situada em uma fazenda locada pela empresa Parnaíba Gás.

Figura 9-Vista parcial da Estação de Produção e Escoamento de Gás de Gavião Branco (EPGVB), situada na fazenda “poço Verde”.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Com o desdobramento das obras, é possível compreender espacialmente as ações da empresa e a complexidade do empreendimento, sobretudo nas áreas que a sua “influência é direta” como na comunidade quilombola de Bom Jesus dos Pretos. Principalmente em virtude da presença da Estação de Produção, pois ela integra toda uma infraestrutura de escoamento dos “poços”, e não apenas do “campo” Gavião Branco, situado em Bom Jesus, mas também de outras áreas, o que intensifica ainda mais os efeitos socioambientais sobre o território.

Embora haja um discurso que afirme o contrário, pois é colocado pela empresa que a escolha da locação dos “clusters” e da EPGVB, atentam para uma redução dos “impactos socioambientais”, através da localização de 3 “poços” na mesma “base” onde a empresa efetuou as primeiras “perfurações de gás”, se constituindo portanto em uma ampliação dos mesmos. Afirmação que como pode sustenta quando contrastadas as narrativas dos quilombolas de Bom Jesus dos Pretos que vivenciam essas situações desde o início de suas instalações.

Ressalto ainda que essa complexidade na qual me refiro, com relação à ampliação das ações da empresa, se dá também pelo comprometimento físico desses espaços e os riscos associados a essa ampliação, relacionados tanto as questões ambientais, quanto à permanência da comunidade, pois conforme é reconhecido pelo Relatório de Impacto Ambiental, existe um risco associado à presença do gasoduto embora a empresa não o coloque como potencial. Do mesmo modo, a compreensão dos “efeitos socioambientais” impostos por essa nova dinâmica, tona-se perceptível através das transformações de ordem social, ambiental e econômica que passam a ser efetivas e permanentes diante da instalação do gasoduto, uma vez que sua produção é estimada em 50 anos.

Nessa relação de transformação socioambiental que passa a ser desencadeada, é importante salientar que além das áreas que são interpretadas pelo RIMA enquanto “reais e potencialmente ameaçadas”, existe ainda, um terceiro tipo de influência que denominarei como **áreas de percepção de impacto**, pois embora não se tenha um reconhecimento desta terceira área pela empresa em seus laudos e relatórios, estes são os locais em que os quilombolas, no caso desta pesquisa, observam e sentem em seu cotidiano os efeitos socioambientais dessas instalações.

No que tange as instalações, ressalto que toda a estrutura montada para o escoamento e tratamento do gás, assim como a “vazão dos poços” foram divulgados pela empresa sob um discurso que visava construir uma justificativa a respeito da importância e imponência do empreendimento para o Estado, onde era argumentado, por exemplo, essa instalação enquanto um dos “maiores complexos de geração a gás. Em contraste a esse discurso, vale lembrar que durante as fases de sísmica, também havia informações locais que especulavam sobre a expressividade das acumulações de gás natural, o que foi contestado, períodos após noticiados os metros cúbicos descobertos, cujas “vazões” não eram comerciais em grandes escalas.

Não fugindo a essa regra, no período de prospecção e de testes sísmicos 2D também ocorreram casos semelhantes no território Bom Jesus, no que se refere a uma série de “perfurações” e abandono de alguns “poços”, que os técnicos de empresas terceirizadas

julgavam ter encontrado “vazões em metros cúbicos expressivos”. Esses “poços”, hoje considerados inativos, correspondem às “perfurações” com maior proximidade das residências da Comunidade Bom Jesus dos Pretos, e representam as perfurações responsáveis pelos vazamentos que ocorreram no início das atividades do empreendimento.

De outro modo, na contramão da dinâmica do empreendimento, o desenvolvimento suplantado pela empresa com a ideia da influência econômica para na comunidade residente no território, sucumbe com os efeitos socioambientais em que intensifica suas ações. A imagem que a empresa se propusera a passar de um projeto grandioso permeado por um discurso que o impõe como um dos maiores complexos de geração a gás não mais os atraem e passa a ser substituída pelas transformações passíveis de percepção.

CAPÍTULO 2

ARTIFÍCIOS DE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS.

Antes de adentrar o contexto que rege as políticas públicas em torno das descobertas de gás natural em Bom Jesus, não poderia deixar de esboçar as condições concretas em que insere o município no âmbito dos *planos estaduais de desenvolvimento*. Essa discussão embora possa parecer alheia ao que se vem debatendo nos capítulos anteriores, se faz necessária diante de uma especificidade de Lima Campos que acaba dialogando com os processos de expropriações das terras de Bom Jesus, e evidenciando, como nos alerta Bourdieu (1930) “o fato de sempre estarmos sendo pensados por um Estado que acreditamos pensar”.

Essa especificidade a qual menciono, faz referência a uma estreita relação entre dois momentos desenvolvimentistas do Maranhão, que como mencionei, dialogam com este estudo, e refletem não apenas uma visão do Estado, mas a contextualização de uma outra geopolítica relacionada ao processo de construção da ideia de planejamento e crescimento econômico.

Em um primeiro momento, marcado pela iniciativa e elaboração de **planos econômicos iniciais** e pela forte intervenção da classe empresarial, na vida econômica do Maranhão através da Associação Comercial do Estado. Como contribui Bello Filho (1998):

Na primeira metade do século XX, são os empresários que se detêm na determinação das ações necessárias para viabilizar ou acentuar a expansão da economia maranhense. (...) É como reivindicação do empresariado junto ao governo que as ações são por eles propugnadas, ainda que, vez por outra, evoquem o interesse público para acentuar a oportunidade da sua implementação. (BELLO FILHO, 1998, p32)

E em um segundo momento, marcado pela identificação dos “empecilhos” para o crescimento do Estado e das soluções ao desenvolvimento econômico, também asseverados por indicações pontuais do empresariado maranhense. Cujas proposições feitas visavam: “Colonização, construção de estradas, “melhoramento das condições de navegabilidade dos rios, reforma do porto de São Luís (...)”. (BELLO FILHO, 1998, p36)”.

Ao que foi possível interpretar, a indicação desses “empecilhos” pelo empresariado, foi de uma relevância impar, principalmente no que se refere a proposta de uma colonização, uma vez que por intervenção da Associação Comercial do Estado, elas reaparecem como objetivo de investimento por exemplo, no primeiro plano de crescimento econômico do Maranhão, notadamente, o Plano de Fomento e Defesa da Produção em 1945, bem como no plano SETA (Saúde, Educação, Transporte e Agricultura)³⁸ em 1948. Além destes, outros planos subsequentes foram surgindo como uma forma de acompanhar aqueles em execução.

No que se refere ao plano SETA, destaco a para esse texto, sua relevância para as ações posteriores executadas pelo governo estadual, uma vez que a partir desse plano são manifestados os primeiros investimentos no sentido de produzir um ideário desenvolvimentista e industrializante no Maranhão. Esse plano marca ainda a passagem da campanha de produção agropecuária de 1946 à programação de programas e planos plurianuais em que era reproduzido o detalhamento de ações da política estadual de crescimento econômico.

Além disso, o plano SETA, traz a debate “a enunciação de ações que ainda não tinham figurado em nenhum plano de crescimento econômico elaborado no Maranhão”. (BELLO FILHO, 1998,p.73), a exemplo “A assistência ao lavrador propugnada pelos diretores da Associação e (...) a garantia do acesso à terra” (BELLO FILHO, 1998, p.73), além da proposição de uma colonização oportuna para o desenvolvimento da agropecuária no Estado por meio do aproveitamento de terras públicas.

Corroborando a esta tese de desenvolvimento agropecuário, soma-me o plano de crescimento econômico elaborado em 1951, em que se contemplam também a concepção de colonização como um elemento oportuno ao Estado, como pontua Bello Filho (1998):

Defendida desde o século XIX, ela (**a colonização**) voltou a ser evocada de forma recorrente pelos diretores da Associação e governantes em meados da década de 1940, quando passou a constar da constituição federal (1946). Esta, no seu artigo 156, dispunha que a “lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento de terras públicas”. A colonização estava prevista no Plano SETA (1948) e foi a *raison d'être* do plano elaborado em 1952 pelo economista Edgard Teixeira Leite, cujo surgimento foi assim relatado na

³⁸ Segundo Bello Filho, (1998 p.40) A sigla SETA (Saúde, Educação, Transporte e Agricultura) é inspirada na sigla SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), utilizada para designar o plano de crescimento econômico enviado pelo presidente Dutra ao Congresso Nacional em maio de 1948. O plano SETA, (...) tem uma duração prevista por três anos(1949-1941) e abrange dez municípios (Rosário, Itapecuru, Vargem Grande, Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Bacabal, IPIXUNA e Pedreiras). Esse plano foi aprovado pelos governantes através da Lei 290, de 27 de janeiro de 1949.

Mensagem Inaugural de 1952, enviado à assembleia legislativa pelo governador Eugênio Barros:

“Quem quer que conheça o Maranhão, em especial o vale do Mearim, deixará de reconhecer a inestimável contribuição trazida à economia do Estado pelas correntes imigratórias do Nordeste que se tem fixado, de preferência, naquele fértilíssimo vale. Diante dos resultados práticos dessa colonização espontânea, que dispensam quaisquer outras considerações sobre as vantagens que nos oferece o imigrante daquela procedência, era natural que cogitássemos, em primeira mão, da possibilidade de prover as nossas necessidades, nesse particular, com novos contingentes daqueles laboriosos compatriotas, que encaminháramos para aquelas ou outras regiões igualmente propícias à sua atividade produtiva”. (BELLO FILHO, 1998, p75)

Apesar disso, como também define Maranhão (1991, p75) “Foi preciso de novo, que o flagelo das secas fustigasse as populações nordestinas para que se decidissem sobre a instalação de um novo núcleo, no vale do Pindaré”. Furtado (1989, p.111) ao fazer uma indicação sobre as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE traz uma contribuição ao expor a esse respeito:

Nos períodos de seca, a ação do governo federal exercia-se por intermédio dos mandantes locais, os quais utilizavam a mão de obra paga com o dinheiro público para construir barreiros, estradas vicinais e obras similares, fornecedoras das estruturas existentes. (FURTADO, 1989, p22).

Dialogando às concepções pontuadas pelo empresariado a respeito dos “empecilhos” da economia, já mencionados neste texto, chamo atenção com base na citação acima de Furtado (1989), a respeito do intermédio dos mandantes locais para com a aquisição de ações da SUDENE via governo federal diante da proposta de colonização agropecuária do Estado, pois era também através deste intermédio que se exerciam as ações necessárias ao crescimento econômico e desdobramento do processo de colonização, uma espécie de geopolítica que convida a relativizar sobre o contexto industrializante desta época em vista do governo Juscelino Kubitschek. É notório ressaltar também que apesar de reconhecidas as contribuições dessa colonização espontânea, não havia por parte da SUDENE, um conhecimento mais detido a respeito da área, nem mesmo experiências com projetos de colonização, conforme também é mencionado por Furtado (1989):

A expectativa de que poderia obter recursos adicionais significativos encorajou-me a abordar o problema da colonização em larga escala. Era evidente que havia pressão demográfica sobre os solos em grande parte do semi-árido essas terras úmidas monopolizadas pelo açúcar. Qualquer tentativa visando aliviar a situação nessas áreas liberaria mão de obra que as zonas urbanas estavam incapacitadas de absorver. Era necessário sustar a inchação das grandes cidades, onde o contingente de subempregados já era considerável. Por outro lado, como deixar de ter em conta a disponibilidade de terras úmidas na franja pré-amazônica? Não seria difícil delimitar áreas capazes de delimitar dezenas, mesmo centenas de milhares de famílias. Faltávamos conhecimento da matéria: mapeamento das terras, estudo dos solos, estimativa do pré- investimento, experiências em projetos de colonização nas áreas de florestas úmidas. (FURTADO, 1989, p.111)

É interessante observar com base na citação acima de Furtado (1989), que embora se tenha postergado a criação dessa colonização, ainda sim, a vinda de migrantes de outros estados do Nordeste, foi responsável pelo crescimento populacional de diversas áreas como em Lima Campos e seus territórios, incluindo-se ainda a nesta relação, a vinda de famílias para Bom Jesus.

Gostaria de deixar claro que a formação do município de Lima Campos a partir do deslocamento em massa de populações vindas de outros estados, compõe uma situação distinta ao povoamento do território quilombola Bom Jesus que como dito, ocorreu com a doação das terras da fazenda São Francisco. Meu realce para esta parte do texto visa exatamente tentar apontar os eventos referidos a que dialogavam a esse espaço, a exemplo, da família do Sr. João de Sousa (Sr. João) vinda do estado de Pernambuco para o Maranhão.

“Porque no nordeste naquele tempo de seca, os nordestinos fugiam para o Maranhão e São Paulo. Quando meu pai veio para cá eu tinha 12|15 anos, a gente “curria” da seca, da fome feroz como canta Luís Gonzaga. Os nordestinos já “vinha” direto pro Maranhão, aí ficava assim nos lugar, né? Aí “vamo” pro Maranhão, “vamo” ficar no Bom Jesus ou em Lima Campos! Aí ficamos né ? (Entrevista realizada com o Sr. João de Sousa em 05 de junho de 2015)

Sua família já veio diretamente para a Fazenda Santa Amália, que hoje é o município de Lima Campos³⁹, para trabalhar na agicultura. Na época toda a área que hoje compreende o município em questão, era constituída por terras que foram delimitadas e loteadas. Havia poucas casas, e apenas duas destas eram cobertas por telhas, na parada do Bom Jesus⁴⁰ havia apenas uma casa. É importante mencionar que o território de Bom Jesus não apresentava esse caráter de reconhecimento, enquanto comunidade quilombola nesta época.

Seu João representa neste sentido, uma situação semelhante à de diversas famílias que se deslocaram para o Maranhão em busca de melhores condições de vida e trabalho,

³⁹ Nesta época Lima Campos ainda não havia sido elevada à categoria de cidade, sendo, portanto, integrante área municipal de Pedreiras.

⁴⁰ Área próxima à rodovia

amparadas pelas iniciativas de incentivo a migração, traduzidas também como uma estratégia do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico com base na colonização agropecuária, a exemplo do que já foi mencionado a respeito dos planos. Pois com base nessa iniciativa, acreditava-se que este setor seria desenvolvido, assim como se intensificaria o processo de industrialização.

Além disso, essa perspectiva permite interpretar que havia diálogos que possibilitavam esse deslocamento, como ocorre nas falas de Cavalcante (1939), ao explanar sobre Lima Campos:

Após longas conversas e uma série de conjecturas, o governante maranhense Capitão Seroa da Mota autorizou Manoel Cesário a mandar trezentas famílias. O governo pagaria as passagens e providenciaria alimentação e moradia para todos. A intenção da interventoria era criar uma colônia às margens do Rio Itapecuru, provavelmente no município de Codó. Por mera coincidência, naqueles dias o Prefeito de Pedreiras, senhor Homero Braúna, visitara o interventor e ficara sabendo dos planos para criar a colônia e não perdeu a oportunidade de assumir pessoalmente a escolha do local para a compra das terras desde que a colônia fosse criada no município de Pedreiras. A condição foi aceita pelo interventor. O prefeito voltou para Pedreiras e soube que a fazenda Santa Amália, localizada a 18 quilômetros da sede de Pedreira, de propriedade do senhor Antônio Magalhaes estava à venda. Imediatamente entrou em contato com o proprietário das terras e iniciou a negociação, visando a compra da fazenda. (CAVALCANTE, 1939, p.1)

Neste intento, é interessante observar, como esses planos se correlacionam, mesmo que em contextos e épocas distintos, pois se antes as ações de intervenção públicas estavam vinculadas aos planos que englobavam investimentos no setor primário da economia, em virtude da falta de integração espacial, em um segundo momento, se observa, um “abandono” a essas questões em detrimento do investimento no setor de desenvolvimento econômico, inserindo-se neste percurso as empresas e os grandes projetos.

Segundo Maranhão (1991), todos esses planos são integrados e há uma distinção entre “planos de desenvolvimento” e planos de “crescimento econômico”. Para este autor:

O plano de desenvolvimento engloba todas as ações executadas em nome do poder público estadual, e não apenas aquelas vinculadas à política de crescimento econômico. Eles se diferenciam dos planos de crescimento econômico (...) por outro motivo: as prioridades, no que se refere à promoção do crescimento econômico, são estabelecidas com base na economia política, tanto com base na teoria econômica quanto em análises conjunturais que são conduzidas segundo ditames dessa disciplina. (MARANHÃO, 1991, p 69).

Assim, esses planejamentos e planos, que integram as políticas **governamentais** ajudam a entender, não apenas o processo de ocupação do espaço maranhense, mas o modo

como partem e como são orientadas as políticas estaduais, a previsão dos investimentos e os requisitos que estabelecem as prioridades da economia. Assim como, também fazem refletir sobre a elaboração dos planos de desenvolvimento que raramente estão presos à abrangência de um único documento, ou de uma única ação/esfera de poder, pois elas são conduzidas por motivos e prioridades que não estão assentadas em uma única ação/procedimento específica, mas são, pois, abrangentes e englobando mais de um projeto, embora se diferenciem.

Tal qual pode ser observado em relação à integração de projetos estaduais e federais, em que se contemplam a intensificação de investimentos e a abertura do estado à participação privada, com fins a alcançar não apenas o crescimento econômico, mas o seu desenvolvimento. Como é o caso dos investimentos do setor de energia, com o aumento de empresas e projetos destinados à exploração mineral, petróleo e seus derivados Piquet (2008) devido a uma necessidade do mercado diante das crises no fornecimento de do setor de gás para o país.

Diante disto tem se intensificado o numero de pesquisas voltadas para a expansão e novas descobertas de gás visando o aumento da produção no território nacional, em que são adotadas medidas como o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural (PLANGÁS), visando-se o aumento da oferta de gás, a partir da antecipação de projetos que envolvam logística, exploração “offshore e onshore”⁴¹, assim como o transporte do gás por meio de gasodutos.

Inserindo-se nesse cenário, por meio dos planos plurianuais e projetos decenais, tem-se a abertura do Maranhão ao setor de Gás Natural, a partir da construção de complexos de energia a gás, da construção de gasodutos e refinarias, iniciadas em março de 2010. Participação motivada, sobretudo, em virtude de interesses que também são do estado como o aumento da produção interna e arrecadação tributária.

A intensificação desses investimentos representam, nesse sentido, um terceiro momento dessas políticas governamentais ainda apoiadas por características de um desenvolvimentismo industrializante com fins ao alcance de uma estratégia de governo face a chamada infraestrutura. Além disso, o desenvolvimento deste setor de gás, notadamente na mesma região de colonização agropecuária aqui citada, acaba por condicionar a este espaço características (ainda que especuladas midiaticamente) de uma nova onda de desenvolvimento, subsidiada por ações que assim como no caso da colonização agropecuária,

⁴¹ Segundo a Agência Nacional do Petróleo (adaptado), os serviços Offshore correspondem as operacionalizações realizadas em alto mar e em plataformas petroleiras ou navios. Já os serviços Onshore, se referem aos serviços de exploração de gás e derivados em terra.

visam delimitar os “novos” empecilhos de crescimento econômico, repetindo, por assim dizer, uma modalidade política do Estado.

2.1 O Estado e o discurso do desenvolvimento do setor de gás.

A instalação do gasoduto Gavião Branco e dos demais empreendimentos ligados ao setor de energia a gás, como a termelétrica UTE Parnaíba e a refinaria Premium, compreendem como já mencionado, os projetos de desenvolvimento investidos no Maranhão desde 2010 para o alcance do *crescimento econômico*. Esses empreendimentos foram previstos pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio- SEDIC, e pela Secretaria de Planejamento- SEPLAN, como uma estratégia de abertura para a iniciativa privada.

Além das secretarias, os planos de *desenvolvimento* cumpriram uma etapa importante na organização dos investimentos no setor de gás por meio dos projetos elaborados desde 2010 pelo governo do Estado de forma plurianual e decenal articulados entre as secretarias de governo estadual e ministérios federais.

Esses planos são responsáveis pela orientação das atividades desenvolvidas no âmbito da efetivação de projetos que visaram integrar a produção do mercado interno. Em sua estrutura existem dados que sistematizam e discriminam os investimentos propostos, como: “sua localização, seu tamanho, seu custo de implementação, seu impacto sobre a economia do Estado, o retorno financeiro e social que iria proporcionar” (MARANHÃO, 1991,67).

Cabe ressaltar que não foi possível identificar um nome específico para os planos em que se fazia menção o setor de gás e seus empreendimentos, pois esses planos apareciam vinculados a mais de um setor ou projeto, sendo comum a identificação apenas das secretarias relacionadas, como a SEDINC E SEPLAN, como foi citado.

Além disso, devido complexidade dos projetos em que são investidos, outra característica notada, é a extensão desses planos entre mandatos governamentais, persistindo, embora ocorram alterações, tal qual pode ser notada ao relativizar a ideia de *planejamento econômico* adotado pelo Estado. Como é enfatizado por Maranhão (1991):

No Maranhão, assim como na esfera federal de poder, o planejamento econômico nasceu associado à ideia de programação orçamentária. E assim, continuou ao longo dos anos. A principal preocupação dos planejadores estaduais sempre foi a coordenação entre ações propostas, a necessidade de elas formarem um conjunto harmônico e serem complementares entre si. (MARANHÃO, 1991,68).

Assim, há um consenso entre os planejadores junto às políticas governamentais que visam lograr a respeito dos investimentos não apenas de caráter público, mas, sobretudo privados a serem postos como metas para o alcance do *desenvolvimento e dinamização* da economia, além disso como contribui Bronz (2016):

As razões dos governos para apoiar (e em certas situações, até endorçar) o discurso empresarial em torno das escolhas locais dos empreendimentos são explícitas: além da arrecadação de tributos, os grandes empreendimentos mobilizam outros setores econômicos e incrementar a circulação de capitais no interior de suas unidades administrativas. (BRONZ, 2016, 156)

Embora tenha em minha argumentação delimitado a datação para o *plano de desenvolvimento* no ano de 2011, vale ressaltar, que como dito, esses planos são plurianuais, e a depender da extensão do projeto orçamentado, este pode abranger mais de um plano, como dos investimentos feitos para o setor de gás no Maranhão, uma vez que eles integram um empreendimento bem maior, relacionado à geração de energia elétrica pela termelétrica UTE Parnaíba.

Informação que pode ser evidenciada, por meio de uma divulgação feita pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio- SEDINC em 2012, durante uma conferência acerca dos “Grandes Investimentos Privados e Públicos do Maranhão e os Desafios do Desenvolvimento para os Próximos 30 anos⁴²”, em que foram apresentados os projetos que buscam incentivar a instalação de atividades industriais no Maranhão por meio de incentivos fiscais e de programas como o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores - PDF⁴³ e o Programa de Incentivo às Atividades Industriais no Maranhão- PROMARANHÃO⁴⁴.

Dentro destes panoramas de planejamento, foram citados como um dos principais investimentos privados do setor de Minas e Energia do Estado à construção da Termelétrica

⁴² Apresentação feita durante a 1ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC, o material sobre o qual lancei meus comentários, está disponível na página dessa secretaria em ppt.

⁴³ O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF-MA)- implantado em Dez/1999 tem por missão aumentar a participação das empresas locais nos fornecimentos de bens e serviços para as grandes empresas instaladas e que venham a se instalar no Estado. Dados disponíveis na Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC.

⁴⁴ Programa de Incentivo às Atividades Industriais no Maranhão- PROMARANHÃO- fornece incentivos do ICMS para a indústria e agroindústria, dispensa do pagamento de 75% do saldo devedor do ICMS. Dados disponíveis na Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC.

UTE Parnaíba e os levantamentos em torno de *prospecções e pesquisas sísmicas de gás natural*, em vistas a uma maior *estabilidade e disponibilidade do sistema elétrico*⁴⁵. Assim por visarem o atendimento da demanda de gás, falar da construção do gasoduto, também implica o diálogo junto a este outro empreendimento, já em operação desde o ano de 2013. Os quais adquiriram respectivamente apenas no ano de 2012 investimentos de 6 bilhões em obras, e 700 milhões de reais em pesquisas na Bacia do Parnaíba. (SEDINC 2012, p.32).

Conforme informações disponibilizadas pela empresa Parnaíba Gás Natural em sua página na internet, foi identificado nessa bacia sedimentar⁴⁶ no ano de 2010 a existência de 15 poços em 7 blocos, distribuídos territorialmente na região do Médio Mearim. É importante mencionar que a ênfase dada ao quadro natural, onde se encontram localizados os campos de formação rochosa com presença desse combustível fóssil na bacia do Parnaíba, também se constituiu em um dos argumentos do que compreendo como estratégia da empresa para expandir sua atuação na área.

Esse argumento é construído na medida em que a presença do gás passa a ser interpretado apenas pela visão divulgada pela empresa, onde é posta a “grandiosidade das descobertas⁴⁷”, “a capacidade de produção” na casa de milhares por dia, a “confiança dos empresários,” “o sucesso dos primeiros resultados.” Tal relevância do empreendimento para o desenvolvimento do setor de gás do Estado, encontra reforço também por meio dos veículos de comunicação em massa, a saber: jornais locais e estaduais, revistas, sites, notas, entrevistas, além da curiosidade e a expectativa que acaba se construindo sobre a instalação do empreendimento.

Ao explicar sobre a mídia e sua representação, Bourdieu (2008), assevera:

A mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejulgamentos e tende, por isso, a redobrá-los. Além disso, é preciso levar em conta o fato de que a televisão exerce um efeito de dominação muito forte dentro do próprio campo jornalístico porque sua ampla difusão- sobretudo no que diz respeito aos jornais televisados - confere-lhe um peso particularmente forte na constituição da representação dominante dos acontecimentos. (BOURDIEU, 2008, p66).

⁴⁵ Discurso apresentado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento, Indústria Comércio- SEDINC, sobre os investimentos efetuados pelo governo do Estado para o setor de energia.

⁴⁶ Segundo a CPRM (adaptado), bacias sedimentares são depressões da superfície terrestre presentes no relevo, formadas por abatimentos, onde são ou foram depositados sedimentos carreados ao longo do tempo, sendo preenchida por estes. Esses sedimentos (partículas ou materiais em suspensão) podem ser de origem marinha, de origem biológica, ou oriundo de erosão.

⁴⁷ Os termos aqui colocados entre aspas fazem referência ao discurso da empresa divulgados localmente por seus técnicos, e através dos veículos de comunicação em massa, como jornais impressos e televisão.

Assim, em jornais de circulação (Figura nº 6) bem como em notas emitidas no site da empresa Parnaíba Gás Natural e do governo do Estado do Maranhão é possível identificar essa importância que a gestão estadual atribui para o *desenvolvimento* das obras do gasoduto. Em uma dessas notas, foi afirmado pelo setor de comunicação, por exemplo, que a parceira com o empreendimento se tratava de um *investimento para o próprio Estado*⁴⁸, pois este via o gasoduto, que será instalado na região do Médio Mearim, como um *benefício em arrecadação tributária e geração de emprego*.

Figura 10-Jornal O IMPARCIAL- Matéria de capa divulga a ação da PGN-2015.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016

Na verdade, o que se questiona é a quem de fato é condicionado o *nosso*, detentor do *desenvolvimento* argumentado com as atividades do gás, ou se com relação à figura de linguagem *todo o gás* ao qual se relaciona o Estado, quem de fato se apropriaria do *nosso*, visto que é estrategicamente ressaltado pela empresa a valoração econômica dessa atividade. Ao se interpretar essa fala, é possível identificar o modo como se estabelecem os processos de apropriação do espaço, diante da institucionalização privada de empresas no território, na medida em que essas empresas oferecem meios para exploração de recursos de grande expressão econômica, no Estado.

Quanto ao Estado, vale ressalva que, sua presença é sempre bem delimitada, diante da efetivação de projetos de desenvolvimento, principalmente com relação à elaboração dos *planos orçamentários*, pois como dito, essas ações, embora privadas, também são vinculadas ao poder público através dos *planejamentos* em nome do *crescimento econômico*. Contribuindo a esse pensamento Fiema (2009, p.10) expõe “As inadiáveis transformações serão profundas e estruturais, mas de forma gradual e contínua em todos os segmentos do

⁴⁸ Informação divulgada pela Secretaria de Planejamento- SEPLAN.

setor produtivo industrial maranhense, fruto de trabalho e cooperação entre governo, empresários e trabalhadores”.

Assim, como pode ser interpretado pela citação exposta acima, o discurso de mercado é também de certo modo, discurso de Estado, uma vez que é estabelecido um relacionamento de cooperação entre as políticas governamentais e a abertura para o capital privado. Como ocorreu com relação a parceria entre o governo do Maranhão e as empresas do setor de gás natural.

O Governo do Estado vê essa ação com muito otimismo, seja porque ajudará a matriz energética, brasileira, seja porque alimenta nosso objetivo de, mais adiante, dispormos de gás para, inclusive nós termos um gasoduto que aumente a industrialização no nosso estado. (Entrevista realizada pelo Jornal impresso “O imparcial”, com o governador Flávio Dino em Abril de 2015).

Em contraste a Oliveira (1999) que avalia a privatização do espaço público como anulação do Estado, aqui se observa uma coesão de ambos os posicionamentos, por meio das políticas governamentais de incentivo a iniciativa privada através dos planos de desenvolvimento, que de certo modo, potencializam a vida de empreendimentos para o Estado. No que se refere ao empreendimento de geração de energia a gás aqui em estudo, esse sentido por ser notado, por exemplo, pelo relacionamento dessas políticas junto a empresa Parnaíba Gás Natural, através relevância atribuída as atividades de exploração do gás para o Maranhão.

Numa dessas entrevistas, publicadas pelo jornal de circulação estadual O Imparcial outro elemento característica se torna importante para essa exposição, diz respeito à parceria efetuada entre a empresa e o Governo Estadual, tal qual era orçamentada nos pagamentos deste ultimo:

Atualmente produzimos 4,9 milhões, então se configura como um marco importante para a empresa. Faz parte também do plano de desenvolvimento do Maranhão. O diálogo com o governo do estado sempre foi muito aberto e transparente e esta relação é muito importante. (Entrevista realizada pelo Jornal “O imparcial”, com um dos diretores da Parnaíba Gás Natural em Abril de 2015).

As descobertas da empresa com relação ao Gás Natural, assim como os planos que intermediam esse diálogo, acabam representando esses instrumentos organizativos que de certo modo também se materializam enquanto mecanismos, ou dispositivos de poder que o Estado possui tal qual apontado por Foucault (1984, p.6) “O poder deve ser analisado como algo que circula que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

Sobre isto Bourdieu complementa “tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado” (BOURDIEU, 1930, p91).

Diante destas questões é desafiante se ter uma compreensão mais detalhada acerca dessa estrutura, pois estamos dialogando nesse processo a todo o momento. Acrescido a isso, por não estar localizado apenas em um ponto, assim como o poder que exerce, tentar entender o Estado é um processo contínuo, pois nele se incluem também uma rede de relações positivadas ou marginalizadas pela sua “supremacia”.

Em relação aos projetos de desenvolvimento e ao papel do Estado, é interessante pontuar, que esse relacionamento positivado e ao mesmo tempo marginalizante das políticas governamentais, incluem além do próprio Estado e das empresas, um terceiro grupo, composto pelos agentes sociais presentes nos espaços de instalação dos empreendimentos, ainda que essas instalações sejam alheias aos seus interesses.

Como é trabalhado por Pereira (2007) com relação a instalação da empresa siderúrgica Acesita em Minas Gerais, em que havia um discurso de integração estatal, embora o critério de escolha do local não tenha obedecido a este último, mas a uma horizontalidade empresarial que implicou na incorporação de interesses da própria empresa.

Situação que não se limita a este caso, pois se em Minas Gerais a instalação do empreendimento estava relacionado à proximidade com as jazidas de ferro, em outros empreendimentos, como é o caso da instalação do gasoduto Gavião Branco, onde esses critérios também aparecem e estão submetidos a definições que não estão presos a área de instalação, mas a concessão de “blocos de exploração” pela ANP e aos estudos sísmicos que avaliaram a concentração do gás.

Salvo as particularidades e as especificidades dos empreendimentos em ambos os casos, o que quero ressaltar nesta analogia, é que em nenhum deles, é considerado na delimitação desses critérios, o contexto social inserido nesses espaços. Visto que o argumento que se sobressai enquanto justificativa para essa concessão espacial do empreendimento, em uma esfera local, também encontra base sobre a premissa desenvolvimento. Ao encontro desse pensamento Pereira (2007) traz uma contribuição ao afirmar que:

Os empresários alegam a existência de uma dissociabilidade entre os interesses das empresas e da sociedade em geral. Com esses argumentos acreditam superar as contradições existentes nesta relação e estabelecem um consenso através do qual pretendem que a sociedade assuma que todas as atividades potencialmente lucrativas para as empresas serão benéficas para a sociedade. Este discurso é derivado daquele que coloca as empresas como “salvadoras dos lugares” responsáveis por trazer modernidade para o território e melhorar todas as relações existentes nele. (PEREIRA, 2007, p.86).

Em certa medida, o que se percebe é que essa dissociabilidade que se alega haver entre empresa e sociedade acaba sendo interpretada por uma visão que uniformiza os espaços a fim de possibilitar adequá-los para receber esses projetos, utilizando-se para isto de argumentos que positivam a imagem e o discurso da empresa. Assim, se ao Estado compete elaborar projetos e incentivar as empresas por meio de investimentos com vistas ao crescimento econômico, aos municípios cabe possibilitar essas instalações por meio do relacionamento que passa a estabelecer também junto a empresa e a este último.

Situação percebida com relação à expansão da exploração de gás no Estado, em Lima Campos, onde foram encontradas reservas de gás comercial, por meio do “Campo Gavião Branco”, cujo discurso empresarial argumentava a vinda dessa empresa como uma oportunidade para o desenvolvimento local, através da “arrecadação de impostos”. Nesta relação, o terceiro grupo composto pelos agentes sociais, ao qual fiz menção anteriormente, também passa a ser incluído nesta visão uniformizante do espaço, através de um viés que os compreendem enquanto “sociedade em geral” como exposto por Pereira (2007).

Obviamente que em um contexto mais específico haja avaliações de impacto que delimitam as “áreas de afetação”, incluindo-os, entretanto estas são posteriores a todo o processo de implantação e licenciamento da empresa no território.

Quanto a isto, vale ressaltar que nem sempre são estabelecidos vínculos pacíficos entre empresas e agentes sociais de áreas afetadas, embora as empresas sejam vistas como **instrumento de desenvolvimento**, pois como dito, nem sempre esse *desenvolvimento*, se equaciona na mesma medida para os locais em que ocorrem transformações expressivas.

Em contrapartida, fazendo-se perceber em alguns casos, como é neste, a emergência da questão ambiental, como um contra-argumento da sociedade que se faz presente nos locais que são inseridos, sobretudo os grandes projetos. Em que o medo, a poluição, o comprometimento da comunidade em seu território, são apenas um dos condicionantes que embasam a mobilização dos agentes sociais para o embate com essas questões.

2.2 Ministério Público Federal: Competências e intervenção na situação social inferida a Bom Jesus dos Pretos.

Uma vez considerada pelo Ministério Público Federal a existência de conflitos decorrentes da instalação de empreendimentos que ameacem a permanência ou a garantia do direito de populações, abrem-se a *possibilidade de diálogo entre as políticas públicas e grupos sociais*. Essa medida é assegurada por meio das ações extrajudiciais, em que são delegadas a identificação e notificação de irregularidades que conflitem junto a interesses sociais.

Sendo a *instauração de inquérito civil e procedimentos administrativos correlatos*⁴⁹ um de seus primeiros procedimentos. A ação judicial é movida por meio de ofício ou de representação, como foi o caso de Bom Jesus dos Pretos, cujo ofício foi encaminhado pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão – ACONERUQ, após uma reunião com a comunidade de Bom Jesus dos Pretos.

As situações avaliadas pelo MPF foram descritas e reclamadas pelos quilombolas que moveram ação, procedimento que se estende também a outras situações de atuação deste órgão público. Neste caso em particular, as reivindicações visavam o reclame dos efeitos das atividades da empresa Parnaíba Gás Natural nas terras que compõem o quilombo e que os afetam, para isto, foi formado um grupo, que posteriormente se deslocou ao órgão situado na capital (São Luís).

Almeida (2004) ao explicar sobre as “políticas contrárias a interesses vitais” permite entender a importância que as mobilizações assumem na busca por mecanismos constitucionais que garantam a efetividade de direitos dos agentes afetados por grandes intervenções. Pois ainda que haja nas políticas públicas, espaços que favoreçam os direitos coletivos essas ações dependem do acionamento do **agente afetado**.

Assim, esse grupo composto por quatro agentes sociais de Bom Jesus dos Pretos⁵⁰, uma vez na capital do Estado se direcionou a procuradoria do 12º Ofício Meio Ambiente e Populações Tradicionais do MPF. Esta mobilização ocorreu após a realização de duas reuniões que foram definitivas para o processo de licenciamento da empresa, e foram promovidas naquele período na sede de Bom Jesus. Ressalta-se aqui, que dentre as reivindicações feitas pela comunidade estavam à elaboração de um Plano Básico Ambiental-PBA. As reivindicações realizadas naquele momento, são relatadas a seguir pelo Sr. Renê de Oliveira Salazar, quilombola de Bom Jesus dos Pretos.

⁴⁹ Expresso nos Artigos 7º e 8º da Lei Complementar nº75 de 20 de maio de 1993

⁵⁰ Por uma questão ética não mencionarei nomes.

Desde a primeira vez que nós sentamos com a primeira empresa que nós combinamos da empresa fazer um plano básico ambiental chamado PBA onde a gente ia reivindicar alguns problemas dentro da comunidade pra que a empresa pudesse compensar a comunidade, uma das coisas que nos de uma maneira geral nos preocupamos era que a comunidade queria receber uma parte dos royalties a gente sabe que é dividido entre federação, estado e município, mas como nós enquanto comunidade afetada, onde nós ia correr o risco, perigo maior a gente fez essa exigência outra exigência que a gente fez foi que fosse feito um curso técnico profissionalizante dentro da comunidade principalmente que fosse beneficiado (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (seu Renê), em 15 de Abril de 2016).

Além da explanação sobre a necessidade de elaboração de um Plano Básico Ambiental pela empresa, também foi exposto durante essa reunião, os problemas que estavam sendo causados pela passagem do gasoduto nas comunidades de Bom Jesus. Cujos efeitos das obras de pesquisa e perfuração foram descritos e listados, em uma ata (Anexo 1) expedida e encaminhada procuradoria do 12º Ofício. Esse documento também foi elaborado pela entidade ACONERUQ e em seu texto, além da justificativa foi relato sobre o acompanhamento já realizado nesta época pela Fundação Cultural Palmares no que diz respeito ao Plano Básico Ambiental.

Por ser interpretado pelos quilombolas como uma condicionante, para a efetivação dos seus direitos junto à empresa, atribui-se a esse Plano Básico Ambiental, uma forma de compromisso assumido quanto ao processo de compensação. Processo que deixou entrever a ineficácia desses mecanismos de **garantia de direitos**, pois estes não foram garantidos com êxito inicialmente, resultando de uma série de entraves principalmente no relacionamento entre a empresa e a comunidade, embora houvesse o acompanhamento de outras entidades ligadas à efetivação de direitos quilombolas como a Fundação Cultural Palmares.

Ainda assim, segundo relatado pela Sra Maria José Palhano, a iniciativa de acionar o Ministério Público federal teve por objetivo buscar uma orientação/ apoio jurídico para que esse direito não permanecesse ao acaso. Pois é de sua competência, a defesa dos direitos sociais, através da avaliação das situações reclamadas como abuso/ impacto, ou desrespeito aos direitos de quem move a ação.

Assim, ao acionar este órgão os agentes sociais de Bom Jesus, logrou a tomada de providências, que notificassem, prevenissem ou cessassem os problemas alegados, por meio de procedimentos de natureza disciplinar e diligências investigatórias.

Como é colocado por Bobbio (2004):

Os mecanismos constitucionais que caracterizam o Estado de direito tem o objetivo de defender o indivíduo dos abusos do poder. Em outras palavras, são garantias de liberdade, da assim chamada liberdade negativa, entendida como esfera da ação em que o indivíduo não está obrigado por quem detém o poder coativo a fazer aquilo que não deseja ou não está impedido de fazer aquilo que deseja. Há uma acepção de liberdade- que é a acepção prevalecente na tradição liberal- segundo a qual “liberdade” e “poder” são dois antitéticos, que denotam duas realidades em contraste entre si e são, portanto incompatíveis nas relações entre duas pessoas, à medida que se estende o poder (poder de comandar ou de impedir) de uma diminui a liberdade em sentido negativo da outra e, vice-versa, à medida que a segunda amplia a sua esfera de liberdade diminui o poder da primeira. (BOBBIO, Norberto, -2004 p.20)

Nessa orientação solicitada em ata no ano de 2015, era colocada em urgência a necessidade de realização de uma reunião por parte do MPF para que fossem permitidas condições de diálogo entre empresa e quilombolas, pois se via neste órgão um auxílio para a garantia dos direitos e defesa do território de Bom Jesus, uma vez que lhe competem enquanto atribuição à defesa dos direitos do cidadão, estendendo-se este direito a comunidades tradicionais. Este diálogo é intermediado pelas instâncias extrajudiciais, em que é delegado às procuradorias (como a do 12º ofício) o exercício de receber as informações e instaurar os *procedimentos administrativos, como os inquéritos, acompanha-los e apresentar provas*⁵¹.

Quanto a isto, o Senhor Renê de Oliveira Salazar, comenta:

Essas reivindicações também foram feitas no Ministério Público do Estado, onde nos tivemos uma reunião e levamos documentação, levamos provas fotos de casas e a empresa até agora, o que ela fez de positivo pra comunidade.... Ela (a comunidade) teve duas capacitações, mas muito rápida de dois dias, uma pra trabalhar com a questão de horta, agroecologia que foi feita aqui, só que antes quando eles tavam montando o processo pra começar a perfuração desses poços. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (seu Renê), em 15 de Abril de 2016).

Conforme registrado em um ofício expedido pelo Ministério Público, e encaminhado para a Fundação Cultural Palmares, a denuncia (representação) feita pelos agentes sociais foi recebida pelo Procurador da República, em um primeiro momento através de documentação e posteriormente através do atendimento público com o mesmo. Na ocasião, segundo consta no Ofício nº 8/2006, (Anexo 2) foi dado espaço para uma exposição *das insatisfações que estavam sendo vivenciadas pela comunidade*, onde foi colocado a insatisfação dos mesmos com relação a ausência de um acompanhamento mais detido no território com relação aos

⁵¹ Informações presentes no artigo 7, inciso II da lei Complementar Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993. Versão digital da presidência da república, disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm

“impactos”. Como resultado deste contato com o MPF, resultou-se a instauração de um procedimento de apuração sobre as irregularidades expostas, assim como também foi frisado no ofício a solicitação de providências de controle dos “impactos”.

Segundo o Sr.^a Renê, ao incluir o Ministério Público junto a essa forma de mobilização impulsionada pelos efeitos do gasoduto, a comunidade passou a ter acesso as licenças expedidas para a operacionalização da empresa na área, cujo uso desse documento permitiria a comunidade conhecer as etapas que ainda estavam por vir, assim como utiliza-las no inquérito que estava sendo movido naquele momento. De outro modo, ao passo que se teve acesso a esse material, advogados públicos foram acionados para prestar acompanhamento e orientação, sobre as questões a serem reivindicadas, bem como sobre, os procedimentos que os agentes sociais de Bom Jesus deveriam tomar para adquiri-los.

2.3 A prefeitura e o discurso do desenvolvimento municipal.

A instalação deste que é considerado pelo Estado como um grande complexo de geração de energia a gás foi sempre visto com bons olhos pela administração do município de Lima Campos. Ao que se percebe, aqui ocorre também uma similitude entre os discursos que interpretam a exploração de gás enquanto sinônimo de *desenvolvimento, atração de investimentos e oportunidades de dinamização econômica*, conforme é exposto nos discursos emitidos pela prefeitura nos veículos de comunicação em massa, como os jornais impressos e em reportagens. Mesmo discurso repetido entre Estado e empresa, como forma de afirmar a importância dos investimentos realizados no setor de gás no Maranhão.

Creio que seja importante mencionar que dentro desse discurso que prega a chegada da empresa enquanto **salvadora dos lugares**, e dos investimentos, alicerçados em um otimismo da empresa incorporado pelo Estado, não é mencionado ou relativizado em nenhum momento a especificidade do território quilombola no qual foram encontradas as reservas de gás natural, situação crítica, de um ponto de vista também local, pois isto também não é exposto pela prefeitura.

O que leva a considerar, segundo pontua Pereira,(2007):

Assim, não se trata mais de uma relação específica entre a unidade da empresa X e o lugar onde se encontra, mas de uma postura mais ampla da empresa x, presente em vários lugares, diante da “comunidade”. Esta “comunidade”, presente nos discursos assume um caráter estereótipo não relacionado a relações concretas, como uma entidade existente fora do âmbito da empresa mas, relacionado a ela. (PEREIRA, 2007, p.136)

No que se refere à parceria efetuada entre prefeitura e empresa, cumpre entender que esta se realiza desde 2013, quando foram iniciados os primeiros levantamentos em busca de gás natural na região do Médio Mearim. Neste período, alguns municípios dessa microrregião foram pesquisados pelo grupo OGX Maranhão, como por exemplo, Pedreiras, Trizidela do Vale, Capinzal do Norte, Santo Antônio dos Lopes. Na época, segundo entrevistas que realizei com o secretário de infraestrutura e finanças de Lima Campos, a prefeitura já adquiria com a instalação desse empreendimento, um recurso correspondente ao ISPQN (Imposto sobre Produto de Qualquer Natureza) cujo valor de 5%, já teria sido investido em obras de infraestrutura da cidade de Lima Campos, em asfaltamentos e reforma de logradouros por exemplo.

Ainda sobre essa entrevista, realizada com o chefe de gabinete Sr. Onoésio Ferreira, outros detalhes da atuação da prefeitura foram colocados em evidência, a deficiência de informações por parte da mesma sobre o empreendimento de extração de gás natural no período de **passagem** entre empresas após **crise** do grupo OGX.

Assim como também foi evidenciado pelo Sr. Onoésio Ferreira, a parceria efetuada pela prefeitura durante uma das audiências públicas realizadas na sede do município, segundo ele, essa audiência faria parte dos projetos sociais que a empresa propôs em parceria com a secretaria de educação do município, uma delas, por exemplo, teria ocorrido um dia antes a minha vista ao município dia 11|02|2015. Esses projetos teriam como objetivo ofertar cursos de educação ambiental para a população da região nas escolas de Lima Campos. Cabe aqui frisar, que essa audiência foi definitiva para o licenciamento das atividades da empresa em Bom Jesus.

Mesmo limitadas essas informações que obtive nesta época durante a entrevista, ajudaram a entender o estabelecimento dos primeiros diálogos entre a empresa e a Prefeitura de Lima Campos. Pois, ainda que nesta época as informações sobre as pesquisas de gás natural não apresentassem o caráter público de acesso e divulgação tal qual se apresenta hoje, já era possível a identificação de uma parceria, situação que ajudava a consolidar a busca de Lima Campos, pelo “progresso e geração de renda”, sonhado pelas expectativas do gás.

Dada à importância atribuída à concentração de gás descoberta em Lima Campos e dos anúncios de construção de uma Estação de Produção e de um gasoduto para seu transporte, foram ampliadas também as atuações da prefeitura do município, pois este passou a integrar-se efetivamente ao projeto de geração de energia a gás, incentivado pelo Estado. Ao passo que foram declaradas a “comercialidade dos poços” de gás natural e expedidas as primeiras “licenças” para a instalação do gasoduto e da Estação de Produção, a prefeitura por

meio das secretarias e do próprio prefeito, passou a acompanhar as reuniões, etapas integrantes ao processo de licenciamento determinadas pelo CONAMA.

O senhor José Léles de Andrade (Sr. Léles), quilombola da comunidade Supapinho, ao comentar sobre as reuniões, expõe:

No sindicato nos tivemos muitas reuniões lá, o pessoal, a maioria são o pessoal da prefeitura todo tempo, o que eles quer mesmo é que venha movimento traga recurso pro município e não está nem ai com os impactos não, ele tudo bem, os buracos que a empresa aterraram, os buraco que tampara tudo e quem apareceu foi o prefeito, então pras prefeituras, pro município foi muito bom, serviu ne, eles fizeram um serviço muito grande. Lima Campos hoje tem outra vista, agora pra nos só sofremos os impactos, mas a nível de município você chegar em Lima Campos perguntar pra eles ali, é difícil demais. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Sr. Léles) em 05 de Julho de 2015).

Esse posicionamento defendido pelo Sr. Léles representa o ponto de vista de outros quilombolas não apenas da comunidade de Bom Jesus dos Pretos, mas das demais comunidades inseridas na área de afetação do gasoduto. Pois para eles, as instalações do empreendimento não trouxeram nenhum benefício para as comunidades, tornando-os insatisfeitos com relação aos efeitos do empreendimento, pois com a proximidade do término das construções, a empresa passou a delegar ao município a responsabilidade de atender as reivindicações dessas áreas.

Como também exposto em sua fala, a chegada da empresa no território trouxe consigo mudanças que se estenderam para a unidade territorial do município, onde foram visualmente percebidas com maior facilidade em virtude do deslocamento de técnicos fardados das empresas, do aumento do fluxo de veículos dentro de toda a área de Lima Campos. Sobre isto, o Sr. Léles completa:

Então eu vejo assim, numa parte eu não vejo muito desenvolvimento pra nos, pro pequeno trabalhador rural eu não vejo não, mas, em termos assim de movimento pro município aumentou muito porque tem estrada agora pra todo lado, fizeram poços, inclusive aqui no Bom Jesus eles fizeram um poço ali, canalizaram agua pra todo mundo ali no Bom Jesus. Então eu vejo assim, nessa parte ai melhorou pra algumas pessoas, agora em tema assim de desenvolvimento pro pequeno trabalhador rural que eles diziam que tem, ate agora eu não to vendo não, em minha opinião eu vejo assim. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Sr. Léles) em 05 de Julho de 2015).

Desta forma, o discurso que coloca Lima Campos, pela perspectiva das descobertas de gás natural acaba por vezes, desfocando essas questões mais específicas dos desdobramentos

da introdução das instalações do gasoduto em Bom Jesus, principalmente no que se refere ao aparecimento dos seus efeitos socioambientais. Pois como colocado por seu Léles, apesar das comunidades estarem inseridas em meio às atividades de extração de gás, o *desenvolvimento* citado pela administração do município, não tem se estendido aos quilombolas de Bom Jesus dos Pretos.

2.4 Secretarias de Meio Ambiente.

Tendo em vista a atuação dos órgãos de meio ambiente do Estado, diante do projeto de geração de energia a gás, dei preferencia para a organização deste texto abordando de maneira conjunta, a deliberação dos mesmos para com a atuação da empresa na comunidade de Bom Jesus dos Pretos, de modo a especificar as atuações e particularidades que cabe a cada órgão, em nível de Estado e município. De maneira a possibilitar, mesmo que de forma breve, uma exposição das competências e os procedimentos deste órgão em ambos nos níveis, aproximando-os da discussão em estudo.

A Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu artigo 5º define:

Compete ao órgão ambiental estadual, o licenciamento de empreendimentos e atividades localizadas em mais de um município, localizados ou desenvolvidos em florestas e demais formas de vegetação natural, cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios, delegados pela união ou por convênio.

Com relação ao órgão ambiental municipal, é de sua atribuição conforme aponta o art 6º desta mesma resolução: “ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daqueles que lhe foram delegados pelo Estado por instrumento legal ou convênio”⁵².

Assim, os empreendimentos, conforme explicitado no Art. 7º da resolução acima citada, são licenciados em um único nível de competência, em que ao poder publico será delegado o dever de expedir as “licenças”. As mesmas possuem ainda como especificidade o caráter “prévio”, “instalação” e “operação”, seguindo cada fase pertinente à aprovação dos condicionantes de instalação das empresas. O processo de licenciamento ainda obedece a

⁵² Informações presentes nos artigos 5º, 6º, e 7º, da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Versão digital, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão disponível em: <http://www.sema.ma.gov.br/siteAdmin/anexos/1449677983757.pdf>. Acesso em 10/08/16

critérios que envolvem a definição das documentações necessárias, a análise de documentação, estudos e projetos, solicitação de esclarecimentos, caso necessário, e audiências públicas, emissão de pareceres e deferimentos.

No entanto, em um contexto que aproxima essas questões normativas às relações que se processam nos territórios, tem-se observado que infelizmente, muitas dessas etapas têm sido utilizadas como uma forma estratégica de eximir principalmente o papel das prefeituras com relação a um posicionamento dado diante de situação de “impacto ambiental”, principalmente com relação ao nível municipal. O que pode ser caracterizado como uma falha dos conjuntos de dispositivos que visam assegurar o processo de Avaliação de Impacto determinados pelo Conama, uma vez que essa objetividade não é alcançada de modo eficaz. Como é colocado pela Sra. Maria José Palhano:

A secretaria de meio ambiente municipal sempre se exime disso, a primeira coisa que eles dizem é que a licença é expedida pela secretaria de Estado não é pela do município, porque? Porque recebe royalties, e agora com a produção aí é que vai ser alto. (Entrevista realizada com a Senhora Maria José Palhano (Dona Maria José) em 24 de Janeiro de 2015).

Situação também percebida durante uma entrevista que fiz com o Técnico Ambiental do município de Lima Campos, quando questionei a respeito da atuação da Secretaria de Meio Ambiente junto à comunidade quilombola de Bom Jesus dos Pretos, bem como sobre o acesso ao Eia/RIMA do empreendimento. Na ocasião obtive informações apenas sobre uma reunião que havia sido realizada na manhã do dia 12 de 12/02/2015, na sede do território Bom Jesus dos Pretos, informação esta, que possibilitou naquele momento mesmo que de forma limitada uma atuação correlata da prefeitura junto a empresa em Bom Jesus. Já no que se refere ao Eia/RIMA do gasoduto foi-me relatado que havia apenas um ofício emitido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, onde este documento não fazia qualquer menção ao Relatório e Estudo de Impacto Ambiental realizado pelo empreendimento.

FIRJAN (2004) já nos alerta que a instalação de empreendimentos que impliquem grandes *modificações socioambientais* como é o caso da instalação do gasoduto, os “estudos de impacto ambiental” e seus respectivos relatórios, são etapas indispensáveis ao processo de licenciamento, sendo critério do empreendedor a contratação de empresas de consultoria para elaborá-lo. Nestes termos, ficará a cargo da Secretaria de Meio Ambiente a avaliação e deferimento ou não do material. Quanto a este ponto, cabe entender que embora seja delegada ao órgão a avaliação desse material, ainda sim, ele, também é competência da prefeitura

municipal, pois a ela também cabe o acompanhamento desta etapa, assim como de sua posterior, representada pela realização das audiências públicas.

As licenças possuem prazo de validade estabelecido de acordo com o órgão ambiental, tendo em vista os critérios definidos no Artigo 18º da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 conforme cada tipo de licença, obedecendo ao cronograma de instalação dos planos e projetos do empreendedor e as peculiaridades de empreendimento ou atividade. Feitas essas considerações, cabe ressalva que também são competência de ambas, as atribuições que visam desenvolver e executar ações relativas ao desenvolvimento da política ambiental, incluindo-se neste processo as questões ambientais assegurados também por outros órgãos de governo responsáveis pelas políticas das secretarias de meio ambiente de estado e município, como o próprio Conama, o IBAMA, o Conselho Estadual de Meio Ambiente- CONSEMA.

CAPÍTULO 3

“O GASODUTO E O TRAÇADO DA ESPECULAÇÃO”: desenvolvimento pra que? Pra quem?

“A gente aceita porque tem que aceitar mesmo, mas não concorda” Sr. José Léles Andrade (S.r. Léles).

Início este capítulo com uma frase que representa o sentimento de praticamente todos os agentes sociais entrevistados, frase esta, repetida mesmo em diferentes particularidades da pesquisa, desde o início das obras do gasoduto. Enquanto pesquisadora talvez eu tenha acompanhado de modo impressionista essa passagem entre os condicionantes que antecederam as “descobertas” do gás até o andamento das obras, por meio dos desdobramentos da pesquisa em campo, mas para esses agentes sociais, esses efeitos foram progressivos e se tornaram notórios até mesmo na maneira de como eles foram percebendo essa atividade em meio a suas vidas cotidianas.

Termos técnicos, próprios dos procedimentos de “prospecção e pesquisa”, que muitas vezes são interpretados apenas como um discurso empresarial que marca os léxicos da empresa, passaram a ser introduzidos de forma naturalizada nos diálogos entre familiares e pessoas que se deslocavam em Bom Jesus dos Pretos, e o debate acerca das mudanças que se desencadeariam com a instalação da empresa, passou a ser constante na comunidade, um posicionamento encontrado por estes agentes para conhecê-la.

Essa Língua povoada de **mentos**: Planejamento, posicionamento, alinhamento, gerenciamento, licenciamento, enfim, todos os procedimentos e empreendimentos. Os vícios de linguagem que são repetidos insistentemente os substantivos derivados de verbos, revelam a retificação que transforma ações (ou processos) em coisas com contornos definidos. Os inúmeros termos e noções compõem um léxico próprio e incompreensível aqueles que não frequentam os espaços que eles são enunciados (...) Uma espécie de língua própria, falada e compreendida por um círculo limitado de pessoas, em que se incluem gestores, legisladores, empresários, consultores, especialistas e alguns acadêmicos e ambientalistas. (BRONZ, 2016, p23)

Além disso, o tráfego de veículos portando trabalhadores das empresas terceirizadas, subcontratadas e da própria empresa Parnaíba Gás Natural acabou se tornando comum, em contraste ao cotidiano calmo observado anteriormente nas terras de Bom Jesus.

Em um primeiro momento essa percepção estava relacionada às expectativas que foram almeçadas com a instalação do empreendimento, sobretudo em virtude do aparecimento de elementos que em certa medida materializavam o discurso de desenvolvimento regional na época que foram iniciadas as pesquisas sísmicas em 2010. Essa materialização se dava, por exemplo, a partir do aparecimento de elementos estranhos ao cotidiano local, como foi o caso de se tornar comum ver pessoas circulando nas ruas da cidade com macacões laranja ou se deslocando constantemente em veículos de empresas em Bom Jesus e em Lima Campos.

Contudo, as informações disponíveis naquele período a respeito das pesquisas realizadas pelo Grupo OGX Maranhão nos municípios do Médio Mearim, incluindo-se o município de Lima Campos, não permitiam acesso a um dado mais detalhado do que estava sendo produzido com essas pesquisas, sabia-se apenas, através de comentários e de visões do senso comum que seriam os homens do petróleo tal como foi salientado pela Sr. Maria José Palhano.

Com os desdobramentos das pesquisas sísmicas que eram realizadas unidade territorial de Lima Campos foi identificada pela empresa o primeiro poço para a extração de gás. Esse poço, como dito no capítulo anterior, estava localizado em uma área de Bom Jesus conhecida como gancho por se tratar de uma bifurcação de uma via vicinal, que dá acesso a outras comunidades como São Francisco e Bode.

Após a identificação do potencial de comercialização desse poço, houve a divulgação de mais outros 3 poços, localizados nas comunidades Bode e São Francisco e em uma propriedade privada, ambos com expressivas acumulações de gás e todos a uma distância consideravelmente próxima. Essa proximidade, por sua vez, consiste num um dos critérios definidos no Relatório de Impacto Ambiental para a locação dos terrenos e passagem do traçado do gasoduto.

É importante recuperar, que a delimitação das “áreas de exploração” de gás segue critérios de avaliação julgados pela ANP e que a elaboração de um estudo que exponha os locais de afetação de um empreendimento ocorre somente após essa etapa. Desta forma, a compreensão do território Bom Jesus como “área de influencia” das atividades de instalação do gasoduto, foi se ampliando à medida que ocorreu o anúncio das “licenças” e início das construções do gasoduto e Estação de Produção de Gavião Branco – EPGVB. Nas palavras do Senhor Renê, quilombola e representante da Comunidade Bom Jesus dos Pretos:

Naquele momento quando eles começaram o processo de abrir esse poço, eles não comunicaram pra ninguém aqui da comunidade, eles simplesmente vieram com a autorização do Estado, com licença ambiental e com o prefeito na época, eles não nos procuraram pra conversar. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (Seu Renê) em 12 de Abril de 2016).

Ainda sobre a vinda da empresa, a Sr.^a Maria José, relata que os quilombolas, apenas, souberam que estavam em uma área diretamente envolvida com as atividades de pesquisa de gás, em virtude da grandiosidade das instalações do empreendimento, e afirma: monta-se uma cidade em volta daquilo. Em outras palavras:

Nós só ficamos sabendo da existência do poço por conta da estrutura que estava montada, porque eles montam uma cidade em volta daquilo. Ai quando eu cheguei (setembro) que eu vi aquilo eu perguntei o que era, e ninguém sabia, só diziam assim que era um negocio do petróleo que tinha lá, ninguém sabia exatamente do que se tratava. Ai eu fiquei quatro meses procurando eles (a empresa) pra conversar, pra eu saber do que se tratava, e não consegui falar com nenhum deles. (Entrevista realizada com a senhora Maria José Palhano em 24 de Janeiro de 2015).

Conforme relatado pela Sr.^a Maria José, e pelo Sr. Renê a princípio a comunidade Bom Jesus dos Pretos sequer tinha conhecimento a respeito de quais atividades estavam sendo realizadas na área, e neste processo de apropriação do espaço pela empresa, os quilombolas apenas queriam entender do que se tratavam essas atividades de um modo mais explicito.

Na visão destes, entendia-se que por se tratar de um empreendimento de grande porte, com autorização de operação já concedida, a comunidade via-se diante de uma situação que lhe restava apenas aceitar e entender, não podendo barrá-la. Pois como conclui Boudieu: “Se esta representação ocupa pouco espaço no discurso dos dominados, é porque estes dificilmente são ouvidos. Fala-se deles mais do que eles falam e, quando falam aos dominantes, tendem a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam” (BOURDIEU, 2008, p.66).

De modo dual, havia também agentes sociais que acreditavam na possibilidade de melhoria de vida com a chegada do gasoduto, após iniciadas as pesquisas sísmicas. Uma dessas formas percebidas como benefício se daria através da locação de seus terrenos, caso fossem encontradas reservas comerciais do gás nas propriedades de domínio individual.

Isto acabou gerando situações de conflito na comunidade entre os quilombolas que tinham essa visão e aqueles que não aceitavam a instalação da empresa, como foi pontuado pelos quilombolas no inicio deste estudo em 2014. Diante disto, o que se percebe com base nos relatos evidenciados na comunidade, é que a falta de informação e de um acompanhamento inicial seja da empresa, seja da prefeitura no território Bom Jesus, foi o que desencadeou tal situação. Ao comentar sobre esse período durante uma entrevista realizada

em 12 de abril de 2016, o Senhor José Léles de Andrade expressa: “Via-se isso tudo quando começou esse movimento todo, que o povo ia mudar de vida que ia acontecer um monte de coisa”.

A senhora Nonata, quilombola de Bom Jesus dos Pretos, ao comentar sobre a instalação da empresa menciona o que seria explicação para os quilombolas terem se empolgado tanto com a chegada da empresa vendo-a como uma oportunidade. Refletindo sobre essa situação ela afirma:

A gente aqui é órfão, os políticos entram, não ligam, só quando é política, mas pra trazer algum benefício pra cá não vem. Ai quando querem, ai todo mundo aceita e isso aqui benefício mesmo só pros donos do gás, porque eu acho que nem o dono do terreno não ganha essas coisa tudo. (Entrevista realizada com o senhora Nonata em 12 de Abril de 2016).

Alguns desses poços eram perfurados em quintais, e possivelmente esse era um dos motivos que construíam a ideia de obtenção de alguma forma de recurso, devido à relação de proximidade que acabava sendo estabelecida mesmo que indiretamente, da mesma forma que se acreditava ainda que esse recurso cogitado teria um valor elevado. Entretanto, esse benefício esperado com a locação dos terrenos acabou não acontecendo da forma imaginada, pois apesar da realização de “perfurações” de “poços” em muitos terrenos, a segunda “perfuração” com maior “vazão” em metros cúbicos descoberta pela empresa, não se situa dentro dos terrenos particulares da comunidade, e sim, em uma propriedade de um fazendeiro da região.

Ainda conforme o que foi relatado pela Senhora Nonata, a distância de Bom Jesus dos Pretos para a base que se situa neste terreno locado é de aproximadamente 985 metros com acesso feito através de uma abertura na rodovia.

Daqui da comunidade pra base é perto, não sei quantos quilômetros, mas é aqui na estrada de Lima Campos, aqui no gancho eles tão interligando os canos, pra passar aqui por trás e levar até à base, a base vai ser ali no terreno do Hugo, tem umas casas por lá parece, aqui eu não sei, só se eles vão fazer ali no Raseno, mas acho que não. (Entrevista realizada com o senhora Nonata em 12 de Abril de 2016).

A base mencionada pela Sra Nonata é na verdade, a unidade de tratamento do gás que será abastecida pelos “poços” presentes nesse mesmo terreno e nas demais “perfurações” realizadas pela empresa em Lima Campos e em Pedreiras, interligadas por uma “tubulação” que já foi implantada.

Ao que se percebe, os quilombolas de Bom Jesus dos Pretos sempre estiveram atentos às obras das empresas que atuavam dentro do território, embora essa observação

ocorresse na maioria das vezes de forma distanciada. Conforme mencionado pelos próprios quilombolas, essa preocupação acabou se tornando permanente não apenas com relação às questões sociais, mas principalmente com relação às questões ambientais, uma vez que já foram observados por eles alguns efeitos iniciais provocados desde que a empresa passou a atuar na área.

Cabe notar, que as atividades desenvolvidas sempre foram operacionalizadas por mais de uma empresa, através dos contratos que eram realizados internamente pelo grupo que operacionaliza o “bloco”. O que dificultava ainda mais o relacionamento da comunidade com a empresa, embora fosse buscado o estabelecimento de um contato com esta última, mesmo que apenas para esclarecimentos.

A própria visão que se tinha sobre a empresa no que tange a oportunidades foi se perdendo na medida em que foi dado lugar a uma consciência de risco dos efeitos futuros em virtude da proximidade da comunidade com essas obras. Muitos agentes sociais, como é o caso da senhora Nonata, e de outros quilombolas, passam a interpretar a chegada da empresa não a vendo mais como um benefício, como ocorreu quando esta começou a ser instalada.

Sobre este ponto, é importante ressaltar, que a discursão dos efeitos sofre uma modificação simbólica que delimita este estudo, uma delas relacionada à chegada da empresa propriamente e suas especulações, e aquelas vinculadas ao desdobramento dessas instalações, pois os efeitos até este momento relatados remetem a uma má execução das obras e falhas que a empresa não conseguiu resolver tecnicamente com relação ao manuseio de equipamentos e maquinários. Essas falhas, bem como a percepção dos próprios efeitos já evidenciados acabam colocando em pauta para a comunidade Bom Jesus Pretos outra situação, que passa a questionar os limites de percepção do que a empresa emite como “impacto real ou potencial”.

3.1 Definições de “áreas de influência” ou a percepção dos efeitos?

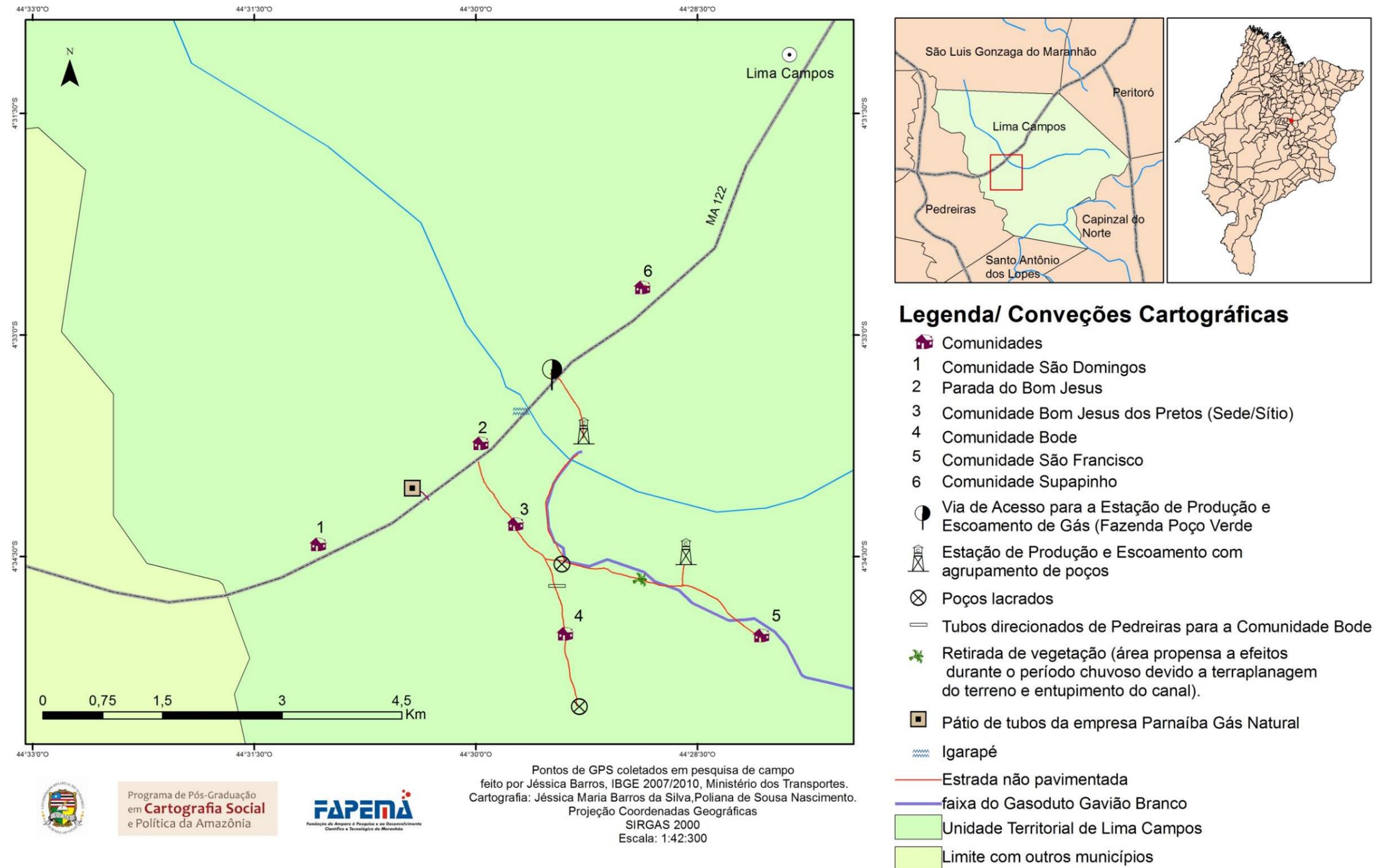
Dado a existência dos primeiros efeitos observados pelos quilombolas nas “áreas de influência” do gasoduto, definidas pela empresa PGN, deu-se margem nas comunidades a um questionamento que envolve refletir acerca das definições que delimitam os “espaços de afetação” do “traçado dos dutos”. Pautando-se nessa perspectiva, creio que esta não tenha sido alicerçada ao acaso, pois as definições de abrangência direta/indireta, contempladas para os

procedimentos de “construção”, “operação” e “montagem dos dutos”, apesar de designados como “área de segurança”, são de fato, um dos elementos mais complexos, no processo de “avaliação de impacto”.

O que cabe aqui nesta discussão, é que para além de uma reflexividade que contraponha os lexos empresariais, que colocam a vinda dessas empresas como **salvadoras dos lugares**, se possa refletir sobre a existência de um limite entre o que é percebido pelos agentes sociais que constroem a sua percepção e delimitação da “área de influência” (Mapa 2), e o limite delimitado pela empresa em seus documentos técnicos (Mapa 3).

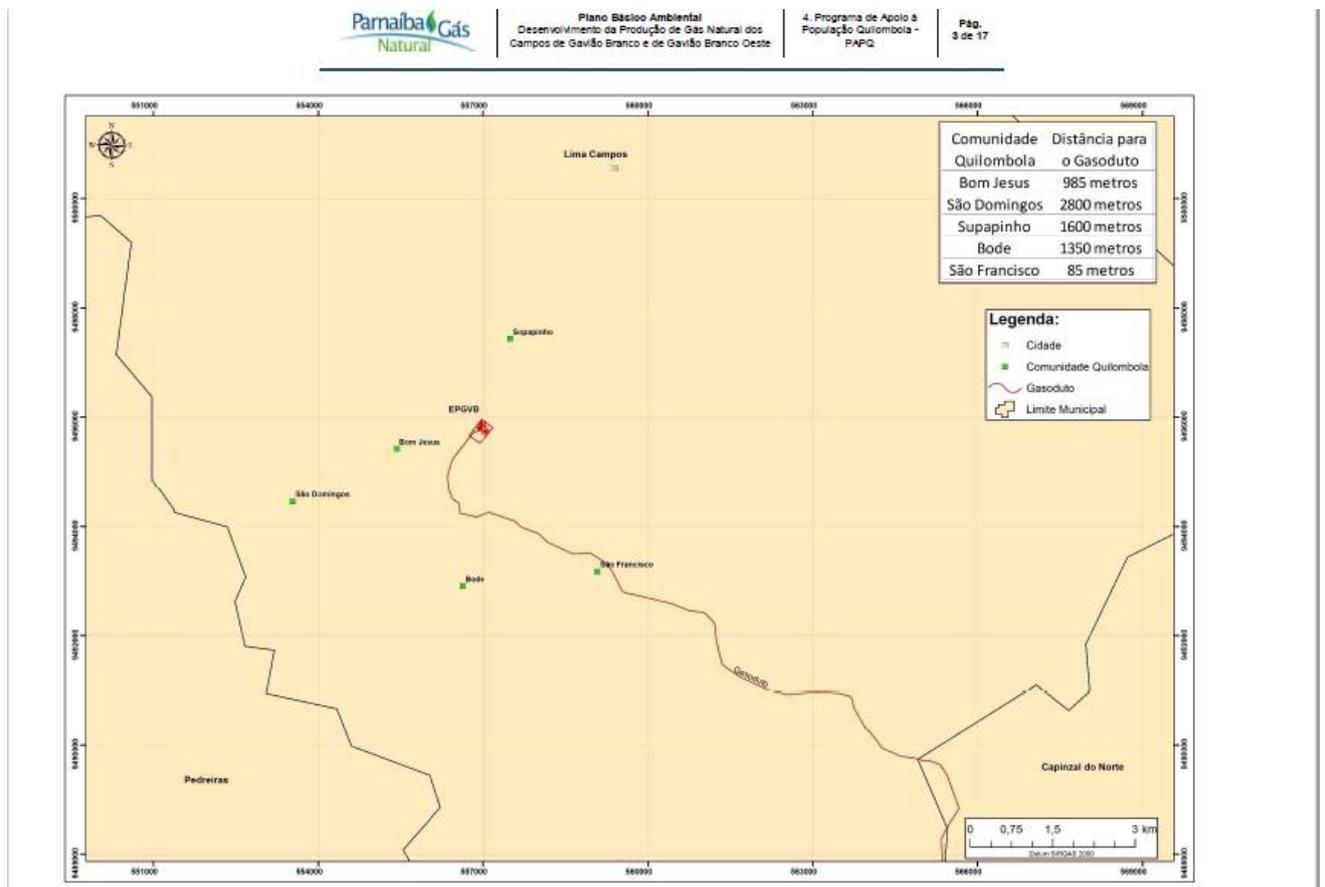
MAPA 2: Percepção de efeitos em recorte de "áreas de influência" do território quilombola Bom Jesus.

Percepção de efeitos em "áreas de influência" no território quilombola Bom Jesus



Fonte: Idealização e elaboração pela autora com base em dados fornecidos em campo (2016).

MAPA 3:Localização das comunidades em relação ao gasoduto, Parnaíba Gás Natural, 2015.



Fonte: Programa de Apoio a População Quilombola, Março 2015. (Imagem “printada”).

Como pode ser identificado no (Mapa 2), em virtude do alcance dos efeitos e do modo como eles repercutiram negativamente na área, há na comunidade Bom Jesus dos Pretos, uma crítica entre o que está, e principalmente o que não está sendo considerado pela empresa como “área de influência”, devido aos danos iniciais que já ocorreram.

Esta ultima seria então definida, enquanto a área onde são esperados os efeitos decorrentes da “instalação” e “operação” de empreendimentos com uma “potencial capacidade de modificação socioambiental”, como neste caso.

Sabe-se que além desta definição aqui debatida, existem também os limites que são colocados como “segurança” dos patrimônios privados da empresa, como maquinários, “tubulações” assim como a base de exploração do gás, ambos dialogando com os critérios definidos para a instalação do gasoduto, tal como exposto no RIMA. Sua menção também é importante, pois ela é responsável pelas restrições feitas dentro da comunidade, devido à “passagem do traçado”.

Ademais, conforme definido em uma nota técnica pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão-CCR /MPF (2007) apud Phillipi Jr. e Maglio (2004):

(...) verifica-se que a importância da correta definição dessas áreas se faz sentir desde a elaboração dos diagnósticos ambientais até a fase de aplicação dos programas de monitoramento, mitigação e compensação. Via de regra, áreas de influência subdimensionadas acarretam lacunas na descrição de determinados componentes socioambientais, causando prejuízos ao processo de avaliação dos impactos e à proposição de medidas de controle dos mesmos. (NOTA TÉCNICA N.º 39/2007– 4ª CCR/MPF, 2007 p.4 apud Phillipi Jr. e Maglio 2004).

Essa delimitação é estabelecida por meio de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental, que são elaborados por entidades de consultoria ambiental, contratados pelas empresas que detêm a operacionalização das obras, pois a estes cabe a obrigatoriedade de emitir “pareceres técnicos”, visando à concessão de “licença ambiental” para operarem. Além disso, concordo com Bronz (2016) ao mencionar que:

A definição das áreas de influência implica uma delimitação do espaço a partir de uma lógica de ordenamento dos empreendimentos industriais. (...) Sua delimitação é mais uma das estratégias de gestão dos empreendimentos, na medida em que implica o direcionamento de recursos, tanto para a execução dos estudos, quanto após a concessão das licenças, para o desenvolvimento de projetos sociais e ambientais, de mitigação e compensação. Os limites das áreas de influência são também os limites de ação da empresa sobre os territórios- os limites até onde exercem sua territorialização. (Bronz, 2016, p55)

Conforme é indicado no Programa de Apoio a Comunidade Quilombola- PAPQ/ PGN (2015) os relatórios de Impacto Ambiental e o Estudo de impacto Ambiental do gasoduto Gavião Branco foram elaborados pela empresa PIR2 Consultoria Ambiental Ltda, e ainda, segundo essa documentação, a “área de influencia” do Gasoduto foi definida de acordo com a distância do “Buffer⁵³” em relação ao “traçado do duto” e a Estação de produção- EPGVB, esta última com fase de construção concluída em 2016.

⁵³ Segundo o Programa de Apoio a População Quilombola/Empresa Parnaíba Gás, (2015, p.2)- Adaptado, Buffer ou raio é a distância definida pela empresa entorno de cada agrupamento de poço.

Os critérios utilizados para a definição da Área de Influência Direta foram os seguintes:- Raio (buffer) de 1km no entorno de cada Cluster e da EPGVB (Estação de Produção Gavião Branco); - Área de 500 m (buffer) no entorno da área dos traçados dos gasodutos (500 m para cada lado, gerando uma largura total de 1.000m). (PAPQ/PGN, 2015, p2).

Outra definição que aponta os critérios de escolha das “Áreas de Influência” foi apresentada pela “Ata de Reunião Pública para a elaboração do Plano Básico Ambiental”, nesta é exposto o seguinte: “Dando continuidade a AID que são 500 metros para cada lado e 1km no entorno de cada cluster e da EPGVB; AII 3 km dos cluster e da EPGVB; 2,5 km do entorno do gasoduto que abrange os 4 municípios.” (PAPQ/PGN, 2015 p5).

Na contramão do dimensionamento dos efeitos definidos por essa metrificacão exposta acima, cumpre salientar que nessa distância classificada como “área diretamente afetada- ADA”, inclui-se também a comunidade Bom Jesus dos Pretos. Ela está localizada próxima, isto é, a 985 metros dessa área de “traçado” de 1.000 m, assim como também existem comunidades nas “Áreas de Influência Indireta- AID”, embora seja levado em consideração para a definição das “áreas de afetação” apenas o critério físico.

No que se refere a essa definição de área geograficamente afetada direta e indiretamente, cabe mencionar, o aparecimento de outros efeitos, resultantes de estudos mal elaborados, de falhas técnicas, operacionais, bem como da aplicação mal executada de testes. Vale ressaltar ainda, que esses efeitos foram tecnicamente previstos relatórios de Impacto Ambiental, bem como no Plano Básico Ambiental.

Embora o nível de risco associado às instalações do campo Gavião Branco tenha sido considerado “tolerável pela análise e gerenciamento de riscos” (RIMA/PGN, 2014) a comunidade possui uma consciência de risco que leva em consideração os efeitos que já ocorreram, pois se associa não apenas o risco materializado/físico, mas aqueles relacionados ao comprometimento da saúde desses agentes sociais, ligados a uma visão impressionista que se tem a casos de impactos associados à presença de gasodutos próximos a lugares antropizados.

Assim, como é posto na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão-CCR /MPF (2007) apud Phillipi Jr. e Maglio (2004), convém entender que independente de haver um elemento intermediário na relação causa-efeito dos danos ambientais, a sua significância, também deve levar em consideração o modo como este é percebido, pois:

Muitos dos mais prejudiciais impactos ambientais podem não resultar de ações diretas de projetos, mas da combinação de efeitos de um só projeto ou de efeitos menores gerados por diversos, que ao longo do tempo podem causar um impacto indireto significativo (...). Os impactos indiretos podem representar riscos iguais ou maiores que os diretos de um projeto (NOTA TÉCNICA N.º 39/2007– 4ª CCR/MPF, 2007 p.29 apud Phillipi Jr. e Maglio 2004).

De modo que, independente de uma hierarquia elencada nos EIA, o alcance desses efeitos apresentam graus de intervenção que podem ser agravados ao longo do tempo, assim como essa importância dada à fragmentação pode ser equacionada conforme os mesmos se apresentem. O que diferencia nestes processos é o detalhamento dado a determinadas especificidades que a “área de influência” não pode ser imposta como um dado não questionável: “A “AID” tem sido vista como merecedora de maior detalhamento, tanto na avaliação dos impactos quanto no estabelecimento de medidas mitigadoras e de compensação”. (NOTA TÉCNICA N.º 39/2007– 4ª CCR/MPF, 2007 p.29 apud Phillipi Jr. e Maglio 2004).

Todavia, por tratar-se de uma área geograficamente extensa, com obras ainda em andamento, esse detalhe de apontar as lacunas presentes na descrição das definições do que é considerada **influência** seja de fato necessária. Razão pela qual, por exemplo, é categorizado pela empresa o termo “Bom Jesus”, fazendo-se referência a todo o território, compreendendo, pelo menos ao que eu interpreto, as ações de um modo homogêneo, embora individualize as classificações do que para ela (a empresa) é visto como “direto e indireto”, bem como “potencial e real”.

Um dos principais agravantes dessa relação de instalação da empresa na área é centrada no fato de que inicialmente não houve uma comunicação a respeito do *desenvolvimento* das atividades de pesquisa, “operação” e construção de um gasoduto, nem mesmo à na área que compete a comunidade Bom Jesus dos Pretos, incluída na “ADD”. O que a meu ver contradiz todo o processo dito pela empresa de “comunicação de massa” presente no processo de elaboração do Relatório de Impacto Ambiental, assegurado por lei, por se tratar de uma atividade, como mencionei, que implica grandes modificações ambientais e sociais.

Pois, conforme mencionado pelos quilombolas de Bom Jesus a empresa diversas vezes é que foi procurada por representantes da comunidade e por articuladores de movimentos sociais também pertencentes à mesma, com a finalidade de esclarecimentos dos efeitos que já estavam acontecendo. Assim, há de se notar, que embora o território Bom Jesus possua uma quantidade de hectares significava, praticamente toda sua extensão apresentou

algum tipo de intervenção, é claro, considerando-se suas intensidades em cada local, que varia conforme a proximidade de cada “Cluster”.

Entretanto, destas comunidades apenas duas são consideradas dentro da “Área de Influência Direta” do Gasoduto, são elas: Bom Jesus dos Pretos e São Francisco, conforme é apontado no Relatório de Impacto Ambiental da Empresa:

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elaborado para fins de licenciamento ambiental da Atividade de Desenvolvimento da Produção de Gás Natural dos Campos de Gavião Branco e de Gavião Branco Oeste, Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão, duas das seis comunidades quilombolas integrantes do Território Bom Jesus dos Pretos, no município de Lima Campos, encontram-se localizadas na Área de Influência Direta do empreendimento. (RIMA/PGN, 2014, p.2).

No entanto, os danos iniciais percebidos pelos quilombolas de Bom Jesus, incluídos na “área de influência direta”, assim como foi o caso dos quilombolas da Comunidade Supapinho situados na “área de influência indireta”, não ocorreram da forma que foram listados nos relatórios da empresa, ademais era reforçado pela empresa, a imagem de que as atividades de instalação do gasoduto não trariam danos aos mesmos.

O que contrapõe o discurso da própria empresa, no que se refere à ausência de danos, como é mencionado pelo senhor Renê:

Eles colocaram que não ia ter dano, que eles “tavam” trabalhando com muito cuidado, porque na realidade a firma não vai dizer, isso é que a gente que mora aqui e que vê e que participou olhando como era feito né?, porque uma área que eles tão trabalhando é uma área isolada mas quando chega o período chuvoso né? é claro que tudo vai desaguar pra lá e é claro que eles não vão ter tempo de “ta” trabalhando, eles abrem o poço inverno e verão. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar em 12 de Abril de 2016).

Ainda sobre essa situação o senhor Léles completa, referindo-se ao período em que foram iniciadas as reuniões nas associações de moradores das comunidades e no Sindicato dos trabalhadores Rurais de Lima Campos, para a realização dos primeiros contatos da empresa com os agentes sociais das áreas afetadas:

E eles começaram a se preocupar, dizer que não iam causar impacto, que não tinha nada. E eu me lembro que eu me coloquei assim, eu digo: ‘rapaz, eu entendo assim, que só essa zuada que eles tem que aguentar e suportar aqui já é um grande impacto’, porque de lá daquele poço (Bom Jesus), pra cá (Supapinho) dá uns 4 km, e aqui tinha noite que a gente sentia que a casa abalava e eles dizem que não, que não tinha nada. Mas você tinham que ter avisado antes, teve casa que rachou, né? (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade em 05 de junho de 2015).

Mesmo assim, algumas falhas de operação ocorreram de forma posterior a essa fala sobre a ausência de danos e sobre isto destaco que eles inicialmente estavam ligados a falhas de operação e posteriormente a efeitos da fase de construção do gasoduto propriamente, cumprindo tabela do que poderia ser classificado como efeitos esperados para uma “área de influência”.

Os mesmos foram mencionados no relatório de Impacto Ambiental e colocados enquanto “**efeitos temporários**” com reestabelecimento esperado após o término das instalações, entretanto, há uma contraposição aparente entre o que foi listado como “efeitos potenciais e reais” e os efeitos apresentados. Pois como podem ser observado na tabela 1, alguns destes correspondem a efeitos que poderiam ter sido controlados pela empresa, caso houvesse medidas mitigadoras imediatas que solucionassem as falhas de execução do empreendimento.

Tabela 1: Efeitos mal previstos e suas dimensões nas áreas geograficamente afetadas direta e indiretamente. (2011-2016).

EFEITOS MAL PREVISTOS E SUAS DIMENSÕES NAS ÁREAS GEOGRAFICAMENTE AFETADAS.	
Efeitos intensos e de grande impacto social.	ADD E AII: Efeitos sonoros e de sofrimento devido a explosões, clarões, barulhos e sensação de trepidação dentro das residências decorrente do início das atividades de instalação em ambas as classificações; Presença de pessoas estranhas à comunidade, circulando em quintais e terrenos; Aumento da temperatura/ sensação de pavor pelo desconhecimento das primeiras atividades da empresa. ADD: Limitação das áreas de plantio.
Má execução técnica de maquinários e operação.	ADD: Derramamento de fluido dos poços em vias; Entupimento de igarapés por deposição de barro e palmeira e seu curso; Rachaduras nas casas ocasionadas pela pressão do tráfego dos veículos e aliado a isto trânsito constante de veículos em alta velocidade na área antropizada da comunidade;

Fonte: Idealização e elaboração da autora com base em dados obtidos em campo (2016).

Longe disto significar um descontrole dos danos por parte da empresa, uma vez eles estavam de certo modo previstos, eles permitem nortear uma reflexão que problematiza o alcance dos efeitos do gasoduto no “raio” colocado como referencia para a definição de “área de influência” apresentado pelos materiais da empresa Parnaíba Gás Natural. E acaba contrastando mais uma vez o discurso apresentado de que: “Os impactos de maior relevância,

tanto durante a instalação, como durante a operação, serão de natureza positiva, e relacionados ao meio socioeconômico” (RIMA/PGN, 2014, p41).

Deste modo, acredito que o argumento de que os efeitos são temporários não se sustenta, pois o que pode ser considerado “temporário” pode variar ao longo da vida útil do gasoduto, estimada em cerca de 50 anos, assim como também há a possibilidade de ocorrerem outros efeitos durante este período, pois além do traçado dos dutos, também está situado junto ao Cluster Lima Campos a Estação de Produção de Gavião Branco (EPGVB), que permanecerá no local mesmo após sua desativação.

Ademais, o aparecimento dos primeiros efeitos acabou implicando em um sentimento de alerta constante nas comunidades com relação ao possível aparecimento de irregularidades que possam acontecer, esta situação por si só, já pode ser considerada como um efeito permanente, pois os quilombolas das “áreas de influência” passam a ter medo da proximidade do gasoduto, como é colocado por Dona Maria José em uma conversa que ela teve com os técnicos da empresa no período de instalação do gasoduto:

Porque hoje vocês estão aqui dizendo que não tem risco, que não precisa se preocupar, mas minha preocupação não é hoje, minha preocupação é daqui a 20, 30 anos, porque hoje “tá” do jeito que “tá”, à 30, 40 anos, isso aqui eram mata virgem, e hoje “tá” do jeito que “tá” por conta de agrotóxico desenfreado, por conta de produtos químicos que estão sendo colocados na terra que mata as pessoas. E daqui a 30 anos, 20 anos? Hoje vocês estão aqui, se acontecer alguma coisa a gente vai atrás, e daqui a 30 anos, 20 anos a gente vai reclamar pra quem? (Entrevista realizada com o senhora Maria José Palhano (Dona Maria José) em 24 de Janeiro de 2015).

Mesmo sentimento expresso, por Seu Leles, quilombola da Comunidade Supapinho, incluída na “Área de Influência Indireta”:

Eu acho que aqui nos tivemos um grande impacto, a eles dizem assim que o Supapinho “ta” fora da área de influencia direta, a quem a gente vai recorrer, pra onde nos vamos? Porque a empresa não tem nada haver com a gente, que estamos fora da área de influencia direta, o que acontecer aqui eles não tem nada a haver porque só pode mil metros, é o Bom Jesus que ficou na área de influencia direta, o Bom Jesus e o São Francisco”. (VER MAPA 01). (Entrevista realizada com o senhor José Lelés de Andrade (Seu Léles) em 12 de Abril de 2016).

Ainda em sua fala o senhor Léles completa:

A gente fica preocupado porque vê um monte de coisa que acontece ai pra fora. Eu não me conformo ele dizer que ele disse que o gás é como um espuma e quando eles começam a explorar ela vai vindo, vai saindo o gás, vai saindo ali e a agua vem ocupando a terra, vem ocupando, a terra não fica solta porque essa era a preocupação da gente tirar o gás como é que fica, muita gente diz pra gente dos terremotos, esse negocio de vulcão essas coisas essas questões do petróleo que saia e ficava solta ficava funda, um monte de historia. Então eles dizem isso que o gás vai saindo e acompanhando o gás e quando termina o gas a terra não fica solta porque a agua toma conta , e o gas e a agua não se mistura, pode ser que seja né? e eu vejo assim, eu me preocupo é com o futuro como é que vai ficar pra essa nova geração que “ta” chegando agora, daqui a 20 30 anos quando acabar esse projeto”. (Entrevista realizada com o senhor José Lélés de Andrade (Seu Lélés) em 12 de Abril de 2016).

Esse sentimento de medo é carregado por diversas motivações que acabam impulsionando as formas de mobilização nas comunidades inseridas nas proximidades do “traçado” do gasoduto, como é o caso de Bom Jesus dos Pretos situada na área de “Influencia Direta”, com relação às compensações, assim como de outro modo, em Supapinho, com relação à busca do reconhecimento dos “impactos” percebidos, visando também alguma forma de ressarcimento com relação aos danos causados.

Com relação a esta ultima comunidade, há de se notar que os efeitos citados não estão relacionados à presença dos “dutos”, mas ao período de pesquisas e instalação, embora se façam presentes nessa área alguns “poços” com produtividade não informada. Os efeitos seriam, portanto correlacionados a ausência inicial de informação a respeito das atividades que estavam sendo realizada na comunidade e em áreas próximas a esta, ao barulho e grandes trepidações que se faziam perceber através de utensílios domésticos que tremiam dentro das casas.

De outro modo é argumentado pela comunidade a seguinte questão.

Nós mesmo aqui do Supapinho não fomos atingidos diretamente porque ele tão dizendo aqui é muito perto dali da sonda pra cá, eles dizem que nos “tamo” dentro da área de influencia indireta e foi uma coisa que eu discuti muito lá, eu disse não acredito não, porque tem um companheiro meu bem ali que mora depois da ponte que do poço la da acasa dele, ele disse que é 800 metros e ele disse que de 1000 metros pra frente não é longe da área de influencia direta. (Entrevista realizada com o senhor José Lélés de Andrade (Seu Lélés) em 05 de junho de 2015).

É interessante pontuar, que as narrativas apresentadas sobre esse debate da delimitação das “áreas de influência”, também fazem perceber o modo como são fundamentadas as formas de relacionamento dos quilombolas das comunidades afetadas pelo empreendimento, o que acaba transparecendo nas formas de organização conjunta e nos modos de mobilização intercomunidade, em prol do interesse coletivo dos agentes sociais do

território, diante, neste caso, dos efeitos já percebidos com o desdobramento das pesquisas e obras do gasoduto.

Pois alicerçado a esse “distanciamento” entre relatórios e evidentes efeitos, existe um discurso que tendencia tratar a instalação da empresa apenas pela via do “desenvolvimento”, desfocando argumentações que apontam o sentido inverso onde os prejuízos socioambientais passam a aparecer, o que acaba exortando as comunidades a buscarem esse direito de fala e mobilização.

Quando você puxa uma reunião só se trata de desenvolvimento, porque é essa a ideia que eles querem passar de desenvolvimento chegando, só tem pró, não tem contra, e eu acho uma tremenda de uma sacanagem as pessoas não te dizer o que vai acontecer com a tua casa, independentemente de qualquer coisa, tu mora lá. Ai depois saiu o rima a gente recebe esse relatório e a gente vai ver a gente não consegue descobrir quando foi feita essa pesquisa, ai lá eles tiram, uma foto, excluindo as casas, lá no relatório ele tem lá, esse relatório é o da empresa (...) eles tiram a foto da bifurcação pra cima, aí naquela foto, não tem nenhuma casa, como se fosse uma área que só tem pasto, isso são coisas que acabam não dando certo, porque eles apresentam uma coisa que não é realidade, ai quando tu vai ver “ta” tudo errado, por que quando acontece essa historia de rachar casa, de acabar com a estrada, porque quando eles começaram a estrada não era lá grande coisa, tudo bem, ai depois do período de confusão que eu tive com eles, eles colocaram piçarra, só que agora já acabou com a estrada. (Entrevista realizada com a senhora Maria José Palhano, em 24 de Janeiro de 2015).

Acrescido a isso, como pode ser notada na fala de Dona Maria José, exposta acima, além das questões legais que envolvem considerar a delimitação de áreas e a repercussão dos efeitos de grandes empresas, existem ações que impactam de modo negativo a presença das comunidades. Pois como visto, existem irregularidades que passam por despercebidas em um processo de “Avaliação de Impacto”, uma vez que os próprios relatórios que são aprovados pelos órgãos de representação ambiental apresentam erros, como é o caso de se ocultar a proximidade de residências junto ao poço.

O que leva a crer, conforme apontado por Ranciere (1996), que haja nesses casos, um desentendimento que perpassa o sentido de desenvolvimentismo por meio da instalação de empresas. Pois, é sabido que a instalação de um grande projeto acarreta interesses que se sobrepõe a uma visão restrita aos locais atingidos, como é apontado por Pereira, (2007, p61) “O poder político que as grandes empresas possuem na atualidade, influenciam a regulação do território e condicionam a formação da base material -a tecnosfera – em função de seus interesses”.

3.2 Dos efeitos já percebidos.

Logo de início gostaria de frisar neste texto que os efeitos relatados no estudo em questão se referem ao que foi percebido inicialmente pelos quilombolas do território Bom Jesus. Esses dados foram obtidos em períodos distintos da pesquisa em campo e ajudam a construir uma análise do que se percebe ou já se percebeu diante de construção do gasoduto Gavião Branco pela empresa Parnaíba Gás Natural-PGN entre os anos de 2010 a 2016.

Pois particularmente neste caso, ao trabalhar uma comunidade que nomeia também um território, acredito que os efeitos não ocorrem de modo isolado uma vez que se possui algum tipo de inter-relação, haja vista que existem articulações entre estas no território por vias de luta, em favor de direitos sociais do grupo, que remetem desde o seu período de fundação a partir da doação de terras da antiga fazenda, até discussões atuais que envolvem considerar transformações impulsionadas por interferências de terceiros no território.

Vejo também que talvez seja válido mencionar as dificuldades de se trabalhar em uma área de conflito, sobretudo quando os quilombolas não se sentem a vontade para intervir nem mesmo junto à empresa, pois os agentes sociais se sentem assustados, amedrontados e de certa maneira se fecham para a pesquisa até que sejam estabelecidas relações e confiança, entre pesquisador e grupo, e quão difícil são construí-las!

Assim, conforme observado em campo, à primeira situação que a comunidade relata como efeito, ocorreu em 2011, período que houve um acidente por parte da empresa OGX, durante o transporte de um material que estava sendo retirado das perfurações situadas no entorno da comunidade e que estava sendo levado para uma unidade de tratamento no Rio Grande do Norte. Ainda segundo relatos, esse material com aparência de lama, seria na verdade os rejeitos retirados das perfurações e foi derramado acidentalmente em grande quantidade na via vicinal que dá acesso a Bom Jesus. O Senhor Renê, em uma conversa que tivemos, conta com detalhes sobre o acidente:

Determinado dia quando eles (a empresa) já tavam com um fluxo muito grande de carro aqui, e eles já tavam com a sonda já tava instalado já com toda a estrutura no local e eles tavam carregando os rejeitos com uma sonda igual quando ta cavando um poço artesiano. Essa sonda/lama, eles tiravam pra fora, eles tavam levando, (segundo informações que tivemos na época para o rio grande do norte) nessa época, era a OGX com a sonda da Queiroz Galvão que tava cavando o primeiro poço aqui dentro da comunidade, e aí um dia eu tomei a iniciativa de procurar uma pessoa da empresa, porque houve um derramamento de lama muito grande aqui dentro da comunidade e nós não sabíamos a trajetória daquele derramamento de lama se essa lama contaminava porque eles tavam trabalhando com muito produto químico pra fazer esse trabalho de cavar o poço com a sonda. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (seu Renê), em 12 de Abril de 2016).

Ainda durante essa conversa, o senhor Renê mencionou, que vendo o ocorrido ele teria se direcionado para conversar com alguma pessoa responsável pela obra, e tomando conhecimento do acontecido, um engenheiro responsável, teria mandado lavar um percurso de aproximadamente um quilômetro, percurso este que compreenderia a área da “perfuração” até a saída que interliga a via vicinal à rodovia. Além da comunidade, este rejeito, também de modo acidental teria sido derramado em um sítio e na área urbana de Lima Campos.

A senhora Maria José, enquanto representante de uma entidade (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão- Aconeruq) me relata que havia sido procurada por alguns agentes sociais de Bom Jesus e que em conversas que tiveram, mencionaram algumas particularidades que aconteceram em ocasião do derramamento desse material. Os relatos a ela feitos explicitavam a respeito desse material, principalmente com relação a suas características (de cheiro muito forte) e aos acidentes que ocorreram em virtude da disposição desse material em uma via de trânsito constante, visto que algumas pessoas não apenas da comunidade e nesta última, teriam caído ao passar pelo produto, alguns destes teriam escorregado em motocicletas e bicicletas, e ao estabelecerem contato com esse rejeito, lhes teriam ocasionado coceira.

Esse derramamento, relatado acima pela Senhora Maria José, foi narrado em diversos momentos da pesquisa pelos quilombolas entrevistados, como os senhores Antônio Francisco e Antônia, e fazem referência ao início das instalações do gasoduto. Acrescido as informações expostas por esta primeira, eles (Antônio Francisco e Antônia) acrescentam ainda, que com relação a essa questão do rejeito, o material não teria sido lavado, conforme acabei de expor, e sim, coberto por terra.

Embora os homens do petróleo como eram conhecidos, afirmarem na época que não havia motivos para preocupação, porque o produto não apresentava nenhum risco, chamo a atenção para uma informação que me despertou curiosidade durante uma entrevista que fiz com o Senhor Leles, onde o mesmo comentou que esse material teria provocado **a morte da vegetação** presente nos locais onde houve o contato com os rejeitos, o que contraria a afirmação dos engenheiros e técnicos de que não havia composição química nesse material.

Em razão do acontecido foram acionadas entidades com as quais os quilombolas se articulam como foi o caso da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão- Aconeruq, onde uma das representantes é também quilombola da comunidade. Apenas nessa reunião, como afirmou o senhor Renê, é que a comunidade ficou sabendo

informações de como funcionavam os procedimentos de “perfuração de poços” para extração de gás natural por parte da empresa na região.

Nesse mesmo período, também foi relatado outra situação resultante das “perfurações” durante a estação chuvosa da região em que um roçado que ficava próximo a um poço teria sido estragado⁵⁴ em virtude da água que escoava do poço para o terreno. Nesta ocasião conforme é contado pela senhora Maria José ocorreu o seguinte: “A água que vinha de lá do poço descia por dentro da roça, e aí estragou a roça, queimou o milho, o arroz puxava vinha com pé e tudo, foi estragando por onde a água foi passando”.

Conforme também é pontuado pelo Senhor Renê:

Quando a ogx tava aqui ela cavou um poço artesiano bem aqui e essa aqui era de um proprietário, aqui era de onde tava o poço, que eles tiravam as fotos e não mostravam as casas, as casas são aquelas ali no cruzamento, entoa o primeiro poço foi cavado aqui o poço de gás, o primeiro poço aqui de lima campos foi esse que deu toda a confusão e nos ainda brigamos pra essa agua ir pra li, nos ainda fomos no ministério publico, porque o poço era vazando agua 24 horas e enchia isso aqui tudo, porque eles abriram o poço e deixaram tudo ai, o poço de agua, eles abriram o poço pra poder atender as necessidades deles trabalhar aqui, as sondas ne, mais isso aqui ainda continua alugado pro dono do terreno. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (seu Renê), em 12 de Abril de 2016).

Segundo é narrado na comunidade, o engenheiro responsável, foi questionado sobre o ocorrido, por entidades como a ACONERUQ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, e assim como no caso anterior da lama, afirmou: que não, que não era isso, e que a água que supostamente teria ocasionado a morte do roçado não apresentava compostos químicos. E em contrapartida, argumentou que a morte do plantio devia-se a grande quantidade de água que se precipitava de um terreno acima, mas fazendo-se referencia a elevação pluviométrica. Argumento este, que não foi aceito pelos agentes sociais da comunidade, pois como foi afirmado pelo senhor José Léles de Andrade (Senhor Léles)⁵⁵: “eles (a empresa) não tiveram aquele cuidado e de lá pra cá eu não sei se a gente ta enganado por que a gente nunca tinha visto nunca tinha acontecido”.

Outro efeito que foi responsável por uma situação de pavor na comunidade devido ao impacto gerado, se refere a uma explosão que ocorreu em uma “perfuração” que fica a aproximadamente a mil metros da comunidade, situando-se em um terreno de propriedade privada de um fazendeiro da região, que está locada para a empresa Parnaíba Gás Natural,

⁵⁴ Termo usado pelos quilombolas para definir os prejuízos causados na plantação de arroz.

⁵⁵ Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Senhor Léles) em 05 de julho de 2015.

essa “perfuração” da qual me refiro é identificada pelo nome técnico de “Cluster” e situa-se na mesma base de localização da Estação de Produção Gavião Branco - EPGVB.

Segundo os agentes sociais de Bom Jesus, não havia sido divulgada naquele período qualquer informação sobre testes, horários ou qualquer outra atividade que aconteceria. Assim, em virtude de ser algo inesperado, e totalmente incomum ao cotidiano da comunidade, várias foram às reações no momento que a mesma ocorreu, o impacto teria sido muito grande e algumas pessoas na ocasião saíram de suas casas assustadas com o barulho ocasionado. Ao tentar descrever a intensidade do que ocorreu o senhor Renê expõe:

A explosão foi um impacto muito grande, não como se fosse uma bomba, mas como se fosse uma banda do mundo que tivesse caindo, alguma coisa, uma **zuada muito grande**, uma explosão. Não ficou claro porque foi de dia, mas foi uma explosão, foi um choque muito grande que eles deram pro gás, porque quando escavou o poço o gás tava muito forte e tava subindo ate em cima. (Entrevista realizada com a senhor Renê de Oliveira Slazar (Senhor Renê) em 16 de Abril de 2016).

Da mesma maneira, também não houve emissão de qualquer notícia da empresa para com a comunidade sobre os testes do gás que seriam iniciados nesse mesmo “poço”, o que a comunidade retrata como queimada do poço. Na ocasião os efeitos foram intensos e se tornaram bastante incômodos principalmente devido ao grande número de crianças e idosos presentes da comunidade, que não tinham o menor conhecimento do que estava acontecendo naquele momento e ficaram bastante agitados, assustados com o clarão do fogo oriundo desta “perfuração”.

Como é colocado pela senhora Antônia: “Aquele fogão ali direto eles testando. A Jaíne minha filha se assustou muito, a Jaíne não dormia a noite com aquela zuadona, ela não dormia de jeito nenhum foi obrigado colocar ela encostada, pois ela temia aquela zuadona direto” (Entrevista realizada com a senhora Antônia em 13 de Abril de 2016).

Entretanto, embora esta situação não tenha sido divulgada naquele período, chamo a atenção para o fato de que ela **consta como hipótese** no Relatório de Impacto Ambiental no que cabe a “Risco de vazamentos de gás do duto e explosão” como foi nomeado no material, junto à menção sobre os “programas ambientais” que possam ser elaborados para “gerenciar os riscos”:

Foram levantadas hipóteses de pequenos e grandes vazamentos de gás bruto devido à ruptura da válvula, furo da linha de surgência dos clusters, furo da linha de topo do vaso até a tocha, ruptura da linha dez do manifold até a entrada do vaso, entre outros. Esses vazamentos podem ocasionar, por exemplo, bola de fogo, incêndio em nuvem, explosão em nuvem, entre outros. (RIMA/PNG, 2014, p 7)

Riscos estes, cujas causas não foram divulgadas na época da explosão, o que converge na existência de controvérsias de informações quanto ao que foi percebido em detrimento do parecer da empresa, após a “afetação na área”, se essa explosão teria sido ocasionada por vazamentos ou se fariam parte de algum teste das “torres de extração” durante a fase conhecida como queima. Pois o que se tem em vista, é que não houve uma comunicação anterior sobre as atividades realizadas próximas a locais antropizados.

Uma vez que os quilombolas teriam acordado à noite, com o barulho sem saber o que estava acontecendo e teriam percebido um clarão muito forte vindo da direção do “poço”, este clarão teria acontecido por volta das 2 da manhã. Alguns idosos assustados em virtude desta situação passaram mal. A Senhora Maria José, que chegou à comunidade em abril de 2012 (um dia após o que aconteceu) me contou que foi procurada por agentes sociais da comunidade, que haviam passado mal durante a noite. Ao me relatar sobre isto ela coloca que:

Teve um barulho grandão de madrugada, que as pessoas dizem que foi um estouro que teve que foi uma explosão, e eles (a empresa) negam de pé junto, que foi um teste que eles fizeram, mas nessa época teve um monte de gente que ficou muito ruim. Inclusive as pessoas mais velhas, por conta do susto que elas levaram, eu conversei com a tia Castorina, porque a imagem eu não tenho mais, e ela disse que pensou que o mundo estava se acabando, ela chorou ao me contar, ela disse que nunca tinha escutado uma coisa daquela. Tem também o seu Zé de Lurdes, que é um senhor que é cego, e ele me falou que ficou com muito medo, as pessoas todas ficaram com muito medo”. (Entrevista realizada com a senhora Maria José Palhano (Senhora Maria José) em 24 de janeiro de 2015).

A senhora Nonata, que é filha de dona Castorina, comenta a respeito disso que a consequência desse susto **se repercute mesmo três anos após a descoberta do Primeiro “poço”**, no sentido de ter sido algo que eles nunca tinham visto, e que por esse motivo repercutiu de modo negativo na saúde de quem vive na comunidade. Pois, eles passam a associar o modo como às atividades se desenvolveram ao aparecimento de doenças relacionadas a esse incômodo, que os deixaram nervosos em meio à presença da empresa, do mesmo modo que esse medo constante acabou se transformando em uma situação de **sofrimento**, principalmente para os agentes sociais mais idosos da comunidade.

A comunidade enquanto espaço cálido, seguro a maior parte do tempo, em que os agentes podem confiar no que ouvem, se abrigar do perigo, como é descrito por Bauman (2003), não cabe a essa especificidade, pois neste caso, a segurança não está mais na comunidade, passando do domínio coletivo ao individual ao ser ameaçada. Do mesmo modo, aqui não cabem também as categorias atribuídas ao sentido de comunidade pelo autor, uma vez que aquilo que traria segurança, neste caso, é aquilo que trás sofrimento.

Em contribuição da Senhora Nonata, a Senhora Maria José, quilombola de Bom Jesus dos Pretos, complementa: “Só o maquinário que eles instalam, faz barulho noite e dia, já começa o impacto por aí, pelo **barulho** que faz, eu não vi em momento algum como eles fizeram o teste, mas minha mãe disse que é igual o barulho de uma turbina de um avião”.

O que contrasta mais uma vez com as informações emitidas pelo Relatório de Impacto Ambiental elaborado pela empresa, uma vez que neste é colocadas informações sobre as “medições dos ruídos ambientes” feitas por técnicos durante a fase de pesquisa para a construção desse material. Nele ainda é exposto que essas “medições” foram realizadas: “11 pontos em locais diversos ao longo do gasoduto e nos povoados ao longo do traçado”, assim como também é colocado que:

A partir dos dados levantados, e considerando que as atividades de montagem e instalação dos dutos serão realizadas no período diurno, os níveis de critérios de avaliação (NCA) encontram-se dentro dos parâmetros estabelecidos pela NBR 10151/2000. (RIMA/PGN, 2014, p16).

Vale aqui frisar também, que como disse, essa “medição” foi realizada durante a construção do RIMA/EIA, o que leva a interpretar, que elas não fazem referência a uma propagação desses efeitos sonoros após o início das atividades da empresa. De outro modo, cabe aqui avaliar, que acrescido a esses “ruídos” existe como citei anteriormente, um medo constante que acaba se transformando em sofrimento.

Ainda com relação ao dia da explosão, é notório mencionar que o fogo da torre em teste, teria sido muito alto, e sua percepção se estendeu também a outras comunidades que integram o território. Como foi o caso da comunidade Supapinho que fica a aproximadamente 2 quilômetros da comunidade Bom Jesus e a 1600 metros do “poço”. (mapa 02).

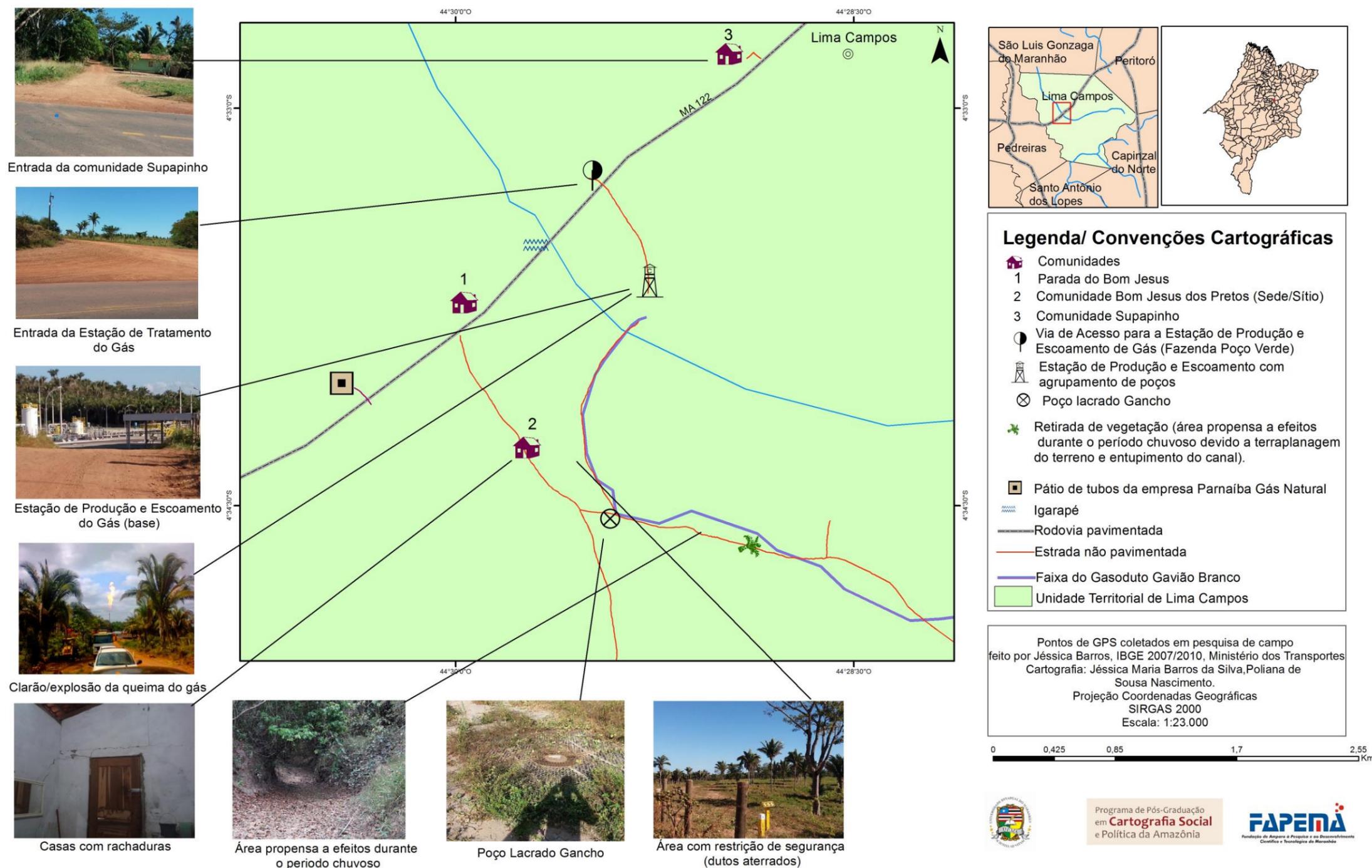
No mapa que exponho abaixo, é possível identificar essa distância entre as comunidades e as perfurações, ilustrando através das fotografias os pontos de “percepção dos efeitos” que foram sentidos nas comunidades do território Bom Jesus, recortadas pela passagem do “traçado” do gasoduto. Cabe situar, que todos esses pontos representados no mapa, foram marcados com o auxílio de um agente social⁵⁶ de Bom Jesus dos Pretos, e cumprem retratar além dos **efeitos iniciais**, uma demonstração da proporção da “área afetada” com as instalações, incluindo-se nessa perspectiva, não apenas a “base” de instalação da

⁵⁶ Por uma questão ética optei por não nomeá-lo (a). Esta opção tem em vista não expor e/ou comprometer o agente social, visto que neste período da pesquisa estavam sendo realizadas atividades de compensação ambiental na comunidade Bom Jesus dos Pretos.

Estação de Produção EPGVB, mas a área utilizada pela empresa onde se encontram as comunidades.

MAPA 4: Percepção dos efeitos socioambientais (recorte) na comunidade Bom Jesus dos pretos, 2016..

Mapa de efeitos socioambientais (recorte) na comunidade Bom Jesus dos Pretos.



Fonte: Idealização e elaboração da autora com base em dados fornecidos em campo (2016).

Ainda com relação ao mapa, é possível observar a propagação dos efeitos dos “poços” no território tendo em vista a distancia das “perfurações” com relação às comunidades, e de como as atividades de pesquisa da empresa de um modo geral foram intensas, visto que foram percebidas em escalas diferentes, com fatores iguais, como foi o caso do clarão, dos barulhos e tremores oriundos desse mesmo “poço” que estava em teste. Efeitos estes, de grande intensidade, pois o impacto de luz não esteve associado apenas ao barulho, mas também a luminosidade aqui descrita pelo clarão, amplificando, portanto a sensação de medo e insegurança vivenciada pelos agentes sociais desta situação pesquisada.

Segundo o Senhor Léles, à noite os agentes sociais da comunidade não conseguiam dormir em virtude do incomodo, e assim como em Bom Jesus dos Pretos, os idosos também se assustaram, em suas palavras o Senhor Léles expõe:

Não morreram por um milagre... As tochas, o fogo, eram tão grandes né? e que aqui parecia assim que era um helicóptero que ia passando aqui, aí que a gente foi perceber que era lá no poço essa zuada, a gente pensou assim que era o poço que tinha explodido mesmo, que aí se acabou tudo né. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Senhor Léles) em 16 de Abril de 2016).

Devido a esse susto alguns destes idosos precisaram ser encaminhados por familiares para hospitais do município de Lima Campos. Na ocasião, os quilombolas de Supapinho também não tinham conhecimento do que estaria acontecendo e só depois foram informados que isto se devia a um “teste dos poços” e que segundo a empresa era um procedimento necessário.

A fotografia abaixo, retirada de uma matéria sobre a “descoberta” do Gás em Bom Jesus divulgada um blog local, é possível identificar a direita a “torre de extração” de Gás Natural da qual a comunidade relata ter percebido a explosão. Cabe notar que não há uma precisão se este registro corresponde ao mesmo dia em que a comunidade percebeu o clarão, entretanto elas fazem referência à proporção de efeitos que foram percebidos ao passo que foi aceso o queimador⁵⁷ como é colocado na matéria associada à fotografia. Esta fotografia (figura 11) foi registrada à noite no terreno do senhor Hugo Teixeira (o qual está locado para a empresa Parnaíba Gás Natural), na época o “campo,” como mencionado na matéria as chamas ultrapassavam uma altura de 15 metros devido à pressão e ao grande fluxo de gás emitido através do queimador.

⁵⁷ O termo queimador foi empregado pela imprensa local para designar a extremidade da torre de gás que estava em teste no momento do registro fotográfico. Este termo também foi utilizado pelos agentes sociais de Bom Jesus dos Pretos durante as entrevistas para nomear a mesma estrutura.

Figura 11-Teste de formação, e queima do acendedor no terreno locado próximo 985 metros da comunidade Bom Jesus dos Pretos.



Fonte: Blog Pedras Verdes. Disponível em: <http://pedrasverdes.blogspot.com.br/> Acesso em 17/08/2016.

Em uma segunda figura, disposta na lateral esquerda do mapa 04 onde também delimitada também sua localização e proximidade junto a Bom Jesus dos Pretos (Vide pagina p.99), é registrada a imagem do mesmo poço da figura acima no período diurno, nesta é possível perceber de modo mais evidente a propagação da chama emitida da “torre” em “teste”. Nessa matéria, ainda foi colocado um detalhe que me despertou atenção, pois assim como mencionado pelos quilombolas de Bom Jesus dos Pretos, também foram feitas observações pela reportagem da elevada temperatura em todo o local, sendo utilizado o termo **quase insuportável** para classifica-la mesmo estando a uma distância considerada da estrutura montada pela empresa.

Essa chama ocasionada pelo “teste” teria permanecido em queima durante 3 dias, e os quilombolas tanto de Bom Jesus que está situada na “área de influencia direta”, como os quilombolas de Supapinho situada na “área de influencia indireta”, passaram uma tarde e uma noite, convivendo inseguras com o impacto da luminosidade do clarão e barulho, sem ter informações acerca do que se tratava aquilo.

O local da perfuração fica próximo a ambas as comunidades, e foram percebidas no que se refere aos “testes do gás”, com uma mesma intensidade. A sonda como a comunidade chama a “torre de extração de gás”, fica a uma distancia aproximada das duas comunidades, como dito, a 985 metros de Bom Jesus e a 1600 metros⁵⁸ de Supapinho. Conforme situa o senhor Leles, quilombola e residente da comunidade de Supapinho.

⁵⁸ Informação presente no PAPQ/PGN. 2015.

Naquela época quando eles colocavam fogo ali naquelas tochas bem aqui pertinho, dali da estrada vê a sonda, vocês passando aqui na primeira ponta ai desce o alto ai tem a entrada ali, vocês sabem a entrada do gás ali. Ai depois ali daquela entrada ali, você vai olhando ali pro lado esquerdo que você vê a sonda, a sonda que o senhor fala é uma torre? Uhum, sabe ali é uma cidade, é muito bonito lá. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Senhor Léles) em 16 de Abril de 2016).

Após conhecida a causa dos clarões e explosões a comunidade de Bom Jesus dos Pretos começou fazer reclamações para a empresa sobre o descaso em relação a não divulgação dos procedimentos que estavam sendo realizados, e só então, a empresa contratada responsável pela operacionalização das obras passou a colocar um carro de som, para notificar a comunidade sobre posteriores “testes com fogo” na “torre de extração de gás”.

Passado o período de “perfurações e testes”, a empresa deu início a construção do gasoduto, e neste processo, houve uma mobilização dos quilombolas no sentido de estabelecer um contato com a empresa. Cujo resultado foi uma assembleia promovida em parceria com ACONERUQ. Nessa assembleia foram informados pela empresa os “impactos” que poderiam ocorrer com o início das instalações, dentre essas questões foi feita menção sobre a “elevação do fluxo de veículos”, conforme foi me relatado pelos agentes sociais.

Entretanto, esse “aumento do fluxo de veículos” mencionado pela empresa acabou impactando a estrutura das casas dentro da comunidade, devido à pressão que estes veículos exerciam nas vias, uma vez que elas não apresentam uma estrutura capaz de suportar o peso dos mesmos (vide pagina 102, mapa 4 de efeitos socioambientais, lateral inferior esquerda) .

Primeiro passou aquela (máquina) que coisa a terra, não tem uma que eles colocam pra compactar, tem um rolo, ai depois passou não sei quantas maquinas fazendo pesquisa daqui, parece que elas vinham do capinzal, passou parece que umas 7 ou umas 8 maquinas e passaram aqui e foram pra Pedreiras, parraram ai, isso era uma “zuada” doida, chega tremia assim. (Entrevista realizada com o senhor Antônio Francisco em 13 de Abril de 2016).

Mesmo não havendo realocação de famílias na “área de intervenção” o do empreendimento como mencionado durante reuniões realizadas pela empresa Parnaíba Gás Natural, o desdobramento das atividades de construção do gasoduto acabaram intervindo no território. Dono de uma das casas, dentre as tantas que racharam, seu Antônio Francisco me contou que um dia observou que sua casa apresentava uma fenda, que foi se abrindo na parede da extremidade próxima ao telhado em direção ao piso da casa, ele conta que “essa rachadura foi indo e foi abrindo, você podia meter era o braço assim”, com medo de que sua casa viesse

a cair, ele foi aconselhado por vizinhos, também da comunidade a contratar um pedreiro para conserta-la.

Questionado sobre a atuação da empresa, uma vez que ela teria colocado a comunidade de sobreaviso a respeito do transito de veículos e seus “impactos reais/potenciais”, seu Antônio me relata que os técnicos da mesma chegaram a visitar sua casa, mas que embora se tenha acionado essas empresas na tentativa de que a mesma resolvesse o problema gerado, não houve nenhum acordo por parte desta para se consertar as casas.

Ainda em sua fala ele coloca que não houve nenhuma reunião por parte da empresa, para solucionar essa questão, segundo ele, a empresa nunca emitiu qualquer parecer, mesmo havendo muitas casas na mesma situação, como foi o caso da casa do Senhor Renê também entrevistada nesta pesquisa e de uma sobrinha da senhora Nonata.

A figura exposta no mapa 4 (vide página 102) é de uma casa também situada em Bom Jesus, cuja proprietária a senhora Antônia, ao permitir minha entrada na mesma demonstrou os locais que foram rachados dentro da residência, em sua fala, ela me explicou que a empresa teria disponibilizado um número de telefone “0800” para dúvidas e reclamações, mas que ao tentar fazer contato por ligação, a mesma sempre estava em modo ocupado. Esperando soluções por parte da empresa para a situação ocorrida, ela não teria até aquele momento mandado consertar sua casa, visto que havia mais de uma rachadura.

Apesar disso quando questionada, durante uma reunião Pública realizada na escola da comunidade foi colocado mais uma vez o discurso da “responsabilidade e comprometimento da empresa”, conforme pode ser observada na fala do senhor Cleiton na ata da reunião mencionada:

Senhor Cleiton pergunta se o gasoduto passar por onde tiver famílias morando; pela empresa informa que todo o traçado foi elaborado para ser afastado de áreas residenciais, o gasoduto não afeta casas residenciais e não haverá realocamento de famílias (Ata consulta publica/PGN 2015, p5).

Quanto à situação das vias, a senhora Nonata menciona que a empresa havia se comprometido a recuperar a pavimentação da comunidade que tinha se deteriorado em razão do transito de máquinas e veículos utilizados durante a instalação do gasoduto, entretanto, a empresa não o fez, e no momento o serviço relacionado ao uso dessas máquinas já teria sido concluído, pois os “poços” já foram “perfurados” e também já ouve o “aterro dos dutos”.

Eles já tão é fazendo a base, acho que até já terminou, pra puxar o gás, e nunca arrumaram, eles passam direto aí, mas é van, mas as maquinas pesadas mesmo já parou, pra trazer as pessoas que trabalham. (Entrevista realizada com a senhora Nonata em 13 de Abril de 2016).

No que refere à construção da “base de extração do gás” mencionada acima por dona Nonata cabe notar ainda, as consequências relacionadas aos procedimentos de “instalação dos dutos” que irão compor a “faixa de servidão” do gasoduto e ligarão a “base” da unidade de Tratamento do Gás, à termoeletrica Parnaíba situada no município de Santo Antônio dos Lopes. Neste caso em particular, os efeitos se relacionam as restrições que a empresa coloca como “segurança” para os donos de propriedades que fazem uso da terra, em locais percorridos por esses “dutos”.

Distinguindo-se das outras situações em que não houve comunicação entre empresa e comunidade, nesta, os donos de pequenas propriedades que tiveram seus terrenos incluídos no “traçado das tubulações” foram avisados através de reuniões que foram promovidas na comunidade pela empresa. Nessas reuniões, algumas orientações teriam sido a respeito dos cuidados que a comunidade deveria ter com a área percorrida pela “tubulação”, como por exemplo, a “restrição para plantio de arvores”, assim como também foi restrito a prática de queima, que é bastante comum na região.

Apesar disso, os donos dessas propriedades não se sentem satisfeitos com as intervenções feitas nos terrenos, pois as restrições feitas pela empresa acabam limitando a área de uso para plantio e criações, o que acarreta diversos prejuízos, sobretudo para o pequeno produtor do quilombo, que se vê obrigado a usar pastagens de outras propriedades para não ser prejudicado. Como é colocado pelo Senhor Léles:

Pode até fazer a pastagem deles encostada, o gado passar por cima, mas não pode ter fogo, na questão do Hugo ai tudo bem, e outra coisa no caso do terreno dele o gás já fica lá no final do terreno já, a questão do gasoduto já passa pouco nas terras dele já sai de dentro pras terras de outra pessoa, o valor que eles conversam e acertam com o proprietário do terreno é pago por ano, não é nem tanta coisa, é coisa pouca. Aí é o projeto, ele vai tantos anos, é muito complicado. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (Senhor Léles) em 13 de Abril de 2016).

O senhor Derrez, presidente do STTRLC e dono de uma dos terrenos que foram incluídos no “traçado da tubulação”, comenta que a proximidade deste junto à estação de tratamento e a inclusão da “tubulação” lhe deixou triste, pois isso acabou lhe colocando em uma situação complicada para o uso da terra. Como é exposto em sua fala abaixo:

Minha situação fica um pouco difícil viu, não quer dizer que eles passaram lá sem permissão, eu permiti que eles passassem sim, mas eu não pensei que fosse dar o impacto que vem dando, porque eles fizeram primeiramente, a primeira tubulação que passava lá por dentro cortando, eu tinha uma área boa lá por dentro de capim, ficou tudo cortado, e meu terreno é pequeno só é 25 hectares e eu tenho umas criações e hoje a parte da frente por onde eles passaram matou, como eles terminaram jogaram umas sementes, quando eles jogaram prestaram, e quando vieram nascer agora eles passaram de novo cortando já com a segunda tubulação. (Entrevista realizada com o senhor Derrez em 16 de Abril de 2016).

Ainda sobre isso, ele coloca que a maneira como essas questões de segurança e operacionalização da “faixa” do gasoduto, lhes davam margem para pensar apenas sobre os benefícios da instalação da empresa, não se expõem naquele momento, questões que repercutissem de modo negativo sobre a instalação das “tubulações” nas pequenas propriedades. Sobre a compensação paga a estes em virtude da passagem da “tubulação” o Senhor Leles, comenta: “O valor que eles conversam e certam com o proprietário do terreno é pago por ano, não é nem tanta coisa, é coisa pouca. Aí é o projeto, ele vai tantos anos, é muito complicado”.

Essa opinião colocada por Seu Ielés é compartilhada por diversos integrantes da comunidade Bons Jesus dos Pretos, pois para eles esse valor de locação que varia entre 2 a 3 mil reais por ano, seria inferior aos prejuízos adquiridos com o comprometimento dos terrenos, pois as plantações incluídas no “traçado” dos agricultores da comunidade obtinham um lucro bem maior, quando a área não era comprometida com as “tubulações”.

Como também exposto por dona Antônia:

Não toca mais fogo em roça, não bota mais gado aqui dentro sem a quinta. E ainda ganha porque o terreno o hugo ele vai ganhar mais 12 mil por ano, tia Alzira ganha dois mil, 3 mil por ano. Ribamar foi 2 e 500. Tudo isso mais é pouco, -é ruim pra quem não ganha. Plantando nesses terrenos os donos ganhavam muito mais. Vai ficar difícil. Eles tiraram as placas, porque já acabaram mais o movimento aqui. Só quem sofre é nos que tem que pagar o conserto da casa, se no começo eles não fizeram nada agora é que eles não faz mesmo. Eles dão um numero pra gente ligar e ninguém atende. (Entrevista realizada com a senhora Antônia em 16 de Abril de 2016).

Além do incomodo nas propriedades particulares dos quilombolas, a instalação das “tubulações” foram responsáveis por uma significativa alteração no regime pluvial de um importante igarapé, que desagua em um rio novo, conhecido localmente como Insono, o mesmo teria sido impactado devido ao entupimento do igarapé, por barro e palmeiras que foram retiradas para o processo de abertura do “traçado do duto”. Como é comentado de forma breve pelo senhor Renê:

Aí foi tirado palmeira, foi tirado tudo enquanto, mas com o consentimento do dono, porque de qualquer forma o dono tem um contrato pra receber, ai esse espaço aqui eles disseram que era 20 metros, mas da mais, agora já tem genet reclamando que já ta passando outra tubulação que é o gas da caiçara que vem e vai la pra central e de la volta de novo pra ir pro santo antonio que é essa que ta vindo aqui. (...)O igarapé aqui nuna encheu aqui, porque eles entupiram tudo. (Entrevista realizada com a senhora Antônia em 16 de Abril de 2016).

Além disso, outra consequência desse entupimento se registra em relação a diminuição de peixes nessa área, situação que se podia perceber antes do ocorrido, pois como pode ser visto na imagem com a diminuição da vazão o leito de profundidade do rio seca dando lugar a vegetação ciliar. a vegetação ciliar acabou “invadindo” o curso. Esse igarapé corta a MA 122 e fica situado nas proximidades da comunidade Bom Jesus dos Pretos. (Ver fotografia 10).

Figura 12-Igarapé impactado pelo entupimento de leito principal, visto da Rodovia.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 13 de abril de 2016.

Segundo o Senhor Derrez, seu entupimento acabou prejudicando não apenas a comunidade, o que causou muitas reclamações, pois neste curso tributário do rio novo, subiam muitos peixes. Sobre isto ele comenta:

Tem uma parte que ta isolada, eu nunca vi, mas tem pessoas que ta reclamando, cortaram palmeira, pau, entupiu e eles não limpam e nunca encheu, porque sempre enche, entupiu tudo pra colocar a tubulação e eles não limpam, aí disse que o IBAMA vinha, vinha, mas nunca veio, porque é proibido né, desmatamento lá no nosso terreno mesmo ficou uma parte, mas meu esposo mandou o menino ir lá ai disse que derrubou muita palmeira e o coco tem que ficar, nos precisa o coco, da casca pra fazer o carvão, diz que eles cortou e não avisou a gente, é a sobrevivência daqui, é o coco, a roça. (Entrevista realizada com o senhor Derrez em 13 de Abril de 2016).

É notório mencionar que conforme exposto no RIMA e no PAPQ, a empresa Parnaíba Gás Natural frisa: “Para a definição do traçado dos gasodutos, foram evitados, sempre que possível, áreas de adensamento populacional, **cruzamentos com corpos d’água e áreas alagáveis**” (grifo nosso). Este discurso acaba sendo contrariado ao se observar uma situação como a exposta acima, embora houvesse em contrapartida nesses mesmos materiais o comprometimento de elaboração de programas de apoio Ambiental e de educação ambiental para diminuir os “impactos” ocasionados pela instalação do gasoduto.

Essas situações de desentendimento acabam por sua vez reforçando o aparecimento de uma preocupação constante na comunidade, pois se tem em vista que elas se constituem como efeitos que são iniciais de uma instalação que ainda não havia entrado em atividade. De modo que, em todas as entrevistas que fiz sempre se ressaltava o medo de uma possível ausência de fiscalização periódica das obras, pois sabe-se que as atividades de exploração do gás foram estipuladas pela empresa para aproximadamente 50 anos e mesmo após a desativação dos “poços”, os “dutos” e “unidade de tratamento” irão permanecer.

O Senhor Renê, ao expor seu ponto de vista acerca dos efeitos percebidos, acaba colocando expressando como a comunidade interpreta os desdobramentos dessa permanência:

A gente sabe que no futuro a gente vai sofrer um impacto muito grande, porque se a empresa não cumprir com todos esses compromissos, depois que eles forem embora vai ficar uns técnicos que vão vir ai e ir embora e vai acabar. Muito difícil ter uma assistência mais presencial. Então, ficou assim muito vazio porque a gente de certa maneira se tornou um incomodo muito grande pras pessoas que estavam de frente nessa questão das reivindicações, é claro que as pessoas que estavam responsável por essas área se sentiam incomodados, em relação a antipatia da maneira que a gente via que eles, sentia pelas colocações, pela preocupação da gente e não é muito fácil. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (seu Renê) em 13 de Abril de 2016).

Esse medo encontra base nos argumentos iniciais da própria empresa de que não haveria danos, o que acabou se contrariando, pois muitos dos efeitos que mencionei acima, ora foram consequências de uma atividade iniciada, ora foram acidentes que acabaram impactando diretamente na vivência da Comunidade Bom Jesus dos Pretos e nas demais comunidades que integram o território Bom Jesus.

3.3 “Discurso” do emprego.

Mencionados pela imprensa e divulgados por páginas oficiais do Estado e pela própria Parnaíba Gás Natural, os empregos que seriam gerados pelo desenvolvimento das

atividades de produção de gás natural no campo Gavião Branco, foram um dos principais, senão o principal argumento de desenvolvimento propalado para a instalação das atividades nos municípios inseridos no traçado do gás.

À semelhança da instalação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas do país e no próprio Estado, houve uma expectativa muito grande, sobretudo nos municípios onde ocorreu a comprovação de reservas comerciais do gás de que haveria a contratação de trabalhadores locais para as obras. Pois como já nós é alertado por Pereira (2007, p.9) há um discurso “que coloca as empresas como salvadoras dos lugares, responsáveis por trazer a modernidade ao território e melhorar todas as relações existentes nele”

Situação que foi notada com a divulgação da chegada desse grupo de empresas, uma vez que essa informação passou a ser tomada pela administração local, como uma **possibilidade de desenvolvimento e geração de empregos** não apenas para as comunidades do território Bom Jesus, mas estendendo essa compreensão de dinamização econômica também para a toda a unidade territorial de Lima Campos.

O aparecimento de pequenas empresas de alimentação, a elevação do preço de alugueis e hotéis no município de Lima Campos assim como no município de Pedreiras, reforçavam essa visão de que o empreendimento dinamizaria a economia do local. Além disso, sugeriram diversos cursos voltados para a formação de profissionais em “operacionalização de máquinas”, “logística”, “refino”, “plataformista”, que passaram a ser ofertados, a exemplo do folder exposto abaixo (figura 13), em que é possível observar um destes cursos dos quais me refiro. O que contribuía para a construção dessa visão de que o desenvolvimento chegaria a todos.

Figura 13-Folder de divulgação de curso ofertado no Médio Mearim, 2013.



Fonte: Acervo da pesquisa, registro feito em 20 de novembro de 2015.

Informação que chegou a ser noticiada por jornais de circulação estadual, fundamentando essa expectativa, uma vez que se falou sobre a oferta de *postos de trabalho* para a construção do gasoduto, por meio de cadastros que estavam sendo realizados na cidade de Bacabeira, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O numero de contratações, segundo essa nota emitida via SINE na internet, teria ainda sido ratificada de 93 para 700 contratados para algumas funções da obra, onde 300 vagas foram destinadas segundo a empresa, aos “maranhenses⁵⁹” e aos moradores para que atuassem em áreas como carpinteiro, eletricista, encanador industrial, motorista, pedreiro, recepcionista e soldador⁶⁰.

Entretanto essa contratação acabou não se estendendo aos moradores de “áreas afetadas” pelo empreendimento de construção do gasoduto, como é este caso em particular da Comunidade Bom Jesus dos Pretos, uma vez, que não foram abertas as *oportunidades* tais como eram mencionadas para estes. Embora se tenha informado que se daria preferência aos agentes sociais de “áreas afetadas”, **não houve contratação de nenhuma pessoa sequer**, para trabalhar nas obras, como é mencionado por Seu Renê:

Uma fragilidade da comunidade foi a questão dos empregos pra essas regiões que será afeta diretamente e em relação ao salario e muito e tal, mas eles trouxeram muita gente de fora o numero de pessoas dessas comunidades tanto do Bom Jesus dos Pretos como do São Francisco foi 0 % não tinha 10 pessoas que trabalharam, porque a gente sabe que não tem mão de obra qualificada dentro dessa área né, mas o serviço que eles traziam as pessoas de Santo Antônio dos Lopes de capinzal (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar em 12 de Abril de 2016).

De outro modo, mesmo sendo mencionados pelo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, não é feita uma relação entre a geração desses “empregos temporários e permanentes” com a contratação de trabalhadores locais para as atividades do gás, como situa a nota. Mas coloca-se que esses empregos provocarão *um aumento da massa salarial na região*, em vistas a *dinamização da economia local*.

Essa “incoerência” de informações da própria empresa convergiu como mencionado no inicio deste capítulo, em entender as ações do empreendimento, não mais como uma “*oportunidade de mudar de vida*”, pois se o esperado *desenvolvimento* proposto com a *dinamização da economia local*, não incluía a absorção dos quilombolas nos postos de

⁵⁹ O termo “maranhenses” posto em aspas, faz referência ao fato de que essas 300 vagas compreenderiam a incorporação de mão de obra dos moradores das áreas de influência do gasoduto e demais trabalhadores do Estado, em detrimento de 700 contratados não necessariamente naturais do Estado.

⁶⁰ Informação divulgada pela página do jornal estadual on-line Imirante.com

trabalho gerados pelo empreendimento, a situação de desemprego permanecia. Faz necessário frisar ainda que em função do desemprego, uma vez não inseridos nesta demanda de trabalhadores contratados, os agentes sociais da comunidade passaram a procurar a empresa, para requerer trabalho. Como expõe dona Nonata:

Eu acho que pra mim não trouxe benefício nenhum. Primeiro: emprego que eles disseram que iam dar preferência pras pessoas, ta certo, nem todo mundo é bem alfabetizado, fez tudo bem, mas tem pessoas capacitadas também, nem pra vigia teve vaga. Um dia desses um sobrinho meu e mais três, falaram sobre isso, iam passando um deles ai, ai chamou, ai falou, tem tanto pai de família desempregado porque a maioria ta pra são Paulo, Mato Grosso, trabalhando pra família não passar fome, ai chamou eles, fizeram uma reunião, ai eles parecem que pediram que queria ter uma outra reunião com eles, ai prometeu que quando surgissem uma outra vaga, iam chamar as pessoas que reivindicaram, aí eu não sei, pediram o currículo. (Entrevista realizada com a senhora Nonata em 15 de Abril de 2016).

Apesar da realização de reuniões e da nova promessa de emprego, boa parte das obras do gasoduto já foram concluídas, assim como também já ocorreu o encerramento de algumas funções que poderiam incluir a contratação de trabalhadores locais, como as funções de carpinteiro, eletricista, encanador industrial, motorista, que foram mencionados pela nota emitida via SINE. Como completa seu Lelés.

Eu continuo dizendo assim, eu acho que, eu não sei o lucro, o resultado pra o município, que talvez possa vir lá na frente, mas até agora... pra mim eu não achei vantagem não, porque muita gente tava animada que arranjam emprego, só que agora as empresas foram embora, não deixaram emprego, não deixaram nada. Ficou uma coisa pela outra. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade (senhor Léles) em 15 de Abril de 2016).

Em contrapartida houve uma concentração significativa de empregos ofertados a trabalhadores com mão de obra especializada, vindos de outros estados ou mesmo de municípios do Maranhão como Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte para atuarem durante dos procedimentos de “instalação” das “tubulações” e “perfurações”. Como foi relatado durante uma entrevista realizada com o Senhor Renê :“a gente sabe que não tem mão de obra qualificada dentro dessa área né? Mas o serviço que eles traziam as pessoas de Santo Antônio dos Lopes e de capinzal porque o prefeito lá ele exigiu que 50% do povo dele tinha que trabalhar lá direto né?”.

Dito isto, cabe mencionar que permanece um sentimento de *insatisfação* com relação a esses procedimentos adotados pela empresa, uma vez que o gasoduto acabou não trazendo o esperado *desenvolvimento*, por essa via de empregos, pra quem está mais próximo das obras,

pois como cita Seu Lelés; “é claro que quem tá lá em Lima Campos vai sentir, mas aqui nós estamos mais presentes né?”. Ainda em sua fala ele completa que:

Então eu vejo assim, numa parte eu não vejo muito desenvolvimento pra nós, pro pequeno trabalhador rural eu não vejo não mas, em termos assim de movimento pro município aumentou muito porque tem estrada agora pra todo lado, fizeram poços, inclusive aqui no Bom Jesus eles fizeram um poço ali, canalizaram água pra todo mundo ali no Bom Jesus. Então eu vejo assim, nessa parte aí melhorou pra algumas, pessoas agora em tema assim de desenvolvimento pro pequeno trabalhador rural que eles diziam que ter, até agora eu não tô vendo não, em minha opinião eu vejo assim. (Entrevista realizada com o senhor José Léles de Andrade em 13 de Abril de 2016).

É reconhecido pelos agentes sociais de Bom Jesus dos Pretos, que o repasse dos “royalties” pode contribuir economicamente para o município em ocasião do *aumento da arrecadação de impostos* como é afirmado no relatório de Impacto ambiental. No entanto, a arrecadação desse recurso que será recolhido pela Agência Nacional do Petróleo- ANP será distribuído ao Estado e ao Município, e caberá a este último através de projetos, desenvolver ações que se voltem ao atendimento da comunidade, situação que gera preocupação, pois, a empresa passa a usar esse argumento para se eximir de questões que são colocadas quanto à repercussão da desativação do empreendimento.

3.4 Das audiências públicas e reuniões.

Conforme me foi relatado pelos agentes sociais da comunidade Bom Jesus dos Pretos, a empresa que detém a “operacionalização” do “bloco de exploração de gás”, sempre foi procurada, por estes. Os próprios debates acerca do acionamento das audiências públicas e reuniões são resultados dessa busca, em contraposição à omissão de informações na área a respeito das atividades que estavam sendo ali desenvolvidas. Fato é que o estopim que deu base para todas as mobilizações seguintes reside na ocorrência de um *derramamento* de um material em uso pelas empresas terceirizadas, que faziam manuseio de “sondas”, cujo composto químico não informado teria acarretado acidentes na área.

A partir deste evento, a comunidade buscou e passou a se articular junto a entidades como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado – Aconerug, e a Fundação Cultural Palmares, esta primeira sendo representada pela Senhora Maria José Palhano, coordenadora e quilombola da comunidade. Segundo relatado em entrevista, ao chegar na comunidade de Bom Jesus dos pretos, ela foi procurada pelo engenheiro⁶¹

⁶¹ Creio que seja importante mencionar aqui, que a indicação desta narrativa foi exposta ao longo das entrevistas, também por outros agentes sociais de Bom Jesus dos Pretos. A escolha da fala da Senhora Maria José, se deve ao detalhamento das informações.

responsável pelas obras do gasoduto, que ao tomar conhecimento sobre sua atuação como articuladora da Aconerug teria lhe procurado para lhe assegurar sobre a ausências de riscos do produto químico derramado. Cujo trecho da conversa é narrado pela Senhora Maria José:

Deixa eu dizer uma coisa pra vocês, eu não tenho nenhuma preocupação com isso agora, eu só quero saber porque eu to a 4 mês procurando vocês, e eu cheguei aqui ontem de noite e vocês descobriram como? Porque a gente sabia, como que vocês sabiam? Vocês estavam me vigiando? Mas o que a gente quer dizer é que isso não apresenta nenhum risco? Mas como que não oferece nenhum risco se ta dando coceira? Que tipo de produto vocês usam pra limpar isso aí? Não tem nenhum produto químico! Eu digo, ah tem sim, tem porque vocês não iam vir aqui de graça! Eles disseram, se a senhora quiser a gente faz uma reunião, a gente não pode receber muita gente mas até 30 pessoas, a gente pode fazer na terca feira(terca feira de carnaval) não é assim, hoje é sábado, e eu pra fazer uma reunião dessas eu preciso mobilizar meio mundo de gente, porque nos não trabalhamos com uma pessoa só. (Entrevista realizada com a senhora Maria José Palhano (Senhora Maria José) em 24 de Janeiro de 2015).

Como resultado dessa conversa, foram marcadas duas reuniões, sendo a primeira dia 19 de fevereiro de 2011, após o período de carnaval e a segunda em março, cabe ressaltar que na primeira estiveram presentes apenas os agentes sociais da comunidade, os técnicos e representantes da empresa. Para isto, a Senhora Maria José, mobilizando-se conseguiu um carro com o prefeito de Lima Campos, para o deslocamento de agentes sociais da comunidade para São Luís, onde foi feita uma documentação encaminhada ao Ministério Publico.

Segundo o Senhor Renê, durante essa assembleia houve muitos pedidos de desculpas dos representantes da empresa para com os agentes sociais da comunidade, em virtude da ausência de comunicação da empresa em seu processo de instalação no território. Sobre isto ele relatada:

Nós sentamos nessa assembleia, se desculparam muito que todas as vezes que eles chegam numa comunidade eles procuram a comunidade pra explicar, que o fluxo de carro vai aumentar que eles trazem psicólogo, assistente social, uma equipe todinha. Então eles pediram muitas desculpas naquele período por não ter feito isso, e nessa reunião a gente ficou sabendo mais como funcionava a perfuração do poço pra extrair o gás. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar em 12 de Abril de 2016).

Mesmo assim, chamo a atenção para o fato de que não foram colocados carros de som para informar sobre a realização da reunião, e deste modo, o numero de quilombolas presentes foi bem pequeno, estimado em 8 pessoas como foi relatado pela senhora Maria José. Mesmo assim, a reunião foi considerada pela empresa e registrada por meio de fotografias e atas cujas assinaturas foram colhidas durante a reunião.

Segundo seu João, que chegou a participar dessa primeira reunião à época, nem todos os quilombolas estavam interessados em participar, por se tratar de uma situação nova ao cotidiano do território que não se tinha tanto conhecimento, e uma vez colocada de sobreaviso que não traria prejuízos a ninguém, creio eu, que os quilombolas mais velhos viam essas ações como algo distante de uma mobilização, cujas atividades não pudessem ser contidas, por isso o “desinteresse” inicial.

A segunda reunião foi realizada em março do mesmo ano, e nestas foram levados técnicos da empresa terceirizada “Georadar”, cuja presença objetivava explicar os procedimentos a serem adotados pela empresa, detalhes de como eram realizadas as pesquisas, bem como também foi explicado sobre articulação entre as empresas subcontratadas e terceirizadas, falando-se, por exemplo, da passagem entre a empresa “Georadar” para a empresa “Ogx”, procedimento necessário segundo a empresa, ao prosseguimento do projeto.

Como dito no capítulo anterior, o grupo OGX responsável pela *campanha de exploração de gás na bacia do Parnaíba* onde se inclui o campo Gavião Branco, passou por um processo judicial devido a uma crise em seu sistema financeiro. Essa situação ocorreu nesse período em que os articuladores da comunidade tentavam estabelecer os primeiros contatos com a empresa, realizando inclusive reivindicações, cabe notar, que conforme também já foi frisado, em nenhum momento o projeto de instalação do gasoduto foi paralisado.

Segundo o senhor Renê, foram realizadas após a “crise” duas audiências públicas, porém apenas uma delas toda a comunidade teve acesso. A primeira foi realizada pela empresa “OGX”, na sede do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lima Campos, e outra na Câmara de Vereadores do município. Nesta primeira reunião, foi dado espaço para a participação dos quilombolas. Segundo o senhor Ielés, também quilombola do território Bom Jesus, na ocasião, foi possibilitado aos agentes sociais presentes, relatar suas opiniões a respeito do que estava sendo proposto pelo empreendimento.

Sendo colocadas questões como a preocupação que as famílias de Bom Jesus tinham em relação à proximidade das residências, bem como, os efeitos que já eram notados com o início do processo de instalação do gasoduto, como os altos tremores ocasionados pelo uso de dinamites nos processos de avaliação sísmica, que os deixavam alerta em relação ao comprometimento da estrutura das casas, além dos vazamentos de líquidos de composição desconhecida dos poços.

Chamo a atenção para o fato de que nesse período, concomitante à pesquisa do mestrado, havia muitas faixas convocando para a audiência, dispostas em muros de escolas situadas nas proximidades da prefeitura municipal de Lima Campos, situação que me despertou curiosidade, pois nessas faixas não era possível identificar as razões da realização da audiência, mas já era possível perceber a troca do nome da empresa MPX Energia S.A., do grupo OGX Petróleo e Gás Participações S.A., por Parnaíba Gás Natural, motivo pelo qual a audiência foi realizada.

Segundo o Senhor Renê, após a troca do nome das empresas, a comunidade foi procurada para retomada das audiências públicas, que na ocasião foi realizada na sede administrativa do município de Lima Campos. Para isto, foi disponibilizado transporte pela empresa Parnaíba Gás Natural para levar todos agentes sociais interessados.

Figura 14-Convite feito à comunidade para a Audiência Pública - 2014.



Fonte: Acervo da pesquisa, registrado em 20 de novembro de 2015.

Conforme pode ser visualizado na (figura 14) acima exposta, as audiências públicas foram realizadas em mais de um município, todos incluídos no traçado do gasoduto e com datas próximas. Assim, a audiência pública de Bom Jesus, foi realizada no Ginásio Poliesportivo Cassio Salomão, na sede do município de Lima Campos (Figuras 20,21), sendo o deslocamento dos agentes sociais de todas as comunidades do território feito pela prefeitura em parceria com a empresa Parnaíba Gás.

Figura 15-Audiência Pública na Cidade de Lima Campos, 2014.



Fonte: Portal da Prefeitura de Municipal de Lima Campos. www.limacampos.ma.gov.br. Acesso em 17/05/2016

Essa informação também foi veiculada através da portaria SEMA n. 91 de 11|12|2014 no dia 17|12|2014, onde foi posto que a audiência tivesse como propósito a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA|RIMA, aprovado mediante regulamento das atividades de licenciamento ambiental das atividades de produção de Gás Natural nos campos de Gavião Branco, localizadas na comunidade Quilombola de Bom Jesus dos Pretos, e Gavião do Oeste.

Para o senhor Renê, nesta segunda audiência os esclarecimentos da empresa foram mais claros/objetivos em contraste a primeira realizada no sindicato, e além das informações colocadas na portaria SEMA, também foi dado realce à compra das ações do grupo Ogx para a “exploração” de gás natural, assim como também foram detalhadas as etapas do gasoduto.

É importante ressaltar que essa audiência foi definitiva para o “licenciamento” da empresa Parnaíba Gás Natural e prosseguimento das atividades de extração de gás natural no campo Gavião Branco. Contudo, nota-se que embora esse debate tenha apresentado informações mais detalhadas dos resultados se faz necessário relativizar a maneira como esses dados foram repassados, bem como o modo como a apresentação dessas questões levam de fato a um debate que possibilite uma compreensão do que está sendo divulgado. Pois como também é apontado pelo Senhor Renê:

Eles deram espaço, questionaram, botou a gente pra questionar, agora assim, 99% dos participantes era muito leigo dentro dessa situação, porque eles trouxeram todo mundo preparado, cada passo pra explicar, antes dessa audiência pública eles fizeram, uma audiência aqui na comunidade, eles prepararam um material que tinham já mostrando como era a perfuração do poço a profundidade, por onde ia passar, eles encadernaram um material e trouxeram com tudo detalhado, mas é assim, eles vem pra comunidade com tudo preparado, pra questionar, pra responder perguntas e nesse momento a gente não tinha muito. (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar em 13 de Abril de 2016).

O que se percebe com base na exposição do Senhor Renê, é que por vezes o acionamento dessa etapa do processo de “Avaliação de Impacto” apesar de favorecer acesso à informação, acaba por vezes sendo limitada a isto, uma vez que houve durante todo o processo de instalação do gasoduto um distanciamento entre os agentes privados e a comunidade de Bom Jesus dos Pretos, como foi afirmado durante as entrevistas. O que acabou não favorecendo um relacionamento mais detido que possibilitasse acompanhar as questões que foram sendo apresentadas e promover uma preparação da comunidade para a chegada do projeto e instalação do gasoduto.

O que também não significa que esse acompanhamento/preparação minimizaria os efeitos físicos do empreendimento, todavia, eles possibilitariam a criação de espaços de informação na comunidade, visto que os primeiros efeitos foram, sobretudo, sociais, em virtude do desconhecimento das instalações. O que contribuiriam também para uma real participação popular durante as audiências públicas.

A gente já sabe, e muita gente pensou que tudo ia ser muito fácil que tudo aquilo que eles conversam, mas tu sabe, isso é muito técnico ne, uma conversinha assim e quando o negocio vai pegar, é tudo muito técnico muito complicado, ainda mais uma coisa que a gente não tem costume que não conhece, e eles já são acostumados e já são preparados pra vir conversar e não deixar a gente dizer nada, se a gente não tiver habilidade mesmo, eles conversam e convencem a gente na conversa e vão embora e pronto”. (Entrevista realizada com o Senhor Renê de Oliveira Salazar (Senhor Renê) em 15 de Abril de 2016).

Sem uma informação mais detida, e diante de uma atividade desconhecida, como exposto na citação acima, coube então aos agentes sociais da comunidade buscar meios que lhe permitissem acesso a uma informação mais clara e que ao mesmo tempo, possibilitassem conhecer e argumentar seus direitos. Buscando a resolução deste impasse, a comunidade passou a lograr através das formas de organização comunitária, a obtenção das documentações emitidas pela empresa, como atas, pareceres e relatórios.

De modo que após concluídas as audiências, as comunidades sobre influencia continuaram se reunindo, convocando entidades a exemplo da Fundação Cultural Palmares, como uma forma de manter as relações de articulação. Segundo a Senhora Maria José, em abril de 2014 a Fundação Cultural Palmares enviou representantes para a comunidade, onde foram feitas varias reuniões para determinar a elaboração de um Programa de Apoio a População Quilombola- PAPQ ou Plano Básico Ambiental como é chamado pela comunidade. Este plano, segundo ela, seria o condicionante necessário a uma negociação com a empresa para que a comunidade pudesse elencar suas reivindicações tendo em vista os problemas que a mesma apresenta, tentando incorporá-las na compensação dos efeitos iniciais percebidos, conforme o seguinte relato:

A gente fez várias reuniões pra determinar um Plano Básico Ambiental- PBA, que é uma condicionante do que eles vão devolver pra comunidade algum beneficio, por conta do estrago que eles fizeram, que isso vai ficar 50 anos ai, eles dizem que é só 27 anos, mas isso ai vai ficar ai pro resto da vida. E por onde eles passam você não pode plantar coisa profunda, são muitas restrições. A gente chamou a Palmares pra está junto, foi feito um levantamento de PBA de um condicionante. (Entrevista realizada com a senhora Maria José Palhano (senhora Maria José) em 24 de Janeiro de 2015)

Como consta em ata (Anexo 2) e também segundo uma entrevista realizada com o Técnico Ambiental da Prefeitura de Lima Campos, é possível datar com exatidão duas dessas reuniões que foram realizadas na comunidade Bom Jesus dos Pretos para a discussão desse Programa de Apoio a População Quilombola- PAPQ. A primeira, realizada em 12/02/2015, promovida para a apresentação do plano e exposição dos programas e projetos previstos pela empresa. E a segunda realizada em 26 de abril de 2015, para consulta pública da comunidade e validação do programa.

É importante ressaltar que essa consulta foi solicitada pela Fundação Cultural Palmares, para que a empresa apresentasse o programa de apoio as comunidades quilombolas presente no material em questão. O programa já havia sido mencionado na primeira reunião, como dito, realizada em 02/2015, para que fosse possibilitada a comunidade, tirar suas dúvidas e posicionar-se sobre o processo de “licenciamento”, sendo de sua responsabilidade a aprovação ou reprovação dos projetos propostos. Como pode ser notado na fala da representante⁶² da Fundação Cultural Palmares, presente na Ata consulta pública/Gasoduto Gavião Branco-PGN (anexo 1):

⁶² Conforme pode ser identificado em ata, a representante é identificada apenas por Luciana.

Visando garantir o direito a informação, estamos realizando esse processo de reunião informativa para que as comunidades possam tirar todas as suas dúvidas (...) essa reunião é preparatória para o processo de licenciamento e que ao final, após todos sanarem as suas dúvidas, nós partiremos para os encaminhamentos finais quanto a posição da comunidade no que se refere a aprovação dos estudos ou não. Ao final do processo de consulta a comunidade teremos 3 proposições: aprovar, aprovar com ressalvas e reprovar.(Ata consulta pública/Gasoduto Gavião Branco-PGN, 2015 p3)

Esse programa, integrante ao PBA, também dialoga com as ações propostas pela empresa PGN, tais como: “estabelecimento de parcerias com organizações presentes nas comunidades, o processo de adequação pelo uso de sinalização das comunidades afetadas⁶³ e a realização de pesquisas de opinião para o controle e mitigação dos efeitos do empreendimento⁶⁴”. Ao serem estabelecidas pelo PAPQ, essas ações passam a conferir mais responsabilidades também para as comunidades, objetivando desenvolver ações ambientais ou de outra natureza, como são os “programas de qualificação profissional” e de “comunicação social” previsto pelo programa.

Recuperando as informações também apresentadas na ata de consulta pública realizada em Bom Jesus dos Pretos, creio que seja importante frisar, que o Plano Básico e o Programa de Apoio as Comunidades Quilombolas, foram aprovados com ressalvas, sendo solicitadas pela comunidade medidas compensatórias para a empresa.

3.5 COMPENSAÇÕES: Instrumentos reivindicados.

Como mencionado no item anterior, os agentes sociais de Bom Jesus estão sempre buscando articulações em favor de suas mobilizações, além das lideranças do território, as associações comunitárias de Bom Jesus fazem parcerias junto a entidades de possuam uma ligação próxima aos interesses do grupo. Tais articulações sendo foram construídas na medida em que os agentes sociais da comunidade se perceberam inseridos em uma situação de “impacto”, e embora o território de um modo geral, já apresentasse um histórico de lutas envolvendo a sua permanência na área, estes foram evidenciados mais uma vez diante da instalação de um gasoduto.

Em sua maioria, essas entidades estão relacionadas a movimentos de cunho étnico e fundiário, como a Fundação Palmares, Aconerug, Secretaria de Igualdade Racial, o Centro de

⁶³ A sinalização apontada como medida mitigadora no PAPQ faz referência as placas e estacas dispostas para respectivamente, indicar a localização da comunidade e o transito de veículos, bem como o traçado dos dutos aterrados. É importante mencionar que algumas dessas placas foram retiradas na medida em que se concluíam as atividades do gasoduto, conforme foi pontuado em diversas entrevistas realizadas em Bom Jesus dos Pretos.

⁶⁴ Texto adaptado presente no Programa de Apoio a Comunidade Quilombola- (PAPQ/PGN, 2014. p7)

Cultura Negra, o Ministério Público Federal através comarca do 12º ofício - Meio Ambiente e Populações Tradicionais, assim como a secretaria de Igualdade Racial do Município de Lima Campos.

De outro modo, há como também foi frisado, um relacionamento intercomunidade, onde é possível entender o bom relacionamento do grupo no que tange às questões de interesse coletivo que envolve a posse de terras, nitidamente expresso, por exemplo, através das mobilizações, onde em sua maioria se fazem presentes representantes das 6 comunidades que integram o território Bom Jesus. Neste caso em específico, as mobilizações encontram-se impulsionadas pelas condicionantes que integram o “processo de avaliação de impacto” do “licenciamento de instalação do gasoduto Gavião Branco”, uma vez que a comunidade visa por meio destas reivindicar “compensações” diante dos danos previstos e já em ocorrência. Cabe ressaltar que essas mobilizações foram importantes para as negociações entre comunidade e empresa, e possibilitou articular acerca das “compensações” requeridas pelos agentes sociais.

Com o término das Audiências Públicas promovidas na sede do município de Lima Campos e na comunidade Bom Jesus dos Pretos, as lideranças de Bom Jesus passaram a negociar diretamente com a empresa Parnaíba Gás Natural, tendo como condicionante (termo usado por dona Maria José) o PAPQ. Material utilizado pelos quilombolas como um reforço para o comprometimento da empresa, no que se refere ao ressarcimento aos danos, porém após a elaboração desse componente de reivindicação, a questão que surgia naquele momento passou a ser o que definir como “compensações”, quais os critérios de escolha das mesmas, o que deveria ser solicitado para as comunidades da “área de influência” do empreendimento.

Como dito no capítulo acima, o PAPQ foi aprovado pela comunidade com ressalvas, sendo sua responsabilidade a realização das “compensações ambientais” através do programa de apoio as comunidades quilombolas elaborado pela empresa. Ainda no período de sua aprovação, em abril de 2015 foram listados também pelas comunidades uma síntese das “compensações” propostas, para se fazerem cumprir através do PAPQ.

Essas “compensações” foram apresentadas pela empresa por meio de projetos, alguns, destes já estão em vigência, dado o andamento das instalações do gasoduto. Como a oferta de cursos técnicos em parceria com o SESI de Bacabal para as comunidades da Área de Influência Direta, a sinalização de segurança, as oficinas educativas. Seu Renê, ao comentar sobre as compensações, relata que dentre os cursos ofertados, foram selecionados pela comunidade os cursos de mecânica de motos, pedreiro, eletricista e processamento de frutas,

consideram-se para esta escolha as carências na comunidade e o tipo de demanda para o comércio local.

Também ocorreu na comunidade a realização de duas capacitações sobre Horta e Agroecologia, a oferta da mesma se estendeu também à área de Influência Indireta, a exemplo da comunidade Supapinho.

Além destas “compensações”, também foram listados como reivindicação da comunidade um centro de informática que ainda não foi construído, reivindicadas a pavimentação e melhoramento das ruas, o reflorestamento das áreas afetadas pelo “traçado dos dutos”, dentre essas reivindicações também foi solicitada a construção de uma sede física para a associação comunitária. Conforme é descrito na ata de consulta pública da empresa:

A sede da associação devidamente equipada com 200 cadeiras, mesa para escritório, armário, 02 banheiros, sala de reunião para 200 pessoas, caixa amplificada com 02 microfones, sala de computador para 05 computadores e impressoras, sala para a diretoria, com banheiro e banheiro para portador de necessidades especiais. .(Ata consulta pública/Gasoduto Gavião Branco-PGN, 2015 p.13).

É interessante observar que no PAPQ, não é feita qualquer referência às compensações propostas pelas comunidades, mesmo assim, este material, representou para a comunidade, o estreitamento de relação com a empresa, como é frisado como objetivo do plano. E embora, não haja menção, é relatado pela comunidade que algumas das medidas compensatórias propostas já foram iniciadas, como foi exposto acima.

Os instrumentos presentes no programa que fazem refletir a respeito dessa responsabilidade atribuída pelos quilombolas são fundamentados pela elaboração de outras medidas de apoio complementares que priorizam ações nas comunidades que estão sob “influência direta” da empresa, como é o caso da comunidade Bom Jesus dos Pretos.

Segundo o texto exposto no PAPQ/PGN (2015, p5) o programa “foi elaborado a fim de estreitar a comunicação e o relacionamento com as comunidades quilombolas presentes na Área de Influência Direta, que poderão ser afetadas pelos impactos previstos nas diferentes fases do empreendimento”. Argumento que aliado aos programas aprovados durante a reunião pública, ressaltam a visão construída a respeito do deste condicionante.

Além disso, também constam como componentes deste programa as metas indicadas para apoio as comunidades, sintetizada através de uma tabela onde são elencados: a realização de oficinas, a certificação das comunidades, a identificação e cadastro de organizações na comunidade, além de um laudo antropológico e de uma cartografia social, já realizada em 2014.

Visto de um panóptico mais abrangente sobre as “compensações”, o critério “área de influencia” mais uma vez acabou definindo como seriam delimitadas as compensações entre as 6 comunidades, pois ao que se percebem algumas compensações já estão em andamento principalmente das “áreas influência direta” onde se inclui Bom Jesus dos Pretos, oposto ao que ocorre na área de influencia indireta, problematizando ainda mais a situação destes últimos. Pois como contribui Bronz (2016):

Na maioria dos casos, as áreas consideradas como diretamente afetadas e as populações nelas residentes estarão sujeitas ao desenvolvimento de ações e projetos de mitigação e compensação, enquanto as áreas indiretamente afetadas estarão sujeitas apenas aos planos de monitoramento de impactos (BRONZ, 2016, p.56).

Dona Maria José ao comentar sobre as compensações reivindicadas afirma: “elas representam pouco pelo que a empresa vai explorar”. Ao encontro essa afirmação, que também representa o posicionamento de outros quilombolas da comunidade, convém entender que elas também são vistas como uma de muitas lutas, e das quais, a Comunidade Bom Jesus dos Pretos passou a enfrentar para argumentar em favor de seus direitos, desde a chegada da empresa no território, aonde, a comunidade vem se articulando por meio de reuniões e do acionamento de entidades de modo a “pensar” a empresa Parnaíba Gás Natural.

3.6 Instrumento de apoio presente no Programa de Apoio a Comunidade Quilombola proposto pela empresa: Cartografia Social.

Neste item irei esboçar algumas questões relativas à construção e composição de uma cartografia social que foi elaborada pela empresa Parnaíba Gás Natural- PGN durante a etapa de construção do Programa de Apoio as Comunidades Quilombolas-PAPQ. Cabe nota, que além de Bom Jesus dos Pretos a cartografia social/PGN foi realizada nas demais comunidades inseridas nas “áreas de influência” do gasoduto, forma elas: São Francisco, Morada Nova, Bode, São Domingos, Santa Maria dos Magalhaes.

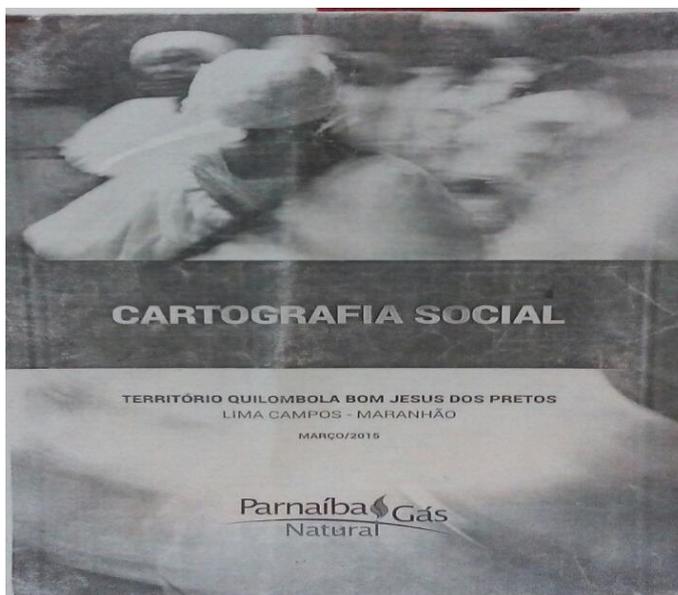
Como dito, este material faz parte dos programas elaborados pela empresa durante a fase de negociação com a comunidade para o estabelecimento das medidas mitigadoras do empreendimento de “extração de gás” na área das comunidades e foram etapas importantes para a definição das “compensações ambientais”. No entanto, seu uso e o objetivo para o qual foi elaborado demandaram uma perspectiva diferente dos programas e projetos que já estavam em negociação em Bom Jesus dos Pretos. Pois segundo a empresa, a cartografia social/PGN

se distinguiria dos outros documentos por tratar-se de uma proposta de estudo na (e para) a comunidade uma vez que estaria incluída como uma ação educativa que se complementava e dialogava aos projetos de comunicação social da empresa.

Essa proposta de estudo foi apresentada junto com os demais programas em uma reunião que foi realizada na sede da comunidade Bom Jesus Pretos. E segundo exposto na ata de consulta Pública daquela reunião, sua relevância seria atribuída também ao auxílio da regularização fundiária do território, ação até o momento não identificada/relata pelos agentes sociais.

A cartografia Social/PGN foi concluída em março de 2015 e conforme exposto no (PAPQ/PGN, 2015, p12): “Foram realizados levantamentos de campo e pesquisa de caráter sócio antropológico, incluindo entrevistas e análise de discursos, bem como a elaboração de “mapas mentais”, complementados com o uso de base cartográfica oficial”. Sobre o dialogo permanente entre esses dois materiais (PAPQ/PGN e Cartografia Scoaisl/PGN), creio que seja importante observar, que em ambos há uma reprodução praticamente literal a respeito dos procedimentos elencados para a construção da cartografia, ainda que neste ultimo, essas informações sejam mais detalhadas.(Figura 16).

Figura 16-Cartografia social elaborada pela empresa Parnaíba Gás Natural (capa) em Março 2015.



Fonte: Acervo da pesquisa, registrado em 20 de Agosto de 2016.

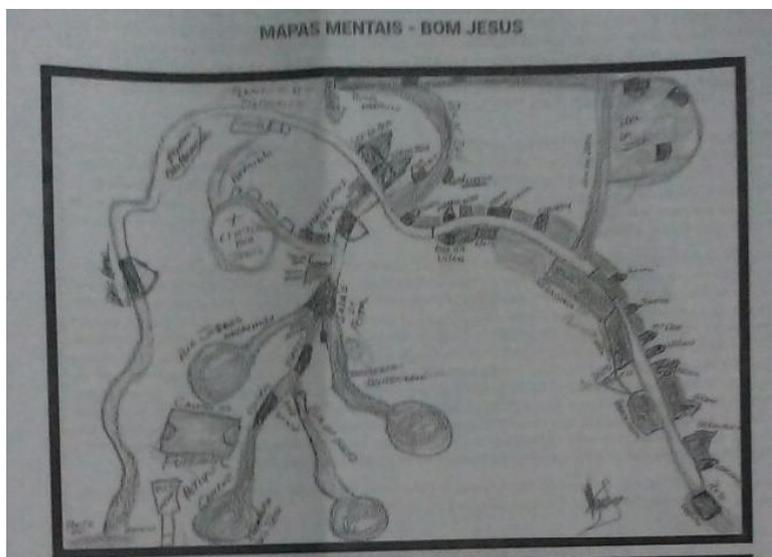
De fato, toda esta composição se faz presente na estrutura do estudo proposto, cujas “entrevistas e análises de discurso” mencionadas pelo PAPQ se apresentam de modo discursivo a um corpo textual que apenas descreve e se limita ao processo de formação do

quilombo, não fazendo referência a qualquer situacionalidade desencadeada pela empresa, semelhante ao que também foi enumerado no corpo textual da cartografia social/PGN. De maneira a promover a construção de um estudo que se oriente para os direcionamentos pretendidos também pelas **estratégias** da empresa, ainda que este material seja um “**estudo para a comunidade**” (grifo nosso).

Ainda com relação a sua estrutura e ao modo são apresentados os dados, chamo atenção também para a forma como o estudo tenta reforçar a utilização dos “mapas mentais” enquanto um instrumento de participação da comunidade no processo de mapeamento feito pela empresa, ainda que este também reflita um interesse que lhe compete. Como é possível identificar em um trecho deste material e na (figura 17):

A cartografia Social foi montada através de mapas desenhados a mão. E a confecção desses mapas na maioria das comunidades ocorreu a partir do desenho da via principal de acesso à comunidade, sendo posteriormente complementado com os demais elementos que compunham a imagem representativa do “espaço vivido dos participantes”. (Cartografia social/Território Quilombola Bom Jesus dos Pretos-PGN, 2015, p47):

Figura 17-“Mapa mental” produzido pelos quilombolas da comunidade Bom Jesus dos Pretos e intermediado pela empresa Parnaíba Gás Natural.



Fonte: A autora, em 20 de Agosto de 2016.

Com base na indicação feita acima pelo trecho retirado da Cartografia Social/PGN e com base na figura, se percebe que ao tentar aproximar duas formas de distintas de percepção o estudo feito pela empresa, distoa, entre uma “etnografia” que se afasta socialmente da comunidade, se aproximando da escolha do “mapa mental” como um mero método. Ainda

que se carregue o material de discursos que reifiquem a “discursão coletiva”, “o espaço” vivido”, a “valorização do saber local” e a “percepção do ambiente”.

Pois se por um lado, os mapas são “elaborados a mão” pela comunidade, em outra contrapartida, esses mesmos mapas são pertencentes a um material da empresa, e não a esta primeira. Do mesmo modo, que por ela são utilizados, enquanto uma proposta de apoio para a obtenção de licenças de um procedimento de operação de um empreendimento que afeta esses agentes.

Outra contradição presente neste processo de construção da cartografia social/PNG se refere à obtenção deste material depois de concluído, uma vez que esta aquisição partiu de uma exigência da comunidade para que o material ali permanecesse, sendo inclusive utilizado junto ao MPF pelos quilombolas. Vale lembrar, que como mencionei, este material seria uma proposta de estudo para a comunidade, cujos resultados seriam entregues em uma reunião. Conforme foi previsto pelo (PAPQ/PNG, 2015, p.13):

No âmbito do PAPQ, está prevista a realização de um encontro em Lima Campos, visando compartilhar e entregar os resultados da Cartografia Social para as lideranças e outros representantes das comunidades que foram envolvidos com o estudo, além de autoridades locais e representantes de outras instituições que serão convidados, como a ACONERUQ e Fundação Cultural Palmares. Na ocasião, será entregue a cada representante das associações comunitárias, lideranças e outros interessados, cópia do Relatório Final da Cartografia Social. (PAPQ/PNG, 2015, p.13)

Ao comentar sobre essa ação o Senhor Renê coloca que a elaboração deste estudo foi interpretada como algo positivo, uma vez que compõem instrumentos que ajudam a contar as histórias do território e podem ser guardadas para que esse conhecimento não se perca, embora a comunidade tenha essa percepção do uso desse material também como uma estratégia da empresa.

Essa cartografia, a gente exigiu que ficasse aqui, a cartografia foi uma maneira de enganar, ela tem uma utilidade ela tem muitas informações, inclusive hoje, essa cartografia ficou na comunidade, ficaram nas escolas, mas foi uma maneira de convencer, porque nos temos uma cartografia feita da área também foi até da Aconeruq que fez das quebradeiras (Entrevista realizada com o senhor Renê de Oliveira Salazar (senhor Renê) em 13 de Abril de 2016).

Atribuída essa importância, foi exigido pelos quilombolas que esse material uma vez concluído, permanecesse com os mesmos. Além disso, apesar de reconhecidas as contribuições da cartografia social/PNG, a comunidade, conforme citado acima, a considera como um recurso de convencimento feito pela empresa. E ainda conforme explicado pelo senhor Renê, o material não é percebido como uma Cartografia Social (remetendo nesse

sentido, a “Nova Cartografia Social”) mas de um material de reconhecimento da comunidade, da sua identidade e dos seus direitos.

Quanto às comunicações e o estreitamento de relações, cabe ressalva que estas também se constituíram em elementos solicitados pela comunidade por intermédio da Associação das Comunidades Negras Rurais do Estado – ACONERUQ.

3.6.1 “Cartografia social” versus Nova Cartografia Social.

Fugindo de uma leitura que pretenda apenas ressaltar a diferença entre essas duas abordagens de interpretação da “cartografia social” (embora isso também seja importante) visto aqui, tentar dialoga-las junto as observações feitas durante as pesquisas em Bom Jesus, pois entendo, que os dados, por si apontarão essa distinção. Embora, tenha consciência de que não é tarefa fácil tecer comentários a respeito de dois sentidos distintos de um mesmo termo. Creio que debater sobre isso, seja de fundamental importância para o estudo, uma vez que diversas vezes presenciei em campo uma tentativa de “aglutinação” entre a **nova cartografia social** e a cartografia social/PGN elaborada pela empresa.

Deste modo, o primeiro ponto a ser analisado, é que a equipe técnica responsável pela elaboração do material não define uma delimitação do que seria a “Cartografia Social” elaborada, embora atribua à mesma um sentido, colocando-a como um instrumento de pesquisa, conforme pode ser percebido a seguir:

A cartografia social como instrumento de pesquisa pressupõe a participação das comunidades nas atividades de mapeamento do seu território. Muitos destes mapeamentos são importantes para o planejamento e manejo dos territórios das populações tradicionais. A “confiança” é o principal requisito da participação no processo de mapeamento (...). (Cartografia Social/PGN, 2015, p. 44)

Sendo definidos em seu corpo textual, os procedimentos, os agentes entrevistados, e a descrição dos aspectos da comunidade estudada, que a equipe técnica considera **conceitual**. A motivação para as escolhas do que enumerar para o estudo, também não foram explícitas no material, nem mesmo no programa de apoio as comunidades- PAPQ-, no qual este se faz integrante.

Em uma relação de contrapartida, há de se distinguir, que uso e o sentido atribuído pela empresa se diferem daquele definido pela Nova Cartografia Social. O próprio prefixo “NOVA” ressalta essa diferença como uma construção crítica das ideias anteriores.

Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta e, conectável em todas as suas dimensões e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo num conhecimento mais detido de realidades localizadas (ALMEIDA, 2013, p156).

Pois se para a Cartografia Social/PGN, não há delimitação, nesta, compreende-se uma “nova descrição vizinha à etnografia onde se confrontem as auto-evidências e experiências (ALMEIDA, 2013, p156)” sendo estas questões relacionadas, sobretudo a conflitos, em que hajam a “incorporação das mobilizações dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do território” (ALMEIDA, 2013, p156).

E embora, hajam nos dois casos, coleta de depoimentos, o emprego e a finalidade destas duas formas de perceber o território e os agentes sociais, são os elementos primordiais para esta distinção. Visto que as verificações *in loco* e a delimitação física da área, obedecem a objetivos distintos, ainda que, em uma primeira análise suas construções pareçam semelhantes, devido à grafia do termo e a elaboração de mapas mentais, como já mencionado.

Essa contraposição se faz presente também com relação a organização e apresentação dessa informação, pois no caso da Cartografia Social/PGN, é visado a composição de um registro de informações a serem utilizadas como instrumento de relacionamento social, inclusos em planejamentos e projetos da empresa.

Assim essa verificação *in loco* de situações empiricamente observadas, não é posta da mesma forma pela PGN, uma vez que ela é movida por interesses que se sobrepõem a existência das comunidades, tal qual pode ser observado no caso da instalação do gasoduto Gavião Branco, que faz parte de um projeto de *desenvolvimento do setor de gás*. Sendo em última instância desta relação considerada a existência do corpo social que se faz presente no território Bom Jesus, pois a escolha do “bloco de extração de gás” se dá de modo horizontalizado também a esta relação social.

Pois como contribui, Almeida, (2013.):

As relações de poder perpassam povos, comunidades e grupos nas decisões de como construir o mapa ou de como delimitar o seu território. Narrar memorialisticamente os pontos extremos, traçar uma linha, elaborar uma planta ou um croqui, identificar pelo conhecimento local os marcos divisórios os lindeiros, implica um confronto direto as relações de poder. (ALMEIDA, 2013, p 160.)

Cabe entender, enquanto resultado de um interesse também de Estado, o PAPQ, onde integra-se a “Cartografia Social” produzida pela Parnaíba Gás, também perpassa essas relações de poder tal qual apontada por Almeida (2013) exposta acima. Dialogando a esse pensamento Acselrad (2008, p.9) contribui ao apontar que “os mapeamentos possuem diferentes funções”, onde emprego da cartografia pode tanto ajudar a produzir o “espaço social do desenvolvimento” orquestrado pelo Estado, quanto ajudar a assinalar as interpretações que focalizam esses mesmos modelos.

Cabe, portanto, problematizar até que ponto essa *participação* aplicada às práticas de mapeamento realmente consideram as relações sociais desencadeadas no território, uma vez que a produção de “mapas mentais” atrelados à ideia de “cartografia social” utilizada pelas empresas, também possuem finalidades próprias. Além disto, compreende-se que esses mapas embora que tentem esboçar as “relações sociais” de maneira a representa-las por meio de um material cartográfico, também acabam contemplando elementos externos a delimitação dos traçados e a redação de narrativas, pois por trás destes mapas, podem ser identificados elementos que confrontam os agentes sociais.

Como as representações elaboradas para a “cartografia social do território quilombola Bom Jesus dos Pretos” produzido pela empresa Parnaíba Gás Natural, visto que a delimitação da área compreendida para o levantamento de informações e construção dos mapas, (sejam os mapas mentais, sejam os dialogados as convenções cartográficas), apontam “área de influencia da empresa”, procedendo a elaboração cartográfica à interesses que lhe competem, pois mesmo “conceituando a área” e “compreendendo seus modos de vida”, “suas histórias”, suas vulnerabilidades passam a ser relativizadas de um modo disperso para construir um documento integrante a uma etapa do licenciamento da empresa.

Cujo resultado não leva a considerar, por exemplo, as implicações negativas da presença do gasoduto, embora já houvessem ocorridos efeitos que demonstravam as consequências das atividades de extração e transporte de gás nesse mesmo território, pois a delimitação da área considerada para o mapeamento encontra-se assinalada ao tipo de representação que a empresa se propôs a construir, nesse sentido se limitando a expor a área do território e as narrativas levantadas em campo.

Dito isto, embora se pregue pela empresa o discurso da cartografia social como “instrumento da participação da comunidade nas atividades de mapeamento do seu território”, onde “(...) A confiança é o principal requisito da participação no processo de mapeamento⁶⁵”, em que os sujeitos “disponibilizam informações baseadas em seu conhecimento tradicional, muitas vezes guardado por muito tempo e transmitido oralmente entre gerações⁶⁶”. Ao se analisar a “cartografia social do território Bom Jesus dos Pretos”, percebe-se que a ideia de mapeamento do qual foi buscado produzir pela empresa, aproxima-se mais da ideia de cartografia participativa⁶⁷, embora haja esse uso demasiado do termo “cartografia social” para explicar a cerca de sua construção. Conforme é citado por Acselrad (2008):

Embora essas técnicas permitam aos membros das comunidades decidir o que vai ser colocado dentro dos mapas, elas dependem, porém, em certa medida, de que pessoal treinado externo, em geral vinculado a ONGs, prepare os mapas básicos, registre os dados de campo diretamente nos mapas, ou no computador, e imprima os resultados finais. As tecnologias mais avançadas, como os sofisticados Sistemas de Informação Geográfica, embora permitam um uso bem mais sutil das cores, camadas e grupos de dados, aumentam a distância entre as pessoas das comunidades, detentoras do conhecimento local, e aquelas que produzem os mapas. (ACSELRAD, 2008, P15)

Nesta citação, exposta acima, em que Acselrad (2008), comenta a cerca dos “mapeamentos comunitários”, vejo que de fato essas ideias se assemelham a produção cartográfica elaborada pela PGN, pois aí também cabe o emprego das tecnologias. Para o autor: “Nesses modelos, os membros das comunidades locais podem pintar áreas com vegetação, estradas, dados sobre uso da terra, lugares povoados e as fronteiras das terras reivindicadas (ACSELRAD, 2013, p15, apud Colchester 2002)”.

O que se pode afirmar com base em todas essas informações, não se restringindo aqui a análise da Cartografia Social/PGN, mas do conjunto de ações postas à comunidade desde a chegada da empresa. É que de fato, a passagem do gasoduto não foi apenas física, junto a ela, houve uma “passagem” da comunidade por efeitos que socialmente não se compensam, e que fisicamente não podem ser retratados em um único momento, pois trata-se de um processo em

⁶⁵ PAPQ/PGN, 2015, p.44

⁶⁶ PAPQ/PGN, 2015, p.44

⁶⁷ Segundo (ACSELRAD, 2008, p15, apud Herlihy e Knapp 2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”. Assim é que métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como as dos SIG – Sistemas de Informação Geográfica, dos Global Positioning Systems (GPS) e do sensoriamento remoto foram adotados para a elaboração dos mapas, gerando um novo horizonte de produção (...).

curso, onde há um exercício contínuo de busca da empresa nas comunidades, não apenas Bom Jesus dos pretos, mas de todo o território quilombola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partir de uma evidência como foi caso deste estudo, em relação a exploração de gás, pode se constituir em um obstáculo caso o pesquisador não perceba as modificações que vão delimitando a experiência primeira, pois já nos assevera Bachelard (1996, p.25) “A experiência primeira não se constitui de forma alguma, uma base segura”.

Assim, ao encontro da contribuição citada por Bachelard (1996), neste estudo as evidências, julgadas como um dado claro inicialmente, poderiam ter sido ofuscadas não fossem as mobilizações e as perspectivas distintas da comunidade Bom Jesus dos Pretos que contrariam o discurso da empresa e trouxeram uma nova perspectiva, representada pelos efeitos das atividades da empresa Parnaíba Gás Natural. Assim, na maioria dos casos, observar a relação estratégia/dano, é uma questão de tempo, embora elas não estejam atreladas por uma relação de contrapartida, pois a relação conflituosa também não é percebida de imediato.

Certo mesmo é que os procedimentos visados para o alcance do “*desenvolvimento econômico*”, como dito no texto, encontram-se dialogados a “estratégias” que envolvem não apenas o interesse das empresas, mas, encontram-se alicerçados em um interesse também do Estado, principalmente se for levado em consideração às iniciativas que legitimam a instalação de *projetos de desenvolvimento*, materializados principalmente nos *planos econômicos*. Embora, essa teoria de modernização, não tenha funcionado, uma vez que o desenvolvimentismo, em muitas situações, revele na verdade, projetos inconcludentes. Ainda que essa racionalidade incentivada pelas estratégias empresariais, não sejam postas em dúvida.

A pesquisa demonstrou que havia uma expectativa de mudança com a chegada da empresa, impulsionadas de um lado pelas condições de instalação do gasoduto, que abrangem desde a apropriação de áreas extensas à adaptação do local a recebê-los, e de outro, os interesses de governo, quanto à *arrecadação de impostos e geração de desenvolvimento* para o setor econômico do referido município.

Cujo desenvolvimento econômico defendido no discurso de Estado, não faz menção, como dito, **a especificidade étnica do território**, em qualquer de suas falas, nem mesmo no município. Assim como também foi apontado durante a pesquisa, as tentativas de convencimento do Estado e principalmente da empresa sobre os “benefícios da exploração de

gás”, sobretudo durante as reuniões e Audiências Públicas, realizadas em Lima Campos e na comunidade.

Fato é que os primeiros embates que contrariaram essa visão foram notados a priori no início das instalações, com o aparecimento dos efeitos que acabaram restringindo as áreas de plantio, modificando negativamente o cotidiano local, e evidenciando a ilusão que se tinha a respeito da “contratação de mão de obra local”, que não ocorreu. Nesta perspectiva, o primeiro ponto a se frisar, é que o esperado desenvolvimento enaltecido pelo discurso de Estado pareceu não contemplar a realidade local das comunidades inseridas na “área de afetação” da empresa, cabendo avaliar também que mesmo havendo ações de “compensação ambiental”, elas ainda não contemplavam os anseios locais.

As observações acerca das mobilizações expostas neste estudo também demonstraram outra vertente, relacionada à ausência de um acompanhamento mais detido de comunicação entre a empresa e a comunidade, assim como a insuficiência de ações pontuais de compensação ambiental. Pois embora estas fossem asseguradas nos programas de apoio presentes no Relatório de Impacto Ambiental e no Programa de Apoio as Comunidades Quilombolas como uma etapa ao licenciamento da empresa, foi necessária uma intervenção junto ao Ministério Público diante das lacunas que necessitaram ser reivindicadas pelas lideranças do quilombo. Sendo resultado dessa ação o acionamento de advogados pelo MPF para o acompanhamento das negociações que possam ocorrer entre a comunidade e a empresa PGN.

No que se refere à atuação do MPF, abro um parêntese, com relação a suas medidas de controle, que também são, de certa forma, medidas de controle do Estado, pois há de se problematizar aqui, que essas ações não chegaram a ser pontuais (ou totais) visto que elas, apesar de acionadas deixam entrever a passagem de situações que poderiam ter sido melhor resolvidas. A exemplo, dos efeitos aqui mencionados, que poderiam ser controlados pela empresa, dado a sua previsibilidade, diante dos estudos mal elaborados pela PGN, e das falhas de “operacionalização” das atividades de instalação do gasoduto.

Conforme demonstrado nas entrevistas, há em Bom Jesus dos Pretos uma **notória insatisfação** com relação aos limites de áreas afetadas pela construção do gasoduto. O medo, a falta de informação, de direcionamento, questões como a elevação da temperatura do território, são algumas das situações relatadas que expõem essa evidência. Em outro extremo dessa situação, os motivos que asseveram essa mesma insatisfação, conforme pontuado, se devem também a uma dificuldade do processo de “avaliação de impacto ambiental”, pois esses procedimentos, que são anteriores a elaboração dos relatórios que delimitam as áreas,

são estipulados por uma metrificação anterior ao aparecimento dos efeitos, o que acaba justificando a nítida preocupação dos quilombolas com a presença das instalações do gasoduto, principalmente das áreas do território de Bom Jesus, consideradas “indiretas” (MAPA 2, VIDE pág. 86), mobilizando ações em curso, que prosseguem para além deste estudo.

As interferências ocasionadas com as instalações dos dutos destoam também nas diversas irregularidades que foram notadas durante este estudo, elas se estenderam desde a proximidade dos dutos junto a fazendas (embora exista um limite de área de segurança), às falhas decorrentes de procedimentos de manuseio e construção do gasoduto, como foi o caso das explosões e do derramamento de rejeito em estradas vicinais. Conforme observado, os apresentei tendo em vista a percepção dos quilombolas a respeito dos riscos associados à sua presença, e das experiências vivenciadas até o momento desta pesquisa.

Com o início de operação do campo de Gavião Branco, foi possível identificar também uma retomada do relacionamento intercomunidades em prol de uma mobilização que considerasse as mudanças apreendidas com as ações do gasoduto no território. Cumpre salientar essa postura também foi resultado da forma como os agentes sociais de Bom Jesus foram percebendo, e modificando a visão que lhes foram impostas a respeito do “*desenvolvimento*” especulado com as *descobertas do campo de gás*.

Essa mobilização, como demonstrado na pesquisa, foi impulsionada pelo diálogo das comunidades do território Bom Jesus que estavam situadas nas “áreas de influencia”, com a entidade ACONERUQ. Uma das particularidades que relacionava a entidade ao quilombo devia-se também as relações estabelecidas de sua coordenadora, que também é quilombola de Bom Jesus Dos Pretos, de maneira que esta entidade passou a atuar na intermediação entre o relacionamento comunidade-empresa, no que se referiam as medidas a serem tomadas pelos quilombolas para especificar a importância daquele território.

Fato é, que a ACONERUQ foi responsável pela promoção das primeiras reuniões realizadas em Bom Jesus dos Pretos, pontuando também sua presença junto à elaboração de atas e documentações durante as reuniões e audiências, documentos estes, como dito, encaminhados à Fundação Cultural Palmares e ao Ministério Público Federal para o processo de abertura de inquérito.

Com relação ao vislumbre de *desenvolvimento local* do município de Lima Campos, cabe frisar que conforme relatado nas entrevistas realizadas com Senhor Renê, as mudanças econômicas, consideradas pelo discurso municipal, limitaram-se ao período de chegada da empresa, situação cessada, com a “fase de operação”. Em partes, as respostas para o

desenvolvimento buscado encontraram-se nas diversas políticas inseridas como “pano de fundo” para chegada do empreendimento, o que não significa que as extensões destes resultados intervenham na realidade do território Bom Jesus, uma vez que esses recursos como a *arrecadação de royalties*, devem ser distribuídos de forma igualitária a toda a área que compreende os limites de Lima Campos.

A pesquisa demonstrou que muitos elementos ainda necessitam de uma investigação profunda, assim, apesar de finalizar esta pesquisa neste momento, os dados aqui apresentados permanecem em uma dinâmica que não se finda com a escrita. Pois, ressalto novamente que o que apresento como efeito, é compreendido neste trabalho na perspectiva de **efeitos de longo prazo**, vejo que por esse motivo a comunidade encontre dificuldades principalmente com relação às “compensações”.

Há ainda, um grau de imprevisibilidade, que pelos menos até o momento das análises também não traz segurança de fim, a pesquisa aponta e assim não é por mim, que há uma percepção na comunidade quilombola de uma propagação dos efeitos ao longo do período estimado para o funcionamento do gasoduto, estimado em 50 anos pela empresa.

Possivelmente, as casas rachadas, as explosões, o barulho, o aumento da temperatura identificada durante a pesquisa e descrita pelos quilombolas, sejam o início de uma perspectiva de efeito bem maior que do que já foi observado durante a instalação do gasoduto. Pois como exposto durante este estudo, a construção do gasoduto e os “poços perfurados” em Bom Jesus dos Pretos, compreendem um projeto de *desenvolvimento relacionado à geração de energia elétrica*, que amplia as áreas de afetação na medida em que são descobertos novos “campos de produção”, semelhantes ao campo de Gavião Branco.

Do mesmo modo, assim como os efeitos, também não se findam aqui, as mobilizações articuladas entre a comunidade de Bom Jesus dos Pretos e as associações/organizações/órgãos de Estado, enquanto forma de reivindicação e luta política do grupo, exemplo disto, é o prosseguimento do diálogo iniciado entre as lideranças da comunidade e o Ministério Público Federal, com a abertura do inquérito para o acompanhamento desta instância junto aos mesmos.

Conclui-se que a comunidade Bom Jesus dos Pretos tem sofrido efeitos que modificaram não apenas a unidade física do território, mas de modo direto, às famílias e seus modos de vida. De outra forma, a aplicação de uma “medida compensatória ambiental”, não minimiza, nem mesmo equaciona a sensação de medo permanente que se expressa em Bom Jesus devido a extração do gás. Desta forma, somadas as formas de trabalho de Bom Jesus dos Pretos, a sua permanência no território também passa a se registrar como uma luta

cotidiana, diante das aberturas de novos “campos de gás” e da integração de novos “poços” a Estação de Produção de Gás, inserida também em Bom Jesus, contrariando mais uma vez a visão de *desenvolvimento*.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **CARTOGRAFIA SOCIAL, TERRA E TERRITÓRIO**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013

ALMEIDA, Alfredo Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

BACHELARD, Gaston, 1884-1962 **A formação do espírito científico : contribuição para uma psicanálise do conhecimento** / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. **Historia do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento** – São Luís, 1998. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas- Universidade Federal do Maranhão.

BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In Desvendando mascaras sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**- São Paulo: Brasiliense, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOLTANSKI, Lue, CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, 2009. Editora França.br

BRONZ, Débora. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma estnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos- Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

CAVALCANTE, Daniel Freitas, **Homens e Mulheres que fizeram Lima Campos**. (Obra produzida com recursos próprios, 1939-

CARTOGRAFIA SOCIAL/ **TERRITORIO QUILOMBOLA BOM JESUS DOS PRETOS**, Parnaíba Gás Natural, Lima Campos- Março 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal,1979.

FURTADO, Celso. 1920. **A Fantasia desfeita**- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%2075-1993?OpenDocument Acesso em 20/08/2016

MARANHÃO. Governo do Estado. **Planos de Desenvolvimento do Maranhão**. São Luís:Imprensa Oficial.1991.

Mensagem a assembleia legislativa do Maranhão, 2012. Governo do Estado do Maranhão, secretaria de Estado, do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NOTA TÉCNICA N.º 39/2007 – 4ª CCR, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4> Acesso em 20/08/2016.

NOTA PÚBLICA EMITIDA PELA PARNAÍBA GÁS NATURAL EM 2 DE FEVEREIRO de 2016. Disponível em : <http://www.pgnsa.com.br/imprensa/releases/>.

OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial (Companhia aberta) Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. Org. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. **A EMPRESA E O LUGAR NA GLOBALIZAÇÃO: "A responsabilidade Empresarial"** no território brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, 2007.

PIQUET, Rosélia. MIRANDA, Elis. **A indústria de gás no Brasil: incertezas, implicações territoriais e perspectivas**. Cadernos NAEA, v. 12, n. 1, p. 51-66, jun. 2009, ISSN 1516-6481

Povos e Comunidades Tradicionais: Nova Cartografia Social/Organizado por Alfredo Wager de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Junior: Manaus, UEA Edições, 2013.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE OGX PETRÓLEO E GÁS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROGRAMA DE APOIO A POPULAÇÃO QUILOMBOLA- PAQP, Empresa Parnaíba Gás Natural, Rio de Janeiro, Março de 2015.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento** - política e filosofia / Jacques Rancière ; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo :Ed. 34, 1996

RODRIGUES, Leonan Pereira. **QUILOMBO BOM JESUS DOS PRETOS:** Reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e consumo.

Regulamento técnico de dutos terrestres para a movimentação de petróleo, derivados e gás natural (RTDT) AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. 2010.

RIMA, Parnaíba Gás Natural (PGN). Relatório de Impacto Ambiental para a atividade de desenvolvimento da produção de gás natural dos campos de Gavião Branco Oeste, Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão. Outubro, 2014.

Sistema Fiema, **Plano Estratégico de desenvolvimento** Industrial do Maranhão, 2009. PDI 2020.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues. **A COMUNIDADE DE BOM JESUS:** Um estudo. Cad. Pesq. São Luís, 4 (1) 5 - 20, jan./jun. 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. **CAMPESINATO**: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES S.A.1981.

Anexo 1-ATA CONSULTA PÚBLICA- GASODUTO GAVIÃO BRANCO,LIMA CAMPOS-MA.

Anexo 2-Nota divulgada no site da empresa Parnaíba Gás para a imprensa, onde era informado sobre o início de produção do “campo” de Gavião Branco.